

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO**

**ALEXANDRE RICARDO NICOLAU**

**A IDENTIDADE SOCIOESPACIAL E A CONSTITUIÇÃO  
TERRITORIAL:  
o papel das dinâmicas econômicas na conservação do patrimônio**

**Vitória – ES**

**2010**

**ALEXANDRE RICARDO NICOLAU**

**A IDENTIDADE SOCIOESPACIAL E A CONSTITUIÇÃO  
TERRITORIAL:  
o papel das dinâmicas econômicas na conservação do patrimônio**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida.

**Vitória – ES**

**2010**

**A IDENTIDADE SOCIOESPACIAL E A CONSTITUIÇÃO  
TERRITORIAL:  
o papel das dinâmicas econômicas na conservação do patrimônio  
socioambiental**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

APROVADA POR:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Hermann de Almeida (Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

---

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clara Luiza Miranda  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Vitória, 01 de setembro de 2010.

Em memória de meu pai,

José Bráz Nicolau.

## **AGRADECIMENTOS**

Na conclusão desta Dissertação, diversas foram as pessoas que trilharam o meu caminho, compartilhando as angústias, as alegrias e o aprendizado adquiridos durante o exaustivo processo de pesquisa e escrita. Em primeiro lugar, cabe agora, expressar minha grande gratidão à orientadora deste trabalho, que tanto me ensinou durante os anos do Mestrado, bem como o meu apreço pessoal por sua amizade. A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida não somente despendeu seu tempo, concedendo-me orientações e conselhos importantíssimos para minha formação acadêmica, como também foi um ombro amigo em momentos de angústias e incertezas. Portanto, deixo aqui, de forma toda especial, o meu mais sincero agradecimento pela sua compreensão, tolerância e total confiança, elementos com os quais pude sempre contar, e que resultaram numa grande e recíproca amizade, durante todo este tempo e para além dele.

De forma coletiva, agradeço a todos os Docentes do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em especial àqueles com quem tive um contato maior enquanto aluno do Programa. Em especial, deixo a minha gratidão à Banca Examinadora, pelo tempo despendido na leitura e na avaliação de minha Dissertação. Ao Prof. Dr. Roberto Monte-Mór, sou grato pelas informações e dicas concedidas durante a Qualificação de meu trabalho, em que foram revistos pontos do projeto inicial, bem como pela sua pronta disponibilidade para compor a Banca Examinadora. À professora Dr.<sup>a</sup> Clara Luiza Miranda agradeço pelas observações na Qualificação do meu trabalho e também pela presença na Banca Examinadora.

Entre meus amigos, posso citar todos os que compõem o Núcleo Cidades FCAA, que compartilham o desenvolvimento de trabalhos técnicos e contribuem em minha formação intelectual. Sem a presença dos amigos o trabalho teria sido mais árduo; por isso meu agradecimento a vocês, que continuarão fazendo parte da minha vida.

Enfim, agradeço à minha mãe, meus irmãos e sobrinho, pela compreensão na minha ausência em festividades familiares, e pelo seu apoio, mesmo que à distância. Agradeço ainda a Bianca Faé pelo apoio e incentivo dos últimos anos. Sem a ajuda de todas as pessoas acima mencionadas, a presente Dissertação perder-se-ia nos atropelos de seu autor, certamente.

## RESUMO

A presente pesquisa constitui uma abordagem das trajetórias urbanas de dois Municípios do Estado do Espírito Santo, Alegre e Muqui. Partindo da análise das identidades socioespaciais presentes nos referidos Municípios. O estudo aqui proposto identifica as formas de adaptação e transformação de núcleos distintos a partir do processo urbano industrial que modificou os meios de produção, definindo uma nova conjuntura para a divisão do trabalho. Ao se iniciar o século XX, o desenvolvimento passa a ser vinculado à ideia de transformação urbano-industrial dos espaços que agregavam as relações sociais. No contexto atual, a identidade socioespacial ganha importância como elemento capaz de inserir as cidades em arranjos locais e regionais, influenciando sua composição econômica, social e política. Sendo assim, a identidade passa a mediar a dimensão social a novos arranjos socioeconômicos e políticos, refletindo-se na reprodução do território, articulando novos desafios impostos pela modernização e resguardando traços de unicidade que o constituíram historicamente.

Palavras-chave: Território, Identidade Socioespacial, Muqui/Alegre-ES.

## **ABSTRACT**

This research is an approach to the urban trajectories of two Municipalities, Muqui Alegre. Analyzing the socio-spatial identities present in these municipalities, the study proposed here identifies the forms of adaptation and transformation of distinct nucleus as from the urban process that changed the means of production, defining a new juncture for the division of labor. At the start of the twentieth century, the process began to be linked with the idea of urban transformation of the industrial spaces that aggregate the social relations. In the present context, the sociospatial identity gains importance for the insertion of the cities in local and regional arrangements, influencing economically, socially and politically. So, the identity incorporates the social dimension, the new socioeconomic arrangements, reflecting the appropriation of geographic space and reproduction of the territory in order to guard traces of unity that constituted historically.

Palavras-chave: Territory, Identities Socio-spatial, Muqui/Alegre-ES.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com o Modelo da Nova Hierarquia de Relações entre Núcleos Urbanos do Espírito Santo.....	28
Figura 3: Mapa do Relevo do Município de Alegre.....	32
Tabela 1: Quadro Demográfico Urbano/Rural – Município de Alegre.....	33
Figura 4: Foto Panorâmica da Sede do Município de Alegre.....	35
Tabela 2: Distribuição setorial da população ocupada – 2000.	40
Tabela 3: Setores Econômicos e Pessoal Ocupado	44
Figura 7: Mapa com a demarcação do Sítio Histórico de Alegre	48
Tabela 4: Utilização de Terras para Atividades Agrícolas – Alegre, 1985/1995-96/2006	50
Tabela 5: Produção de Leite – Município de Alegre (Em 1.000 litros)	51
Figura 8: Mapa com a demarcação do Licenciamento Ambiental de Alegre, 2009.	52
Figura 9: Mapa da Microrregião do Polo Cachoeiro, com destaque para o Município de Muqui.	56
Figura 10: Foto do Sítio Histórico do Município de Muqui – Destaque para a Igreja Matriz de São João Batista.....	57
Tabela 6: Quadro População Urbano Rural de Muqui	59
Figura 11: Mapa da Sede do Município de Muqui, com destaque para os Eixos Viários.	62
Tabela 7: Distribuição Setorial da População Ocupada – 2000	63
Figura 12: Mapa de Uso do Solo Município de Muqui	65
Figura 13: Mapa do Sítio Histórico de Muqui	67
Figura 14: Foto Panorâmica do Sítio Histórico de Muqui	69
Figura 15: Foto da Igreja Matriz de São João Batista – Construção tombada como Patrimônio Histórico-cultural de Muqui	70
Figura 16: Foto da Folia de Reis em Muqui – Encontro Nacional de Folia de Reis – 2007	71
Tabela 8: Muqui – distribuição setorial da população ocupada – 2000	72
Tabela 9: Muqui – quantidade produzida da lavoura permanente – 2006	72
Tabela 10: Exportação de café e açúcar da Província do Espírito Santo (em arrobas)	106
Figura 18: Mapa Esquemático das Rotas de Tropas, Rios e Ferrovias (1920).....	115
Figura 20: Foto da Inauguração da Locomotiva da Sede Municipal de Alegre	125
Figura 21: Mapa Esquemático da Rotas de Tropas, Rios e Ferrovias – Destaque da Região Sul do Estado (1920)	128

Figura 22: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1920) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui	129
Figura 23: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1940) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui	132
Figura 24: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1960) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui	134
Figura 25: Foto da Inauguração da Estação Muquy, em 1902 - 3ª Parada	138

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro Demográfico Urbano/Rural – Município de Alegre	33
Tabela 2: Distribuição setorial da população ocupada – 2000.	40
Tabela 3: Setores Econômicos e Pessoal Ocupado	44
Tabela 4: Utilização de Terras para Atividades Agrícolas – Alegre, 1985/1995-96/2006	50
Tabela 5: Produção de Leite – Município de Alegre (Em 1.000 litros)	51
Tabela 6: Quadro População Urbano Rural de Muqui	59
Tabela 7: Distribuição Setorial da População Ocupada – 2000	63
Tabela 8: Muqui – distribuição setorial da população ocupada – 2000	72
Tabela 9: Muqui – quantidade produzida da lavoura permanente – 2006	72
Tabela 10: Exportação de café e açúcar da Província do Espírito Santo (em arrobas)	106

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	16
RESUMO .....	17
ABSTRACT.....	18
1. FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE SOCIOESPACIAL	19
1.1 ALEGRE E MUQUI: da ruptura urbana agroexportadora ao processo urbano industrial capixaba .....	19
1.2 Urbanização contemporânea e a nova inserção no quadro regional .....	24
1.3 ALEGRE .....	30
1.3.1 Breve Caracterização Geográfica .....	30
1.3.2 Recentes transformações urbanas .....	38
1.3.3 O rural e as consequências da urbanização industrial .....	52
1.4.2 Novas dinâmicas, velhos atores .....	63
2. O TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO: DA TOTALIDADE À FRAGMENTAÇÃO .....	78
2.1 O TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO: uma abordagem conceitual .....	81
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO .....	85
2.3 A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E A CONSTITUIÇÃO SOCIAL.....	89
2.4 A PROBLEMÁTICA DO URBANO E RURAL.....	95
2.5 O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE SOCIOESPACIAL .....	101
3. URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPIXABA: tendências e perspectivas .....	106
3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPIXABA E A INTEGRAÇÃO NACIONAL .....	112
3.2 ALEGRE E MUQUI: Transformação e Permanência .....	133
3.2.1 Alegre .....	134
3.2.2 Muqui .....	148
3.3. O PAPEL DA IDENTIDADE SOCIOESPACIAL NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: Alegre e Muqui.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	167
REFERÊNCIAS.....	173
FONTES PRIMÁRIAS .....	173

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca avaliar a relação da identidade socioespacial e sua influência na conservação de dinâmicas econômicas historicamente constituídas nos territórios de Alegre e Muqui, municípios localizados no Sul do estado do Espírito Santo. Esta pesquisa emerge da necessidade de entendimento do fenômeno da transformação dos territórios em sua base material, a partir da expansão do tecido urbano industrial, fator que acarreta, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a reconfiguração da rede de cidades no Espírito Santo. Entendendo que as pequenas cidades possuem papel fundamental nesta rede, e que foram estas profundamente afetadas por tais transformações, tem-se estabelecida a problemática do papel dessas cidades, e a necessidade de avaliação de sua constituição. Sendo assim, temas como, divisão do trabalho, transformação e permanência, reconfiguração socioespacial, urbano e rural, empobrecimento e desigualdade das cidades ocupam lugar central na atual agenda do Estado, no que tange o planejamento urbano e regional.

A importância da identidade socioespacial, como variável na análise do território e como fator relevante para a tomada de decisões na esfera do planejamento, aponta e reconhece apropriação social dos mais distintos grupos sociais, que traduz, portanto, a produção e reprodução do território. A análise proposta parte de uma nova condição histórica, que expõe dinâmicas materializadas no tecido urbano-industrial e suas consequências na organização social. Considera-se, também que a organização social tem no trabalho uma força intencional e voluntária, implicando a transformação do território em algo apropriado e relativo a cada processo produtivo, em conformidade com a divisão do trabalho (CARLOS, 2008). Desse modo, o objetivo principal da pesquisa é analisar o processo de produção e reprodução do território capixaba, especificamente das cidades de Alegre e Muqui, avaliando as transformações dos padrões históricos de urbanização, sob a ótica socioeconômica, analisando os modos de produção, suas transformações e seus impactos sobre a

conservação de aspectos socioeconômicos historicamente estabelecidos em cada território.

Para a compreensão dos processos de transformação do território capixaba, é fundamental admitir que, a partir da década de 1960, após longo, porém drástico, processo de integração à economia nacional, parte do território capixaba se torna urbano-industrial. Este processo se inicia tardiamente, quando comparado aos demais Estados da Região Sudeste. Porém, o modelo socioeconômico empregado no Espírito Santo segue a mesma base de todo Brasil no período; calcado em regiões industriais, articuladas por extensa rede de infraestrutura, concentrando as atividades, usos e funções em apenas seleta parte de seu território. Estas condições definem que o desenvolvimento urbano em território capixaba se faça de forma desigual, aproveitando uma rede de infraestrutura pré-existente para atender à demanda do mercado internacional de importação e exportação, beneficiando apenas parte das cidades do Estado.

Mesmo que as cidades detentoras de uma rede de infraestrutura fossem poucas, o desenvolvimento industrial ocorre de forma a centralizar as funções urbanas. Resulta, assim, no aprofundamento da divisão do trabalho e na ampliação das fronteiras econômicas do Estado capixaba, conforme o modelo estabelecido em Estados que se encontravam em fases mais adiantadas do processo urbano-industrial. Em Alegre e Muqui, a urbanização sobreveio com o processo de modernização tardio trazendo, como nos demais municípios, implicações e transformações na relação entre rural e urbano, principalmente. No entanto, distante do centro dinâmico da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o processo ocorre de forma muito particular.

Dessa forma é fundamental admitir que Alegre e Muqui, centros urbanos agroexportadores importantes e de grande destaque no período precedente, a inversão do quadro urbano rural se dá de forma tardia, a partir de um processo produtivo internalizado durante quase um século: a agricultura cafeeira voltada à exportação, baseada no modelo socioeconômico da pequena propriedade familiar. A transformação decorrente do processo de industrialização do Espírito Santo, e a

permanência de processos internos socioeconômicos dos territórios determinam contornos específicos a esses territórios.

A metodologia empregada no estudo consiste em ampla revisão bibliográfica, abordando e aprofundando o conceito de território, bem como a relação deste conceito e aspectos como a divisão do trabalho e a constituição social. Avaliam-se, ainda no âmbito teórico, relações da transformação do território, como urbano e rural, além do papel da identidade na construção do território enquanto conceito.

Como base metodológica, utiliza-se a análise de dados socioeconômicos, em evolução ao longo de décadas que perpassam dois períodos históricos marcantes dos dois municípios – o período cafeeiro e seu padrão de urbanização centrado na pequena propriedade familiar, e o período industrial, posto a partir da segunda metade do século XX. As análises consistem em levantamento e sistematização de dados secundários relacionados ao processo de produção econômica, dados demográficos, padrão de urbanização e infraestrutura urbana, levantamento fotográfico. Simultaneamente, são estudados os impactos dos dados em cada período histórico, a partir do mapeamento georreferenciado de informações, com o objetivo de se obter um paralelo histórico e suas conseqüências no espaço territorial.

Acredita-se que estes fatores definam diretrizes concretas que permitem entender o papel da identidade socioespacial a partir da combinação de dados de distintos períodos históricos, gerando em cada território um arranjo socioeconômico relacionado a elementos da organização existente; o espaço, a política, a economia e as relações sociais.

A importância de uma análise dessa natureza se traduz em uma visão mais nítida e coerente de pequenos centros urbanos e o papel que estes passam a desempenhar, a partir das novas funções urbanas, inserindo-se, a partir de arranjos socioespaciais, na escala local e microrregional. Fica evidenciado que as articulações socioeconômicas, na forma de arranjos produtivos, fazem surgir sistemas urbanos locais onde pequenos centros, antes desarticulados ou inseridos em outras lógicas econômicas, passam a desenvolver papéis diversos, articulando-se e extrapolando o

nível municipal. Assim, as recentes transformações em Alegre e Muqui remetem aos seus novos arranjos socioespaciais.

A dissertação propõe uma divisão em três capítulos que buscam definir e entender cada momento histórico que marca o território capixaba, apontando as especificidades dos municípios de Alegre e Muqui.

O Capítulo 1 apresenta os Municípios de Alegre e Muqui e suas inserções no quadro regional da rede urbana atual, bem como transformações, tanto no que diz respeito a formas socioeconômicas, seus usos e funções; bem como as transformações relativas à base material. Ou seja, o sítio urbano e seus aspectos naturais e culturais, a atual participação na economia local, as recentes transformações e características do quadro fundiário, e, por fim, as sinergias e arranjos socioeconômicos que extrapolam o nível municipal. Esta problemática aponta os aspectos preponderantes estudados nos capítulos subsequentes, ressaltando marcos espacial e socioeconômico.

O Capítulo 2 realiza análise teórica, com a finalidade de delinear conceitos envolvendo o território, sua transformação e constituição frente à dinâmica das sociedades modernas. Nesse capítulo, conceitos como espaço urbano e rural e produção e divisão do trabalho são discutidos a partir da participação na conjuntura do desenvolvimento urbano-industrial. Por fim, a análise teórica da identidade socioespacial, e suas implicações na constituição do território, permite esclarecer sua influência sobre o espaço material.

O Capítulo 3 parte da análise do período compreendido entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, especificamente a década de 1960, avaliando as características marcantes da urbanização pretérita de Alegre e Muqui, objetivando analisar os fatores que determinaram e/ou influenciaram o quadro atual dos referidos municípios. Esta reflexão reencontra os aspectos constituídos historicamente nos territórios e que, ao mesmo tempo, apontam desafios futuros. Esta necessidade ocorre porque, ao considerar cada território como o resultado da combinação de complexa e múltipla determinação (Sociedade, Política, Economia, Cultura), é

preciso alcançar uma compreensão o mais ampla possível da problemática estudada.

## 1. FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE SOCIOESPACIAL

### 1.1 ALEGRE E MUQUI: da ruptura urbana agroexportadora ao processo urbano industrial capixaba

Erguidas no final do século XIX, e localizadas no Sul do Espírito Santo, Alegre e Muqui se destacam como principais *loci* de intermediação-comercialização do café e das relações políticas e sociais desenvolvidas pelos frequentadores destes núcleos durante os processos de formação, fato que agregou importância na política local e, sobretudo, na economia do Espírito Santo. Esta condição determinou, em grande parte, a importância adquirida por núcleos urbanos que se fixaram como referência sociocultural local.

Já no século XX, o Sul do Estado do Espírito Santo se destaca por concentrar, aproximadamente, 47% da população capixaba, composta por 750.107 habitantes no período de 1940, mantendo uma taxa de crescimento populacional anual acima de 5% (ALMADA, 1993). Parte do contingente populacional era composta por migrantes de outras regiões cafeeiras localizadas, principalmente, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de imigrantes estrangeiros, incorporados à população por meio da política de imigração, estimulada pelos Governos Imperial e Provincial, principalmente entre 1850 e 1889, como forma de substituição da mão de obra escrava pela livre (ALMADA, 1984). Este quadro se altera a partir de 1950, quando as taxas de crescimento populacional passam a decrescer. Na mesma época, os dois Municípios objeto deste estudo, Alegre e Muqui, contabilizavam juntos 10,66% da população do Espírito Santo, sendo que Alegre detinha 8,31%, e Muqui 2,35% da população. No plano econômico, no mesmo período, 78,04% dos estabelecimentos rurais no Espírito Santo se estruturavam ao redor da cultura cafeeira, atividade econômica que contribuía, diretamente, com cerca de um terço da renda gerada no Estado, e com mais de 40% das suas receitas tributárias (IBGE, 1950).

Em conjunto, este quadro, além de permitir uma análise de perspectiva econômica, constitui importante referência para o entendimento da formação social e cultural do Espírito Santo e, conseqüentemente, dos Municípios de Alegre e Muqui.

A dinâmica cultural, considerando seu sentido mais amplo, remete às transformações em âmbito social, econômico e político de uma determinada sociedade, definindo novos arranjos de desenvolvimento territorial ao longo do tempo. Ao se considerar como marco do desenvolvimento capixaba a ascensão cafeeira, a partir de 1850, observa-se a transformação do setor produtivo e a inserção de novos padrões sociais no Espírito Santo, principalmente a partir da imigração. A fase de consolidação do Estado como centro agro-exportador de café, já no século XX, expõe uma conjuntura favorável para o desenvolvimento urbano, agregando economia com incremento da densidade demográfica (RAMBAUDUCCI, 1991). Acrescenta-se que a distância para com a capital, Vitória, favorecia o desenvolvimento localizado dos núcleos interioranos no atendimento a uma população crescente e “autônoma” em termos econômicos. A partir da década de 1960, a ocorrência de diversos fatores coloca em transformação a estrutura produtiva, baseada na pequena propriedade familiar, e, conseqüentemente, põe sob novos paradigmas o processo de urbanização do Estado. Estes fatores são de natureza endógena e exógena.

Entre os fatores endógenos, destacam-se o esgotamento do solo agrícola, a baixa qualidade do café capixaba, a baixa complementaridade da produção de café, característica da pequena propriedade familiar de subsistência. Destaca-se, ainda, no plano local, o Plano de Erradicação do Café, implementado na década de 1960, no Governo de Cristiano Dias Lopes Filho, programa instituidor de importantes modificações nos quadros econômico e social do Espírito Santo (DERENZI, 1975).

Entre os fatores exógenos, destaca-se a queda dos preços internacionais do café e, principalmente, a política nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que, a partir da elaboração do Plano de Metas, proporciona ao Brasil e, por conseguinte, ao Espírito Santo, um acelerado crescimento econômico baseado na expansão do setor industrial. O Plano de Metas teve pleno êxito, pois, no transcurso da gestão

governamental, a economia brasileira registrou taxas de crescimento da produção industrial por volta de 80%, principalmente no setor de bens de capital.<sup>1</sup>

Desse modo, o Espírito Santo, que tinha sua economia fortemente vinculada à agricultura e, principalmente, à produção de café, concentrada no Sul do Estado, atravessa, na década de 1970, um processo de instalação da indústria. Este processo possui como âncora os setores da economia industrial voltados à atividade portuária, à indústria siderúrgica e ao setor de metal-mecânica, em conjunto concentrados, principalmente, em território posteriormente constituinte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)<sup>2</sup>.

Associados, os fatores expostos proporcionaram a intensificação e a extensão do processo de urbanização ao longo das décadas seguintes, bem como proporcionaram importantes investimentos em infraestrutura, responsáveis tanto pela maior integração do Espírito Santo ao mercado nacional, quanto pela transferência populacional para áreas urbanas. Neste contexto, dois processos associados são observados no Espírito Santo: o crescimento da população em números absolutos; e, sobretudo, o início do esvaziamento das áreas rurais, decorrente da ampliação das oportunidades de trabalho presentes nas áreas urbanas.

O processo de industrialização desenvolvido no Espírito Santo, a partir da década de 1970, apesar de privilegiar a Região Central do Estado com os grandes projetos, se fez presente, em maior ou menor grau, em todas as regiões, alterando as

---

<sup>1</sup> No plano local, o Governo de Christiano Dias Lopes Filho foi responsável pela criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) e da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), que, em junho de 1966, se transformou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) – instituição responsável por financiar projetos e planos de negócios para implantação de empreendimentos no Espírito Santo, constituindo, portanto, uma importante plataforma para o desenvolvimento industrial do Estado.

<sup>2</sup> Em 21 de fevereiro de 1995, pela Lei Complementar Estadual Nº. 58, foi instituída formalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), como conurbação dos Municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, sendo mais tarde, pela Lei Complementar Nº. 318, de 17 de janeiro de 2005, acrescentados os Municípios de Fundão e Guarapari. Segundo o Artigo Primeiro da Lei de 1995, foi instituída: “[...] com vista à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano” (Art. 1º). Historicamente, os Municípios que compõem a RMGV possuíam vínculos econômicos e sociais, sendo identificados como pertencentes a Região Central do Espírito Santo, primeira a ser povoada e ambiente privilegiado pela presença da administração do Estado desde o Período Colonial. A constituição em si da RMGV ganhou fôlego a partir da década de 1970, quando o Governo Ditatorial Brasileiro instituiu o projeto de formação das Regiões Metropolitanas como forma de centralizar a política e a economia em regiões estratégicas de cada Estado (ALMEIDA, 2009).

configurações urbanas e rurais. Estas transformações se deram em escalas e proporções diversas, na medida em que fatores conjugados, como integração regional, diversidade produtiva, processos socioculturais e políticos, determinam ou limitam, de maneira específica, o desenvolvimento local.

Essas novas condições impostas pela industrialização põem em curso descontinuidades e rupturas de padrões socioculturais historicamente estabelecidos no território. A dimensão da história no contexto da territorialização dos grupos sociais, impactadas pelas novas dinâmicas estabelecidas pelo processo industrial gera novos modelos geográficos, que definem e redefinem cada cidade ou localidade. A importância dessas análises amparam-se justamente em avaliar-se como e porque se dá a constituição de determinados territórios a partir de diferentes combinações ou graus de urbanização, de modernização e de permanência de padrões históricos.

Dessa forma, a identidade socioespacial constitui importante elemento na constituição do território, uma vez que este se transforma a partir da internalização, pela sociedade, de interesses específicos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais. As relações que dão caráter único a cada território nascem, portanto, de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam (HAESBAERT, 2007), não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia cultural manifestada nas relações políticas, sociais e econômicas.

No que se refere ao caso específico de Alegre e Muqui, em função da distância destes em relação à capital, os impactos ocorreram em diferentes proporções. Mesmo no período anterior à institucionalização da RMGV, Vitória já se caracterizava como principal praça comercial capixaba no período, passando a assumir o papel de *locus* da grande produção industrial do Espírito Santo. Situados em território historicamente voltado à produção agrária, e relativamente distante da RMGV e do principal pólo industrial, este processo deu-se de forma lenta e inexpressiva nos municípios interioranos. Como na totalidade dos municípios capixabas, em Alegre e Muqui ocorreu o declínio da população rural frente à urbana; situação consolidada na década de 1990, quando finalmente a população habitante

das áreas urbanas superou a das áreas rurais. Esta alteração segue o processo ocorrido em escala nacional e que marcou, em poucas décadas, o território brasileiro, qual seja, a transformação do país de rural e agrário em urbano e industrial.

Em Alegre, diante da consolidação do processo de industrialização do Espírito Santo, verificou-se o fortalecimento, em grande medida, da sua integração modal a outros centros dinâmicos, e o associado surgimento, na sede municipal, de novas formas de apropriação espacial, a partir de uma reorganização socioeconômica. Em Muqui, mesmo com o esvaziamento populacional do meio rural, a configuração do Município permaneceu dependente do setor produtivo primário, caracterizando uma das diferenças observadas entre os Municípios em análise. Ou seja, mesmo com trajetórias semelhantes, Alegre e Muqui se distanciam quando são observados a situação atual de seus núcleos urbanos e o perfil cultural de sua população.

Em proporções distintas nota-se, nestes Municípios, áreas urbanas pouco dinâmicas, mas impactadas por uma nova organização socioeconômica, decorrente do incremento de indústrias, na sua maioria microempresas, e do desenvolvimento do setor terciário, favorecido pela integração regional ao mercado de consumo. Em conjunto, esses fatores fazem circular um maior número de mercadorias, bens de consumo e serviços. Acrescenta-se a forte complementaridade regional entre municípios circunvizinhos, particularizada, em Alegre e Muqui, pela polarização exercida por Cachoeiro de Itapemirim.

Da mesma forma, surgem novos modos de produção e de vivência, e, conseqüentemente, de reprodução do espaço (SANTOS, 2001), condição que se estende às áreas rurais, uma vez que os movimentos sociais possibilitam o surgimento de dinâmicas espaciais, reorganizando os espaços, por meio de renovadas funções, no conjunto de formas preexistentes ou novas. Segundo Milton Santos (2008:70), "A modernização da agricultura, a dispersão territorial introduzem formas novas de organização espacial". Deste modo, o processo urbano e industrial, iniciado como projeto nacional desenvolvimentista, extrapola seu âmbito econômico, promovendo alterações que se estendem para além da metrópole industrial,

atingindo inúmeras parcelas do território. No Espírito Santo, a ruptura dos moldes agrícolas, associada a uma inversão do quadro populacional de grande parte de seus municípios, inclusive de Alegre e Muqui, não resulta em pólos industriais, mas impõe novas formas de organização social, cultural e econômica relacionadas diretamente ao modo capitalista de produção. A trajetória histórica, apresentada de forma superficial, serve como parâmetro para a análise do desenvolvimento de núcleos urbanos brasileiros, em especial aqueles fundados no interior, a partir do século XIX, com a finalidade de atender à expansão da monocultura agrícola.

Os marcos temporais propostos mantêm relação com o modo de produção predominante em cada época, definindo o dinamismo da sociedade e do espaço. Neste sentido, a produção e a transformação do ambiente se interligam, fazendo com que o espaço se altere, sem perder de vista características que compunham o cenário anterior. Ou seja, a produção, articulada como forma econômica, propicia a criação e/ou alteração da sociedade dela dependente.

Os territórios tratados nesta Dissertação, Alegre e Muqui, são exemplos de ambientes aglutinadores das relações sociais estabelecidas no interior do Estado, calcados em uma base socioeconômica específica, que perdurou por décadas. Estes territórios, submetidos a novas lógicas socioeconômicas trazidas pela industrialização, impõem novos parâmetros de sociabilidade, que permite à sociedade construir seus referenciais de ordenamento territorial. É nessa perspectiva que a identidade socioespacial torna-se um processo permanente de constituição do território pela sociedade. Sendo assim, ao apontarmos que os territórios de Alegre e Muqui trilharam caminhos diferentes na sua constituição territorial, mesmo possuindo conformações históricas e socioeconômicas semelhantes, serão apresentados e avaliados alguns fatores no intuito de concluir o papel da identidade socioespacial na conservação de determinadas dinâmicas socioambientais.

## 1.2 Urbanização contemporânea e a nova inserção no quadro regional

A difusão do modo global de relações proporcionou, entre território e sociedade, uma estreita ligação, com a informação e a tecnologia passando a inserí-los de

forma cada vez mais atuante no cotidiano. Esta condição tem originado profundas reflexões acerca dos crescentes sinais da evolução do atual período técnico-científico-informacional sobre o espaço. “Dito de outra forma, o espaço econômico abstrato, potencializado pelo avanço tecnológico, se impõe sobre o espaço social subordinando-o às determinações de uma economia mundial dominada pelo capital financeiro e, assim, crescentemente desmaterializada e des-localizada” (MONTE-MÓR, s/d:01). Da citação exposta observa-se que o autor não atribui qualquer escala territorial como essência para a transformação social mediante a influência da economia local e externa. Pelo contrário, a citação expõe a importância da economia mundial como determinante para as transformações sociais e econômicas que ocorrem em nível local.

Por outro lado, os estudos acerca das novas configurações espaciais remetem, constantemente, a cidades de grande porte ou a metrópoles, muitas vezes desconsiderando importantes componentes da rede urbana regional: as cidades de menor porte ou cidades locais (SANTOS, 2001), como Alegre e Muqui. Dotadas de um particular modelo geográfico, sua evolução dá-se a partir de lógicas muito peculiares, embora submetidas a um sistema superior de ações influenciado por elementos que extrapolam o território específico dos municípios. Assim, o padrão urbanístico se faz universal, apesar de limitado por questões que envolvem a função de consumo do espaço por cada sociedade. Como produtora e consumidora do espaço urbano, a sociedade articula-se de forma a conceber o desenvolvimento a partir de suas necessidades.

Em Alegre e Muqui a urbanização sobreveio com o processo de modernização tecnológica e influenciou transformações nos ambientes rural e urbano. Como já mencionado, estas cidades tiveram seu desenvolvimento conduzido pelo processo de expansão dos modos produtivos ligados às lógicas externas. Portanto, a análise dos processos passa a ser objeto fundamental para a avaliação das redes urbanas consolidadas em cada um dos Municípios aqui tratados. Por outro lado, as relações entre o local e o global, bem como dos vetores econômicos e sociais, presentes mesmo em cidades de menor porte, permitem constatar a universalização de interações entre os indivíduos e o mundo, não importando onde estes indivíduos se

encontrem. Re-descobrir o papel das cidades, de maior ou menor porte, têm a perspectiva de trazer à tona o entendimento dos reflexos da urbanização em localidades com dimensões reduzidas, capazes de traduzirem uma realidade local, além de escapar de equívocos ou generalizações acerca das espacializações e dinâmica social. A importância desta perspectiva se verifica quando o estudo local expõe necessidades de determinada sociedade, permitindo, entre outras coisas, o direcionamento das políticas públicas, sobretudo as que levem em consideração as potencialidades locais, as condições de trabalho e produção, evitando modelos de crescimento não condizentes com a realidade do território.

Acrescenta-se que generalizações excessivas negligenciam o papel do território enquanto rede de lugares dotados de relações sociais, impondo novas espacializações. Ou seja, apesar dos estudos centrados em grandes cidades permitirem o conhecimento de uma gama de elementos que compõem a questão urbana e o processo de desenvolvimento tecnológico, os mesmos negligenciam fatores que somente uma análise em escala reduzida permite conhecer, como por exemplo, a cultura local, as formas de produção, o padrão socioeconômico regional ou as questões ambientais peculiares de determinado território, que acabam por defini-lo.

As pequenas cidades, ou cidades locais, em virtude das novas realidades – globalização e avanço tecnológico –, são recolocadas sob novos paradigmas e novas hierarquizações (SANTOS, 2001). A re-funcionalização dos pequenos centros está intimamente ligada à influência desses em relação a seu entorno, geralmente o campo. O geógrafo Milton Santos (2001), ao discorrer sobre as “cidades locais”, escolheu o termo por diversos motivos, entre os quais o questionamento da ideia de volume da população como fator determinante. Para o autor, aceitar um número mínimo de habitantes como base para a classificação de aglomerações importaria uma análise incompleta do espaço e suas complexas variantes, uma vez que se negligenciaria um expressivo número de funções realizadas por cidades, que escapam ao fator populacional olhado isoladamente.

Com a expansão do chamado capital técnico-científico<sup>3</sup>, ocorreu a migração de um grande número de residentes tradicionais das cidades, e, ao mesmo tempo, a chegada de mão de obra de outras áreas. Do mesmo modo, criou-se uma expressiva tendência à urbanização do interior, responsável pelo surgimento de diversas cidades, tanto espontâneas – nascidas em uma intersecção de caminhos –, quanto intencionais – cidades administrativas –; ou mesmo alterando o papel de modelos geográficos históricos.

As funções econômicas relacionam a vida das cidades integradas ao sistema produtivo do país, que passam a atender à crescente demanda por trabalho, consumo, educação e lazer, não mais oferecido pelo meio rural, fato que colabora para a submissão do rural frente ao urbano. Contudo, surgem novas necessidades e funções – econômicas, políticas, culturais, de relações sociais e de paisagem –, submetidas às transformações em diferentes níveis e diferentes tempos, e sempre vinculadas umas às outras. A diferenciação espacial e temporal das transformações, bem como suas proporções, quando visualizadas em pequenas cidades, permite uma aproximação à definição e especificação analíticas, a fim de se evitar equívocos e generalizações (CORRÊA, 1989).

Além disso, deve-se ter em mente que o processo de transformação socioeconômico se articula com realidades preexistentes, que resistem às modernizações, preservando traços e atividades culturalmente estabelecidos. Portanto, ocorrem diferentes temporalidades e espacializações, que geram um misto de atividades tradicionais, como modos de produção e paisagem urbana, e setores modernos, intimamente ligados aos circuitos de produção e consumo urbano (SANTOS, 1987). Nesta gama de ideias, o conhecimento das particularidades das cidades de Alegre e Muqui ajuda no aprofundamento do estudo das cidades locais, e na definição dessas aglomerações em seu nível mais fundamental.

---

<sup>3</sup>A Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica, que se iniciou na Inglaterra, durante o século XIX, mais do que complementar o processo de desenvolvimento do século anterior, foi um período de novas descobertas científicas, capazes de alterar todo o processo produtivo. A partir das novas descobertas foram desenvolvidos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dos quais, entre outros setores, se originaram o da indústria pesada, como: os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais. Este processo se estendeu para outras nações no decorrer do século XX (RÉMOND, 1974, p. 103-104; SEVCENKO, 1998, p. 8-9).

No Espírito Santo, os investimentos em melhorias portuárias, ferroviárias e rodoviárias, além da implantação de novos empreendimentos, nos últimos anos, impulsionam a reorganização espacial da área urbana e rural das cidades, para atender às novas demandas econômicas, que têm desdobramentos na área social, seja pelo impacto das obras, seja pelas demandas geradas pelos novos empreendimentos. Esta intensificação de investimentos caracteriza uma nova onda de negócios relacionados à exploração do petróleo e suas atividades, bem como daquelas ligadas a área siderúrgica. Investimentos na região portuária da capital, Vitória, demandam novos espaços para implantação de áreas de apoio, e promovem a alteração dos fluxos dentro do Estado, em áreas urbanas e rurais.

As atividades industriais e de logística, mesmo não especializadas sobre os territórios estudados, influenciam dinâmicas que interferem na sua organização em alguma escala. O espaço passa a se organizar conforme um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão, e é justamente neste período que ocorre a difusão generalizada da informação e do consumo, beneficiando as cidades locais (CORRÊA, 1999; SANTOS, 2008). Em Muqui e Alegre, por exemplo, um fato fundamental para a análise é o declínio da produção cafeeira, fenômeno determinante de dispersões populacionais e consequências territoriais para o futuro desses núcleos urbanos. Especificamente, esta atividade econômica possuía sua base na pequena propriedade familiar, e se constituía, portanto, na maior fonte de renda dos habitantes, sobretudo os das áreas rurais.

Genericamente, a rede urbana contemporânea possui uma estrutura muito mais complexa, localizando-se, na ponta, as metrópoles completas ou incompletas; a seguir, numa posição intermediária, as cidades regionais; e, finalmente, na base, as cidades locais, neste quadro analítico representadas por Alegre e Muqui. A Figura 1 demonstra a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) com relação aos núcleos em questão – Cidade Local –, bem como da capital Vitória, representada no mapa do Espírito Santo como Metrópole Incompleta. Outro dado relevante, presente na Figura 1, é a proximidade de Alegre e Muqui em relação a Cachoeiro de Itapemirim, classificada como Cidade Regional, o que justifica o fato de a polarização socioeconômica dessa última ser superior à da capital.

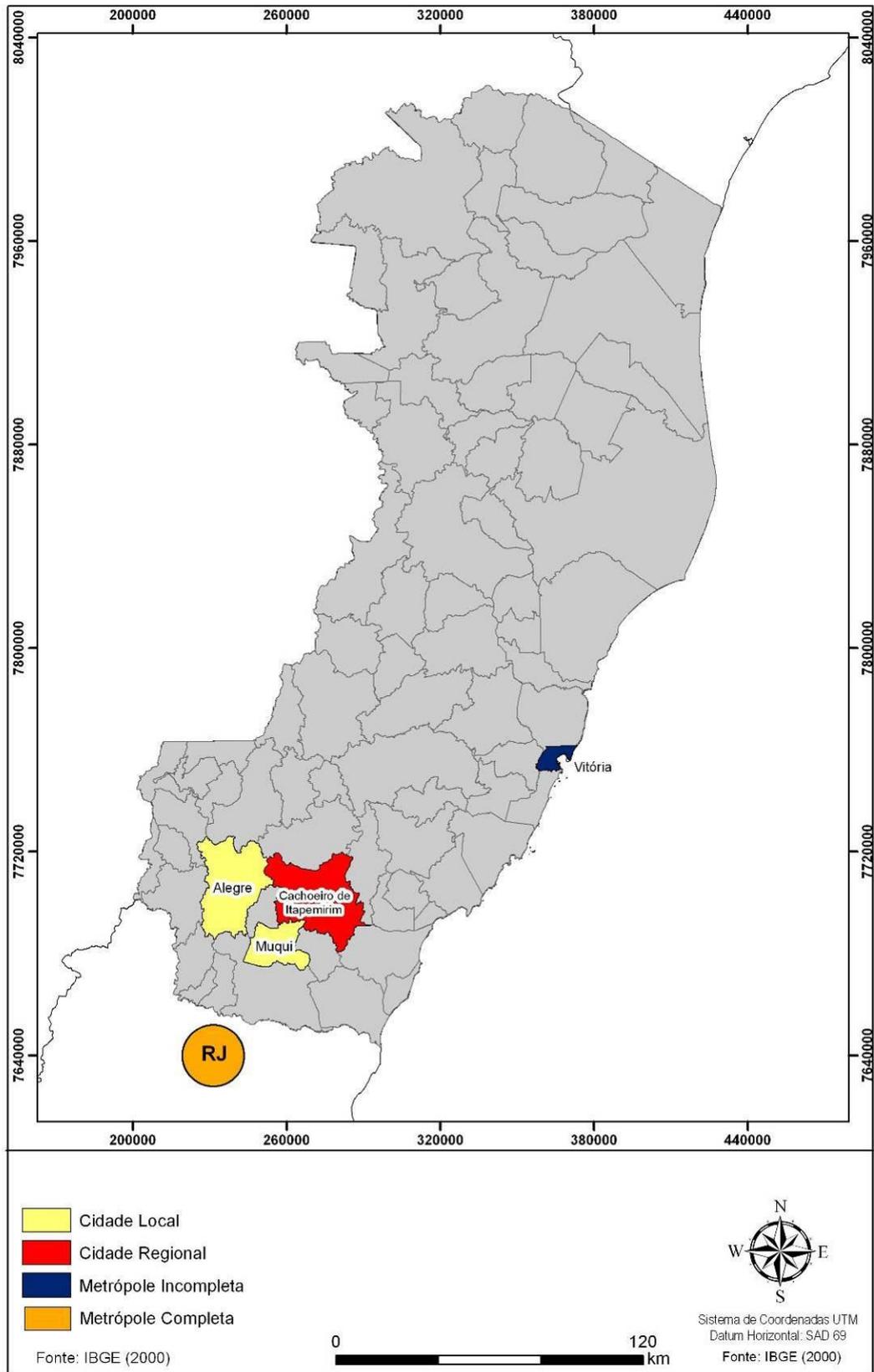


Figura 1: Mapa com o Modelo da Nova Hierarquia de Relações entre Núcleos Urbanos do Espírito Santo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

É importante frisar que Alegre e Muqui, assim como no período histórico precedente, melhor analisado no Capítulo 3, são submetidas a lógicas externas. Contudo, um dado novo acerca de sua inserção na rede urbana atual, é sua independência frente às condições de produção, como os preços do café e as condições climáticas que influenciavam as colheitas.

Por outro lado, o aumento da mobilidade, proporcionada pelas melhorias das condições de transporte e avanço técnico-informacional, torna esses espaços não apenas espaços de produção, mas espaços de consumo. Para a difusão do consumo, necessita-se avaliar um integrante desta cadeia, a rede de infraestrutura existente, e suas implicações para um novo quadro regional. A rede de infraestrutura possui papel fundamental na hierarquização do território, pois a difusão dos transportes e das comunicações cria a possibilidade de especialização produtiva e ainda influencia fenômenos de dispersão ou aglomeração.

### 1.3 ALEGRE

#### 1.3.1 Breve Caracterização Geográfica

O Município de Alegre, com 776,87 Km<sup>2</sup>, se localiza na Macrorregião Sul do Espírito Santo, área marcadamente caracterizada pelos seus aspectos biofísicos e culturais, uma vez que esta região foi frente pioneira do ciclo cafeeiro (IBGE, 2000). A condição de ter sido fundado durante a transferência econômica para a produção cafeeira conferiu ao Município de Alegre relevantes traços espaciais e culturais que participaram de maneira significativa para a formação econômica e social capixaba. A Macrorregião Sul<sup>4</sup> consiste em uma área de planejamento proposta pelo Governo do Espírito Santo, a subdivisão é denominada Microrregião<sup>5</sup> (Figura 2).

---

<sup>4</sup> Divisão territorial proposta pelo Governo do Estado do Espírito Santo, através da Lei Nº. 5.120, de 30 de novembro de 1995. Esta Lei foi instituída através da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. O IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves, é o órgão estadual responsável por um sistema de informação para subsídio à formulação e avaliação de políticas públicas.

<sup>5</sup> Divisão territorial proposta pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da legislação, Lei Nº. 5.120, de 30 de novembro de 1995, alterada pelas leis: Lei Nº. 5.469, de 22 de setembro de 1997; Lei Nº. 5.849 de 17 de maio de 1999; e Lei Nº. 7.721, de 14 de janeiro de 2004.

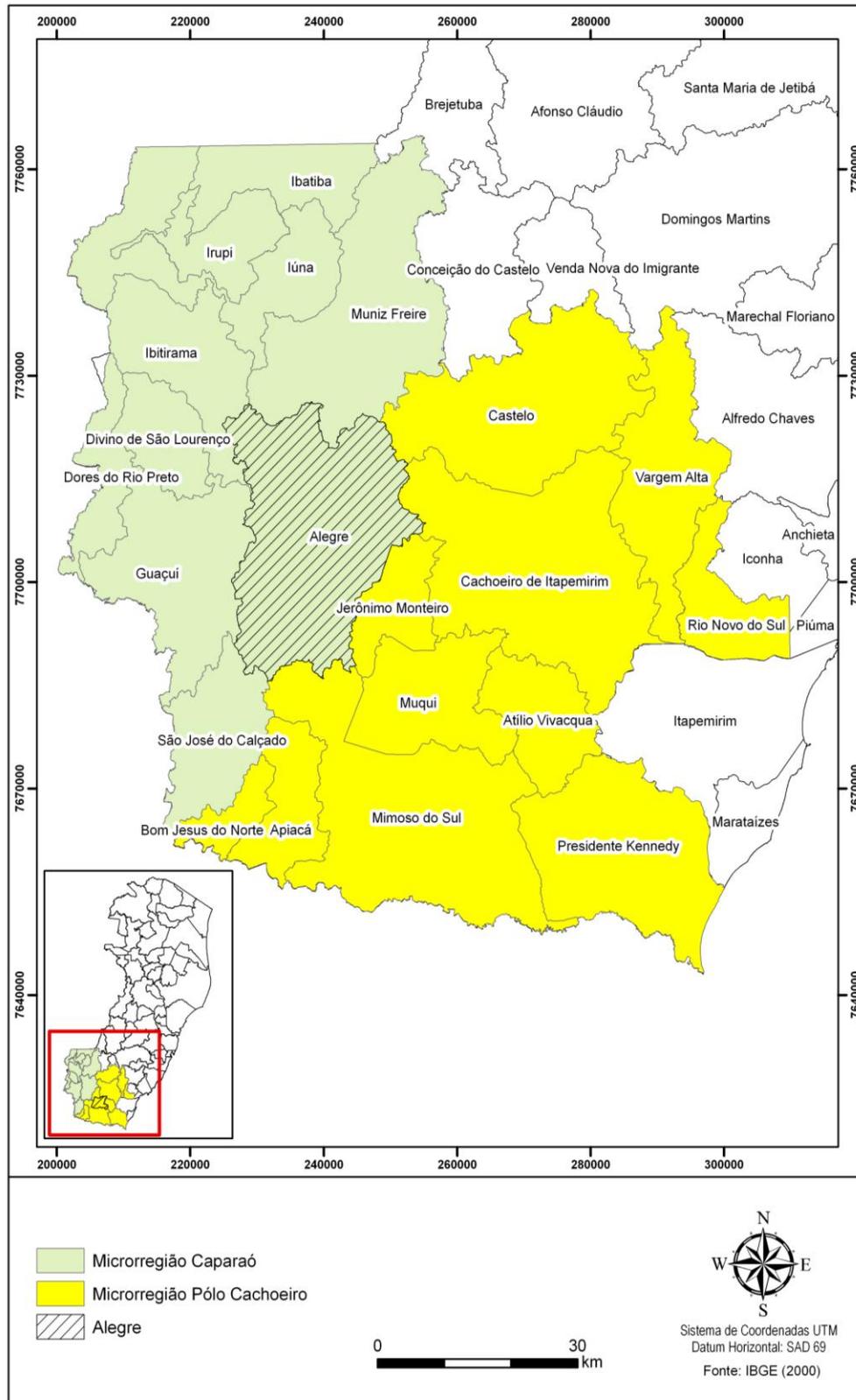


Figura 2: Mapa de Localização do Município de Alegre – Microrregião polo Caparaó, ES.  
 Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2009.

Conforme demonstra a Figura 2, o município de Alegre se insere territorialmente no polo Caparaó, Microrregião formada pelos municípios de Guaçuí, Irupi, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado, Ibitirama, Muniz Freire, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço e Lúna.

Por sua vez, a Microrregião polo Caparaó integra a porção capixaba da Serra do Caparaó, fato que determina características fisiográficas destes municípios como, por exemplo, fauna e flora, clima e sítio geomorfológico. Em Alegre, este fator se expressa em uma superfície municipal de 80% com declividade superior a 30%.<sup>6</sup>

Geomorfologicamente, o Município está localizado na Região denominada Mantiqueira Setentrional, com destaque para a unidade geomorfológica Maciços do Caparaó<sup>7</sup>, evidenciada pela ocorrência de intrusões graníticas com predominância de granulitos, charnoquitos, migmatitos e granitoides. Este fato possui relevância no quadro econômico atual de Alegre, principalmente no setor de extração de rochas ornamentais – mármore e granito –, setor que atravessa processo de forte consolidação no Espírito Santo, tendo como maior produtor do Brasil, o município de Cachoeiro de Itapemirim.

Alegre conforma-se como território de relevo acidentado e montanhoso (Figura 3), modelado em rochas cristalinas, se elevando a oeste, nordeste e sul, decrescendo gradualmente para leste, no Vale do Rio Itapemirim.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Conforme disposto na Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei Federal Nº. 6.766/79, o parcelamento do solo urbano somente é permitido em áreas com no máximo 30%, além do terreno acidentado ser fator de inviabilidade de algumas atividades agrícolas.

<sup>7</sup> Informação coletada no Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

<sup>8</sup> Destaque para a Serra do Pirineu ou Serra da Lesma, com mais de 1.219 metros, a norte do Distrito de Santa Angélica; Serra das Cangalhas ou Santa Catarina (1.131 metros), nas adjacências de Café e Roseira; Serra da Abundância (650 metros), e outras elevações, como a Pedra do Engano (730 metros), e Pedra Severina, (916 metros), ambas nas adjacências do distrito de Santa Angélica, todas estas fazendo parte do complexo da Mantiqueira.

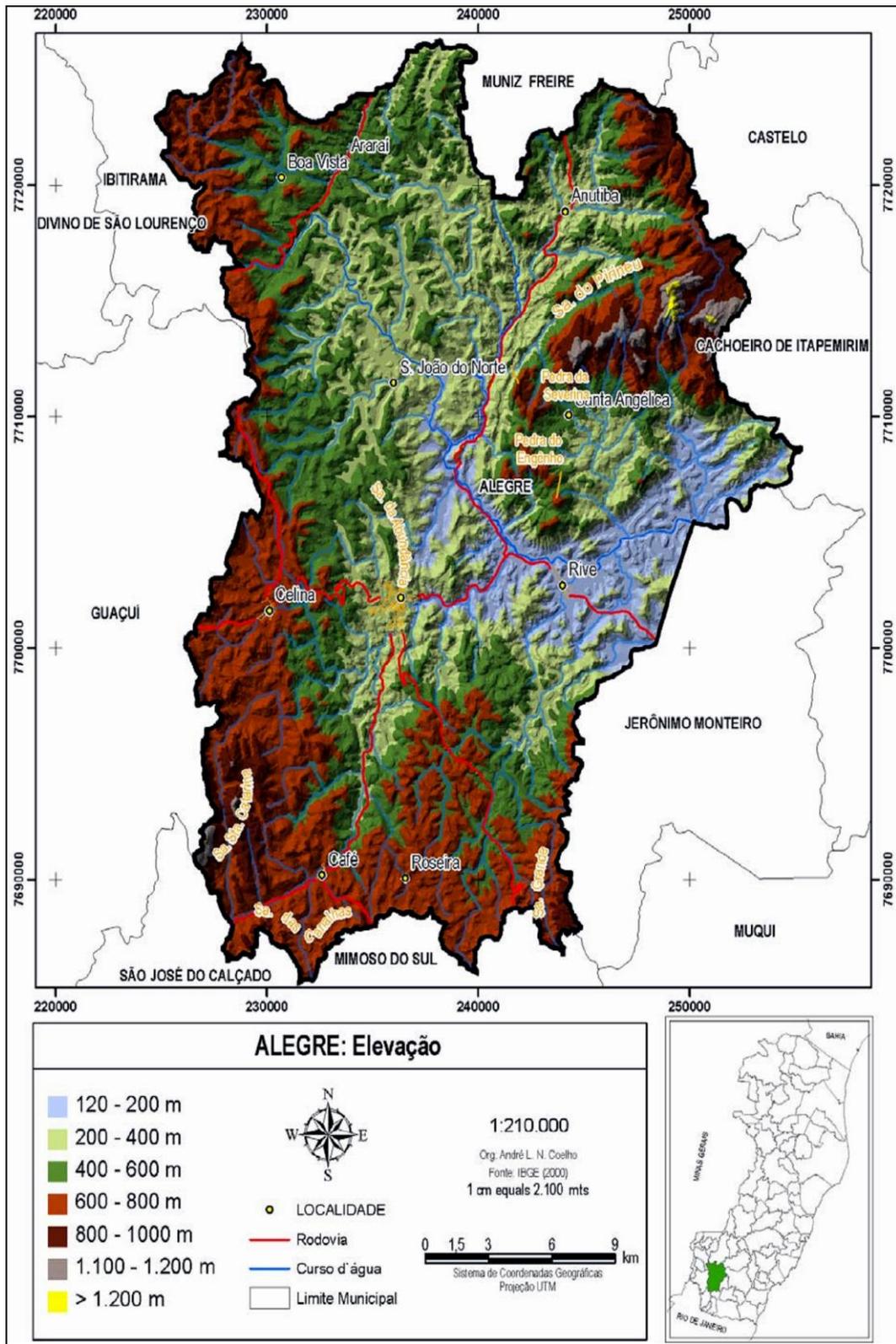


Figura 3: Mapa do Relevo do Município de Alegre.  
 Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

Os principais cursos d'água que vertem no Município são os rios Braço Norte Esquerdo e Braço Norte Direito, formadores do rio Itapemirim, de direção nordeste para o leste, caracterizando-se por uma drenagem irregular em função do comportamento geológico/geomorfológico, ora se adaptando à estrutura, ora se impondo a ela, visto que integram a Serra do Caparaó.

Os aspectos fisiográficos determinaram as ocupações populacionais no Município, localizadas em áreas de baixa declividade e próximas aos cursos d'água, terrenos ideais para o cultivo de café e produtos agrícolas de subsistência.<sup>9</sup> No que se refere aos dados demográficos, Alegre possui uma população total de 31.714 habitantes (IBGE, 2000) em seus 776,87 Km<sup>2</sup>, quantitativo que define uma baixa densidade demográfica, totalizando 40,7 habitantes por km<sup>2</sup>, número inferior ao que ocorre no Brasil e no Espírito Santo, onde as taxas de urbanização são muito superiores, em torno de 80% (IJSN, 2000). Segundo Diagnóstico elaborado pelo IJSN, a população de Alegre, em 2000, era de 31.714 habitantes (Tabela 1).

O Município é formado pelos distritos de Alegre (Sede), Anutiba, Araraí, Café, Celina, Rive, Santa Angélica e São João do Norte (IJSN). Em termos de classificação territorial, segundo o IBGE, Alegre possui áreas urbanas e rurais. Sua base econômica, fundada na agricultura familiar, define forte relação da sua população com as áreas rurais do município, conferindo ocupação, mesmo que dispersa, em todo o território.

---

<sup>9</sup> Sobre seus aspectos históricos, a região, anteriormente ocupada por índios Tamoios e Puris, passa a ser colonizada somente em meados de 1730. Neste período, com a confirmação da descoberta de ouro na Serra do Castelo, inicia-se um processo de ocupação da Região Sul do Estado, em busca de ouro e pedras preciosas, não se desenvolvendo como o esperado. Como referenciado no início deste capítulo, somente a partir de 1850, com a inserção da produção cafeeira na Região Sul do Espírito Santo, o processo de ocupação de Alegre veio a se intensificar (DERENZI, 1965). Neste mesmo momento ocorre a promulgação da Lei de Terras (1850) pelo Governo Imperial, favorecendo a regulamentação e formação de latifúndios através da aquisição por compra de terras devolutas, atraindo fazendeiros, principalmente vindos de Minas Gerais, em busca de solo fértil para o plantio do café. A povoação crescia e as fazendas floresciam, fomentando a comercialização de café, aumentando assustadoramente o trânsito de tropas para o Porto de Itapemirim, bem como a chegada de contingentes populacionais (BRAVO, 1998). A partir de então, Alegre passou a consolidar-se como um dos mais importantes municípios produtores de café do Espírito Santo, atravessando por mais de um século um processo de reorganização socioeconômica e da base material constituinte de traços que marcam sua identidade. No Capítulo 3, a formação da identidade da população alegreense será retomada. No momento, torna-se importante frisar que a origem desta esteve vinculada à produção cafeeira.

Tabela 1: Quadro Demográfico Urbano/Rural – Município de Alegre

Distritos	1991	2000
Alegre (Sede) - Urbano	12.099	14.757
Alegre (Sede) - Rural	3.479	3.303
Anutiba - Urbano	684	912
Anutiba - Rural	1.543	1.202
Araraí - Urbano	277	222
Araraí - Rural	2.191	942
Café - Urbano	466	516
Café - Rural	1.717	1.733
Celina - Urbano	1.551	1.645
Celina - Rural	1.325	1.254
Rive - Urbano	1.028	1.392
Rive - Rural	2.403	2.087
Santa Angélica - Urbano	225	231
Santa Angélica - Rural	1.434	779
São João do Norte - Urbano	-	66
São João do Norte - Rural	-	673
<b>Total</b>	<b>30.422</b>	<b>31.714</b>

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó – Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

A partir da década de 1990, ocorre o importante processo de inversão do quadro populacional urbano e rural, iniciado na década de 1970, nos distritos municipais de Alegre (Tabela 1), demonstrando que o fenômeno do deslocamento populacional dá-se mesmo em distritos distantes da Sede Municipal. Conforme a Tabela 1, a população residente nos núcleos urbanos dos distritos no ano de 1991 era de 16.330 habitantes, enquanto no ano de 2000 este número passa a 19.741, ou 62,26% do total populacional. Analisando a população rural em 1991, esta constituía 12.902 habitantes, passando, em 2000, a 11.973 pessoas que residiam em áreas rurais, o que corresponde a 37,74% dos habitantes.

Se observarmos os distritos rurais de Araraí e Santa Angélica, nota-se que houve uma diminuição considerável dos habitantes desses distritos entre os anos de 1991 e 2000. Araraí, em 1991, possuía uma população de 2.191 habitantes; já em 2000, o número de habitantes se reduziu a 942, representando uma queda de 57% da

população residente. No distrito de Santa Angélica semelhante fato pode ser notado; verifica-se que a população diminuiu de 1.434 para 779 habitantes durante o mesmo recorte temporal, o que representa uma queda populacional de 45,6%.

Este processo está intimamente associado à decadência da atividade agrícola e o conseqüente abandono de terras rurais. Aspectos geográficos, associados às novas dinâmicas econômicas vigentes, como a extração de rochas ornamentais e o incremento da pecuária leiteira, estão entre os principais fatores que contribuíram para incrementar a população urbana, em detrimento da rural. Destaca-se, ainda, a emergência da Sede de Alegre como importante centro comercial e de serviços, passando a atrair habitantes das áreas rurais em busca de emprego e moradia.



Figura 4: Foto Panorâmica da Sede do Município de Alegre  
Fonte: Perfil Municipal Caparaó/Alegre – IJSN, 2009.

Conforme demonstra a Figura 4, o núcleo original da Sede do Município de Alegre foi fundado em áreas relativamente planas, e a extensão do tecido urbano ocorre

indiscriminadamente sobre áreas com o predomínio de relevo acidentado, consideradas impróprias para a ocupação urbana. Com relação ao desenvolvimento produtivo, mesmo que esteja relativamente distante da área de maior concentração industrial do Espírito Santo (a Região Metropolitana da Grande Vitória), a base material do Município passa por transformações em sua organização produtiva, extrapolando o ambiente rural e gerando novas formas de apropriação social do território.

Como já referenciado, a partir da década de 1970 Alegre passa por diversas transformações em sua base material. Estas transformações se inserem no processo nacional desenvolvimentista de industrialização, que proporcionou ao Brasil uma expressiva integração econômica, por meio da disseminação das formas capitalistas de produção e integração dos mercados. Portanto, a partir deste momento histórico, ocorre, em nível estadual, uma nítida ruptura entre o padrão de urbanização baseado na agricultura familiar de subsistência, e um processo desencadeado ao longo das décadas de 1970 a 1990, que atualmente atravessa importante fase de consolidação urbano industrial.

Neste estudo, cabe questionar os aspectos específicos considerados transformadores, no que diz respeito ao território de Alegre, e suas consequências quanto aos aspectos definidores ou concernentes à identidade socioespacial do território. Propõe-se aqui uma análise em duas vertentes, ou duas frações do território. A primeira diz respeito às transformações urbanas recentes e seus impactos sobre o processo de ruptura entre a urbanização industrial e o modelo urbano que prevaleceu até a década de 1960, que tem como objeto ou *lócus* de transformação a Sede Municipal de Alegre, principal distrito e maior concentrador de população, atividades econômicas e culturais. A cidade, fruto da urbanização calcada na agricultura familiar foi alterada, atingindo, na chegada do século XXI, certa centralidade comercial e de serviços, proporcionando novas dinâmicas e organizações sociais. O urbano, no período de urbanização industrial, marca a cidade como espaço da produção, o ritmo de vida e modos produtivos. Desse modo, a Sede Municipal de Alegre, *lócus* que marca esta transição, será alvo desta análise, destacando os seguintes pontos:

As novas formas socioeconômicas da cidade, seus usos e funções, bem como sua relação e integração regional;

A relação entre as transformações relativas à base material, ou seja, o sítio urbano e seus aspectos naturais e culturais, com destaque para o Sítio Histórico de Alegre, remanescente do período cafeeiro, e marcante no que tange a aspectos de identidade socioespacial local. A segunda vertente, ou fração do território, diz respeito à área rural municipal, cerne formador das primeiras ocupações e da produção agrícola, que contribuíram para a formação socioeconômica municipal. Este fator ganha relevância na medida em que, no início do século XXI, novas dinâmicas estão em curso, associadas às atividades agropecuárias, historicamente presentes na região. Após o processo de urbanização industrial, o meio rural passa por transformações, sem a extinção das atividades de complementação entre as duas esferas, mas dotadas de novos arranjos capazes de provocar questionamentos acerca da identidade socioespacial. Desse modo, ganham destaque os seguintes pontos:

- A atual participação na economia local;
- Os usos e ocupações do quadro fundiário;
- As sinergias locais e regionais, no que diz respeito aos arranjos produtivos.

A proposta de avaliar as duas perspectivas territoriais, as áreas urbana e rural, não tem a intenção de separá-las, uma vez que o território analisado possui forte caráter agrícola, possuindo, portanto, em diversas escalas, complementaridade, como explicitará a análise a seguir apresentada.

### 1.3.2 Recentes transformações urbanas

Em Alegre, ocorre uma reorganização de diversas esferas socioeconômicas, pautadas no desenvolvimento de novas condições de reprodução do capital, e tendo, no seu cerne, a indústria, as matérias primas e o aprimoramento dos meios de circulação e troca de mercadorias. Este conjunto de fatores, determinante dos novos modos de produção, passa a impulsionar, particularmente na Sede Municipal, pessoas, força de trabalho e de consumo.

A este processo são acrescentadas, ainda, as dimensões políticas, sociais e culturais existentes historicamente no município. Essa condição fica evidente quando, ao analisarmos Alegre no contexto da Microrregião Caparaó, sua economia urbana ganha destaque, extrapolando os limites territoriais do Município. Cabe ressaltar que a Microrregião Caparaó não constitui uma região periférica a áreas industriais muito densas, concentradas no Espírito Santo na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Desse modo, a chamada economia urbana, como definida nesta análise, refere-se a uma comparação estabelecida com os demais municípios da Microrregião, que, embora se encontrem em fase de urbanização, são amplamente ligados a atividades agrícolas. No que se refere à participação na economia estadual, a economia urbana de Alegre é pouco expressiva; porém dentro da Microrregião possui destaque. Quanto à produção do setor primário, Alegre se destaca na Microrregião, participando em quase 10% da agricultura capixaba<sup>10</sup>. Além dos aspectos históricos, produtivos e espaciais que contribuíram para a importância de Alegre dentro da Microrregião, a existência de uma rede viária nacional e estadual cortando o território foi determinante para o desenvolvimento urbano do Município.

A BR-482, representada na Figura 5, consiste no maior indutor do desenvolvimento urbano da região, ao incorporar distritos e municípios que formam suas ligações externas ou intraurbanas, uma vez que corta o perímetro da Sede Municipal de Alegre. Constitui, portanto, um eixo de dinâmica própria, aglomerando funções e novos habitantes ao longo de seu curso. Ou seja, este eixo modal garante a Alegre uma posição privilegiada na rede urbana, tanto no sistema microrregional, interligando vários municípios, quanto no sistema macrorregional, articulando-a, principalmente, ao oeste mineiro. Sua ligação com a BR-101 ocorre em Cachoeiro do Itapemirim, onde se dá a ligação com o Sul (Rio de Janeiro e São Paulo), e o Norte (norte do Espírito Santo e Bahia) do território brasileiro.

---

<sup>10</sup> Informação coletada no Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

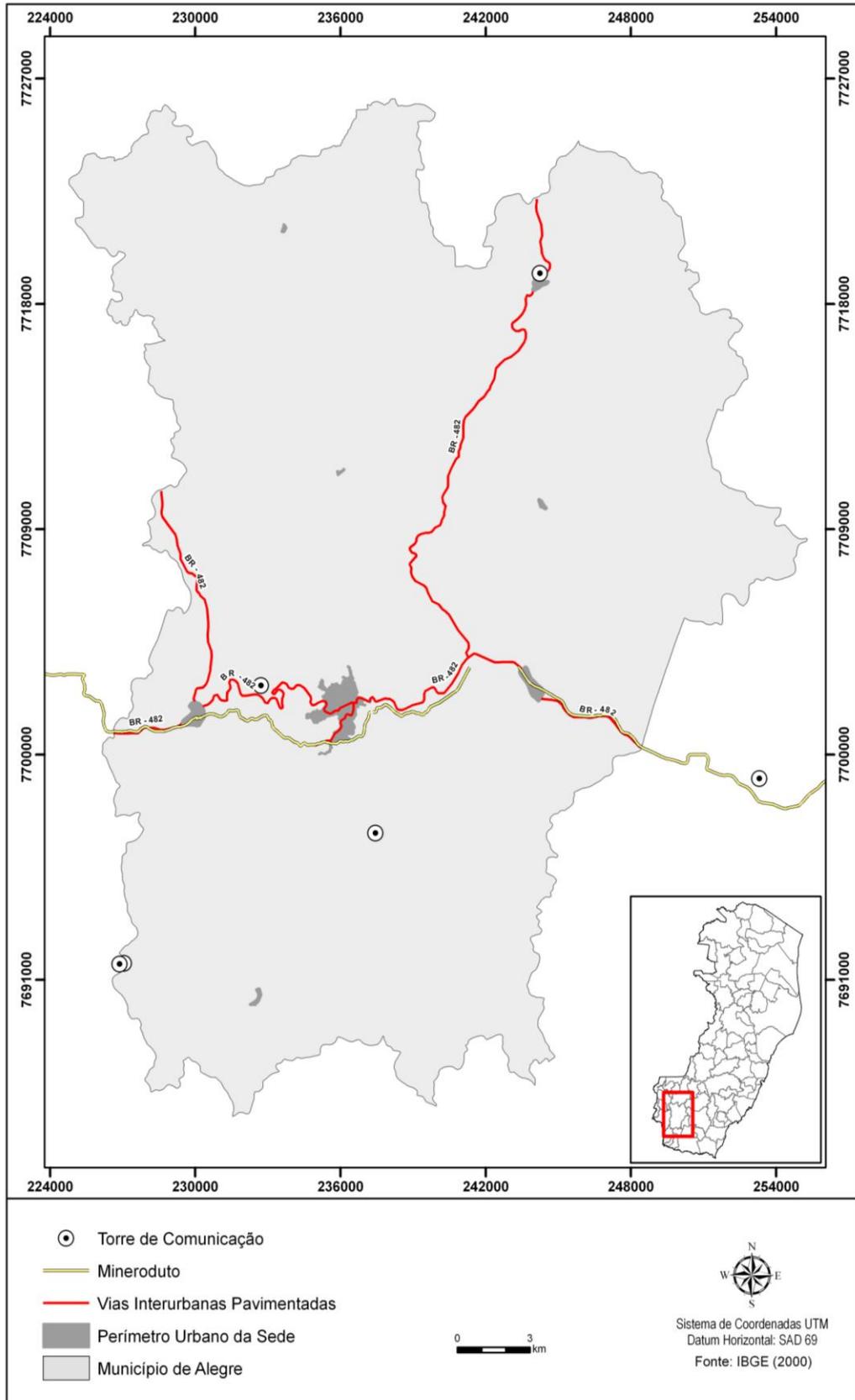


Figura 5: Mapa do Município de Alegre com destaque para as vias de comunicação  
 Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2009.

Da mesma maneira, o uso do solo urbano está estreitamente relacionado com a extensão do eixo estruturante formado pela BR-482, já que a partir dele se constituem as vias de maior concentração comercial, de serviços e indústrias e, em suas proximidades, observa-se a predominância do uso residencial e de serviços, de porte institucional e regional. Porém, permanece forte a tendência de uso identificada em consultórios médicos e odontológicos. Por sua vez, a Avenida 13 de Maio, extensão da BR-482 dentro do perímetro urbano, destaca-se por concentrar atividade de comércio, serviço e indústria, com caráter de abrangência regional.

O caráter polarizador e a diversidade das atividades econômicas encontram-se entre os principais fatores potencializadores da atração populacional por trabalho, lazer e consumo. Este fato se traduz sob duas perspectivas: uma primeira, evidentemente posta com a eminência do processo de industrialização brasileiro, e a conseqüente integração dos mercados, atraindo para a cidade a produção; e uma segunda, a partir da relativa decadência do café, apresenta-se impulsionando a necessidade da busca de nova identidade econômica. Com isso, têm-se, atualmente, novos arranjos e organizações no espaço que apontam para a área urbana como espaço que tende a especializar-se a partir da consolidação de atividades como educação e serviços vinculados (hospedagem, lazer e alimentação), bem como para a indústria de extração de rochas ornamentais.<sup>11</sup>

A economia do Município está fortemente baseada no setor de serviços, mas é importante destacar que 56,7% das atividades se caracterizam como não agrícolas, percentual que, pela primeira, vez supera atividades historicamente ligadas à agropecuária, apontadas como tradicionais, como demonstram os dados da Tabela 2. Na comparação com o quadro da Microrregião Caparaó, fica evidente que Alegre não possui mais destaque como potência agropecuária, fato que marcou historicamente o Município, mas assume papel de centralidade no que diz respeito a outras atividades, de natureza urbana.

---

<sup>11</sup> Informações coletadas do Plano Diretor Municipal de Alegre, instituído pela Lei Nº. 2.980/2008.

Tabela 2: Distribuição setorial da população ocupada – 2000.

ATIVIDADES	ALEGRE	MICRORREGIÃO CAPARAÓ
Agropecuárias	43,3	58,2
Industriais	12,9	9,0
Comércio e reparação	8,0	9,3
Prestação de serviço	35,4	22,9
Atividades mal especificadas	0,4	0,5
Total	100,0	100

Fonte: Dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

Da mesma maneira, o uso do solo urbano constitui importante suporte para a análise de transformações urbanas, ao permitir a interpretação das constantes formas de produção e reprodução do espaço, a partir das atividades dos grandes equipamentos institucionais ou de lazer, por exemplo. Em Alegre, com especial destaque para a Sede municipal, estes elementos passam a configurar o território de forma a induzir o desenvolvimento, integrando-se às infraestruturas de distribuição e comunicação, como rodovias, estradas de ferro e pontes, importantes componentes da emergência do urbano como pólo atrativo de moradia e lugar de centralidade econômica. O quadro apresentado forma-se a partir de fatores preexistentes, o que, na visão de Santos (2008), acaba por caracterizar o processo de desenvolvimento urbano pela permanência de funções e significados anteriormente estabelecidos, remodelados a partir do dinamismo da sociedade, que imprime novas funções e significados para o território.

Nesse sentido, qualquer que seja a dimensão do tecido urbano, a presença de elementos fixos e fluxos, como expressão da funcionalidade dos espaços ocorre, segundo Santos (2008), de forma dual, em que os elementos fixos representam a materialidade das edificações, e os fluxos se ligam aos fixos através da função imediata atribuída pela sociedade a esta materialidade, como circulação de pessoas, mercadorias e consumo econômico e social do espaço urbano. A identificação dos elementos fixos e dos fluxos (elementos transitórios) de uma determinada sociedade consiste num importante suporte para o entendimento das relações entre agentes sociais e território, bem como das transformações sofridas por este, uma vez que, no

processo urbano industrial, a disseminação do consumo e da circulação tornou-se uma condição.

Ao analisar o uso do solo da Sede Municipal de Alegre, a Figura 6 demonstra uma forte correlação entre eixos viários estruturantes e importantes elementos urbanos, que definem-se como fixos ou usos, capazes de atrair e centralizar as relações socioeconômicas, como concentração de atividades econômicas e, conseqüentemente, de contingente populacional. Neste caso, merecem destaque como grandes equipamentos urbanos determinantes na função de fixos e, conseqüentemente, grandes usos estimuladores de fluxo: o Campus da Universidade Federal do Espírito Santo – Centro de Ciências Agrárias (Caufes), a Faculdade de Filosofia e Letras de Alegre (Fafia) e o Parque de Exposições e Eventos Municipais. A grande concentração de equipamentos urbanos e atividades comerciais e de serviços se localiza na área central da Sede Municipal, onde se iniciou a ocupação urbana de Alegre.

Destaca-se, ainda, como pólo de Ensino Municipal, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA), instalada no Distrito de Rive, destinada ao ensino de nível médio, especializado em processos e atividades do meio rural. Em funcionamento desde 1962, esta unidade oferece cursos técnicos de Agropecuária, Agroindústria, Cafeicultura e Informática.<sup>12</sup>

Conclui-se, portanto, que ao polarizar um número diversificado de atividades e funções no território, Alegre se destaca como pólo de comércio e serviço do Município e região circunvizinha, além de concentrar em seu território um importante pólo educacional, de caráter regional. Em conjunto, as estruturas relacionadas ao ensino, oferecidas pela cidade e sua região, além de alavancar negócios, configura-se como elemento de dinamicidade na formação de pessoal, em especial para o agronegócio.

---

<sup>12</sup> Informação coletada no Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

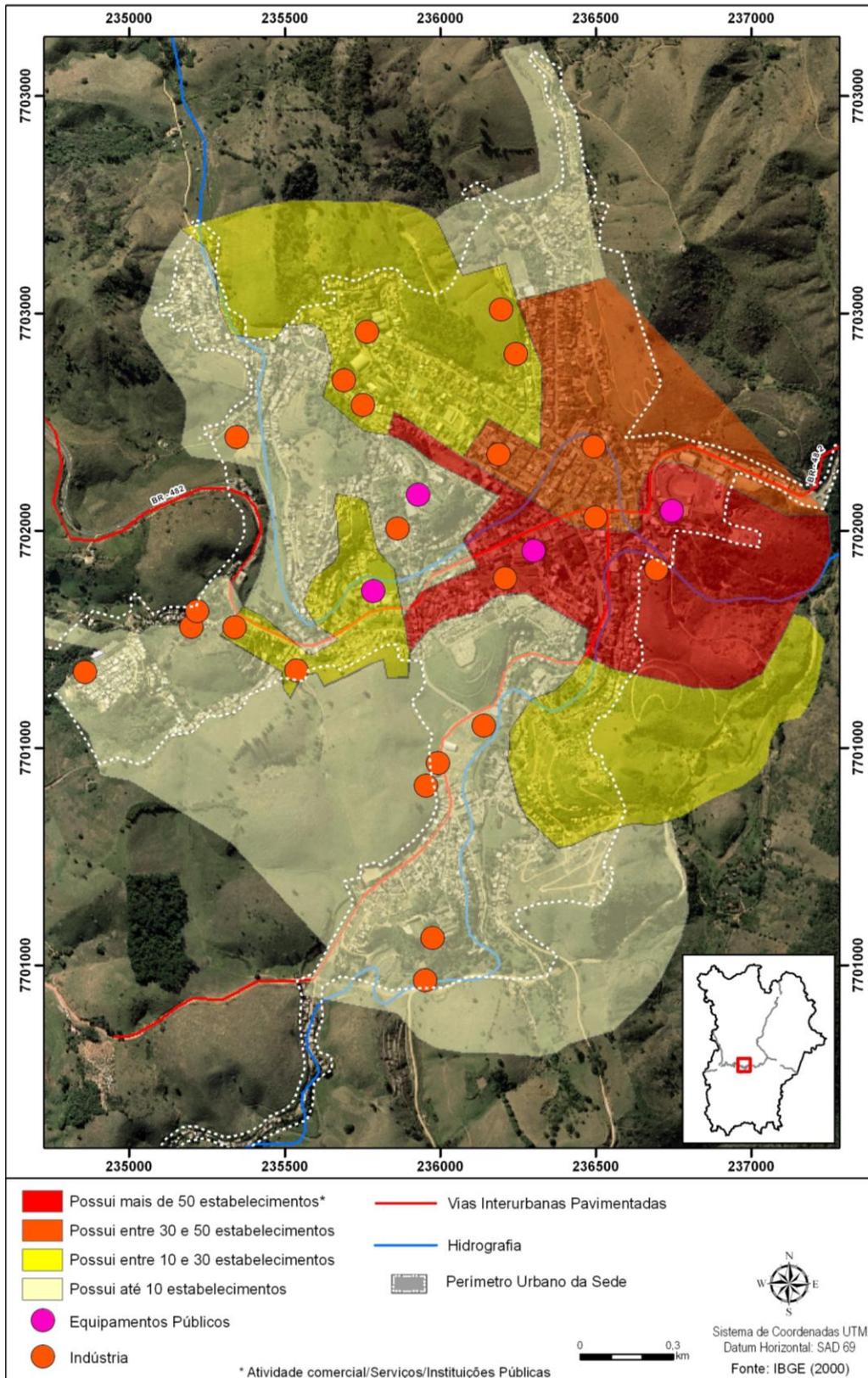


Figura 6: Mapa de densidade do Uso do Solo – Sede do Município de Alegre  
Fonte: Produzido pelo autor a partir de dados do Setor Censitário (IBGE, 2000).

A análise de atividades relacionadas ao comércio, serviços e indústrias, representadas na Figura 06, informa que a atividade industrial se encontra amplamente conectada aos eixos viários estruturantes, confirmando o potencial indutor de atração da extensão da rodovia BR-482. Já a atividade comercial concentra-se, principalmente, no centro da Sede Municipal<sup>13</sup>, área historicamente mais consolidada, por reunir, além dos estabelecimentos comerciais, as atividades diversas, voltadas à moradia e prestação de serviços, como consultórios médicos, clínicas, escritórios. Por sua vez, nos demais setores urbanos, periféricos à área central, encontram-se atividades comerciais de menor porte ou dinamismo.

Tabela 3: Setores Econômicos e Pessoal Ocupado

Atividade	Unidades Locais	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Assalariado	Salários (R\$ mil)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	5	30	26	82
Indústrias Extrativas	49	193	131	963
Indústrias de transformação	68	553	428	3.086
Construção	12	24	6	15
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	382	834	340	1.491
Alojamento e alimentação	36	90	45	146
Transporte, armazenagem e comunicações	22	193	168	1.441
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4	-	-	-
Intermediação financeira	14	73	29	915
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	28	50	19	224
Educação	8	5	3	13
Saúde e serviços sociais.	22	129	91	557
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	72	74	22	97

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico: Município de Alegre. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

<sup>13</sup> A Figura 6 propõe a análise do uso do solo urbano a partir da divisão da Sede Municipal em setores censitários, divisão territorial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2000.

Da mesma maneira, as indústrias, que agregam considerável parcela da população ocupada (Tabela 3), possuem lógica de implantação diversificada, segundo o segmento ou atividade desenvolvida. Localizam-se, assim, ao longo de vias arteriais, de vias coletoras, bem como avançam sobre áreas periféricas, com baixa infraestrutura, e próximas a áreas rurais. Essa lógica, industrial e comercial, de uso do solo, contrasta com a do uso residencial, em expansão, como consequência do crescimento populacional.

Ainda em análise da Tabela 03, referente a ocupação da força de trabalho com relação aos setores da economia<sup>14</sup>, demonstra-se a diversidade econômica apresentada no quadro atual das áreas urbanas do município de Alegre, em especial a Sede municipal. Destacam-se, principalmente, as atividades voltadas à indústria de transformação, comércio e serviços de transporte e armazenagem, como atividades que empregam maior contingente populacional e proporcionam melhores salários. Estas atividades são intensificadas a partir da maior conexão logística do território e do poder de atratividade populacional ocorrida após a industrialização capixaba. Estas afirmações ficam ainda mais evidentes quando comparamos com atividades agrícolas e mesmo com a indústria extrativista, empregando um contingente cada vez menor da força trabalhadora em função dos baixos salários oferecidos.

Outro elemento que influencia no modelo de apropriação do espaço se ampara na necessidade da implementação da política e da gestão espacial. O esvaziamento de áreas rurais vem acompanhado pelo consequente aumento da demanda nas áreas urbanas por habitação, melhorias vinculadas aos espaços públicos, lazer e atividades culturais. Ao mesmo tempo, novos eventos, como festas populares (Festival de Música de Alegre) e o exercício religioso, ou seja, formas tradicionais de vivência da cidade, articulam-se com as recentes transformações do tecido urbano. Estes aspectos, espacializados através do uso do solo urbano, representam uma

---

<sup>14</sup> Diagnóstico Socioeconômico: Município de Alegre. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005 - Os dados apresentados representam levantamento realizado por amostragem, demonstrando o quadro referente aos setores produtivos e perfil da mão de obra nas áreas urbanas do município de Alegre.

formação social que, associada ao processo produtivo atual, ajuda na compreensão da produção e reprodução do território.

No que diz respeito às transformações relativas à base material – o sítio urbano e suas características naturais e culturais –, pode-se afirmar que elas se destacam, principalmente, pelos traços de permanência que definem características marcantes da identidade socioespacial de Alegre.

A arquitetura, o relevo e os recursos hídricos imprimem contornos peculiares ao espaço e, em determinada medida, definem as particularidades de Alegre frente a outras cidades, enquanto resultado da interação de sua sociedade e os aspectos socioculturais. Esta base material consiste em importante componente do território, e sua presença possui estreita relação com as ações e interações sociais, ou seja, com a base imaterial forjada pela sociedade em questão. Nesta perspectiva, a noção de valor é um fator reconhecidamente importante no que tange à interação sociedade-território, e que, portanto, ajuda a constituir uma identidade socioespacial.

Nas palavras de Bresciani (1997:14): “[...] a cidade é o produto da arte humana, simboliza o poder criador do homem, a modificação/transformação do meio ambiente, a imagem de algo artificial, um artefato enfim”. No caso de Alegre, a arquitetura, o relevo, o clima, conformam a base material, consolidando-se como importante artefato e registro do período cafeeiro capixaba, e um dos últimos exemplares deste período, enquanto as demais relações socialmente estabelecidas formam o conjunto de imaterialidades que compõem o espaço urbano.

Porém, o território se transforma e, com ele, a sociedade, proporcionando o surgimento de novas formas e novas interações entre ambos, promovendo significados aos objetos. Dessa forma, argumenta Santos (2001), o tempo é responsável pela sucessão, enquanto o território, sua base material, é acumulação, ou seja, o dinamismo social e territorial possui significados a partir do contexto no qual estão inseridos.

Nesta perspectiva, nos últimos anos, a atividade comercial e a valorização imobiliária na Sede municipal de Alegre, com relação a região sob sua influência –

Microrregião Caparaó –, passa a determinar significativa descaracterização de imóveis de interesse de preservação e da paisagem urbana. Este processo é explicitado pela descaracterização imposta pela expansão urbana, por exemplo, na escala da cidade, identificável em propensões à uma verticalização notoriamente contrastante com as características morfológicas presentes na formação urbana do período cafeeiro capixaba.

Instituições públicas e financeiras, bem como instalações de prestação de serviços, estão distribuídas na região central da Sede, em nucleação a partir da Praça Seis de Janeiro. Neste local observa-se grande adensamento das atividades econômicas, de lazer, institucionais e do setor público, enquanto nas áreas mais afastadas da região central predominam as moradias. Por outro lado, cabe destacar a paradoxal associação do processo de deslocamento do uso residencial e de adensamento populacional na Sede, no mesmo período.

No entanto, quando se analisam as áreas de interesse de preservação histórica, localizados na Figura 7, pelo atual Plano Diretor Municipal<sup>15</sup>, verifica-se a concomitância de alguns fatores e que elucidam o esvaziamento da área central, como por exemplo, a mudança da função de algumas edificações. Dos imóveis localizados na área central, 50% possuem uso misto – residencial associado ao de comércio ou serviços. Os imóveis que desenvolvem apenas função de comércio, serviços ou indústrias representam outros 47%, enquanto as moradias, apenas 3%. Esses dados provam que a região da Sede Municipal de Alegre, na atualidade, se configura como ambiente para as relações comerciais. Por sua vez, o incremento da atividade comercial e a expansão imobiliária, relacionada à demanda por moradia, geram dois processos associados nas áreas centrais: a diminuição da perspectiva de moradia e o aumento de sua valorização.

Quanto à questão político-institucional local, já citada como importante vetor na manutenção ou transformação do espaço, essa se apresenta com importante papel na constituição da atual condição, tendo em vista a inexistência de instrumentos de

---

<sup>15</sup> Plano Diretor Municipal de Alegre, instituído pela Lei Nº. 2.980/2008.

gestão municipal capazes de conter o avanço das transformações no sítio histórico, bem como de outros processos urbanos<sup>16</sup>.

Somente no ano de 2008 inicia-se o processo de implementação do Plano Diretor Municipal<sup>17</sup>, além da atualização do Código de Obras e do Código de Posturas, instrumentos legais importantes na ação pública sobre a produção do espaço urbano. Também a partir deste momento, o Município passa a dispor de instrumentos capazes de promover a cultura e os aspectos normativos, especificamente do sítio histórico e paisagístico, demarcado e indicado à preservação.

---

<sup>16</sup> As questões relacionadas às políticas públicas, voltadas à gestão do território e ampliadas em grande medida a partir da Constituição de 1988, trouxeram consigo uma das expressões mais relevantes do fortalecimento e da representatividade dos anseios sociais, ao legitimar as condições político-legais para a consolidação democrática no Brasil. Dentre os vários avanços político-institucionais, destaca-se a instauração de autonomias sociopolíticas ao município, fundamentais para a consolidação do avanço do processo urbano industrial, principalmente ampliando de forma definitiva canais de interlocução entre sociedade e governos municipal e estadual.

<sup>17</sup> Plano Diretor Municipal de Alegre, instituído pela Lei Nº. 2.980/2008.

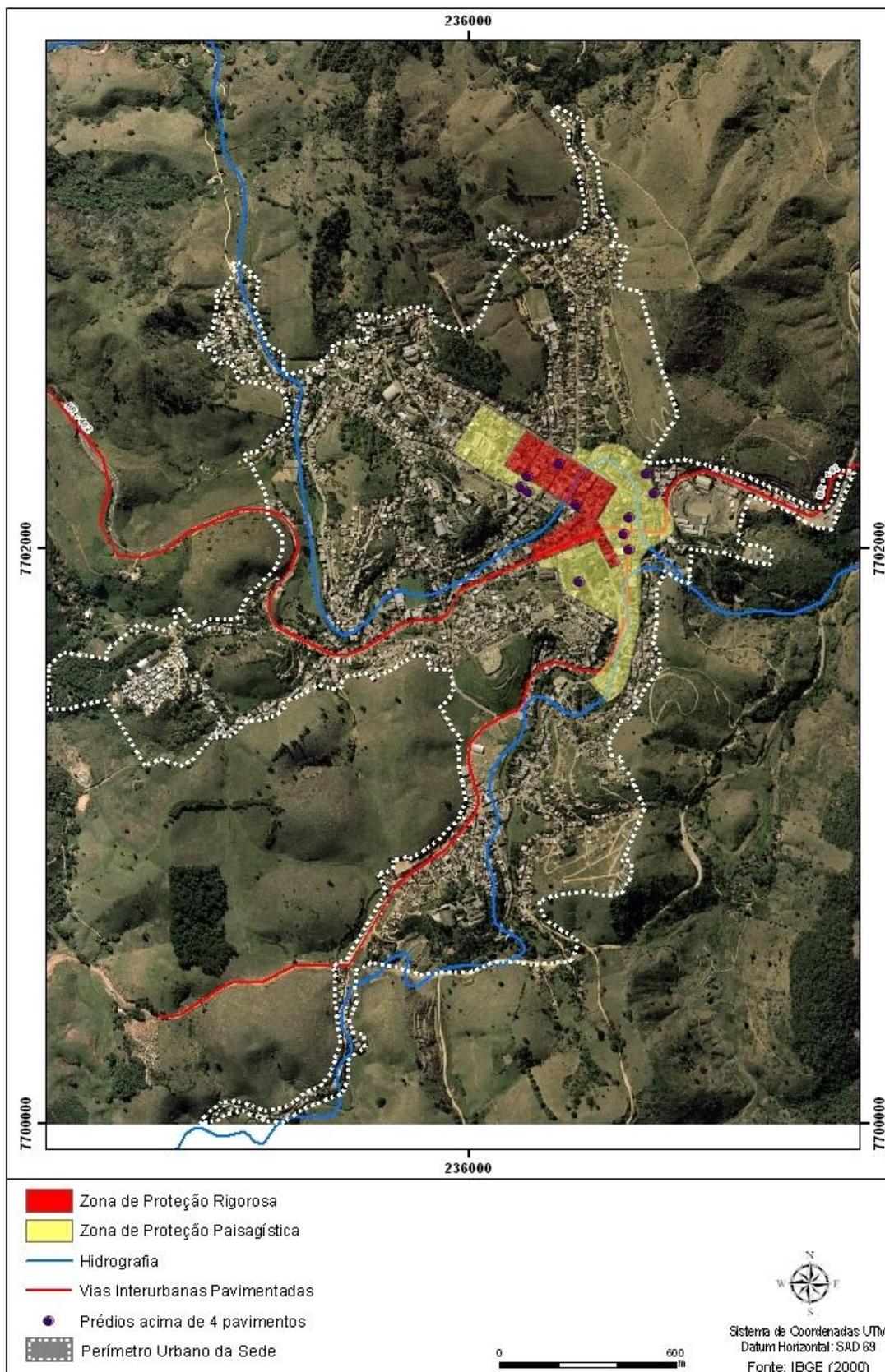


Figura 7: Mapa com a demarcação do Sítio Histórico de Alegre  
 Fonte: Plano Diretor Municipal de Alegre, instituído pela Lei Nº. 2.980/2008.

Porém, a implantação de uma política tardia e do processo de urbanização industrial resultaram na transformação do sítio histórico e do meio natural, marcante na paisagem de Alegre. Alterações nas formas de trabalho, valorização imobiliária, ampliação da circulação de produtos e bens e o adensamento urbano excessivo são alguns dos resultados do processo de urbanização mais recente, sobretudo na Sede Municipal (figura 07). O tecido urbano estendeu-se sobre áreas de relevo ondulado, impróprias para ocupação, bem como sobre áreas de interesse de preservação ambiental, como os corpos d'água. Os fatores geográficos, que dificultam a expansão urbana, associados à ineficácia da política de gestão pública e o processo de produção capitalista do espaço, resultaram em novas estratégias de produção do espaço urbano de Alegre.

Assim, numa síntese parcial do conjunto de transformações na dimensão territorial, em curso na Sede Municipal de Alegre, afirma-se a existência de um processo de deslocamento das práticas sociais responsáveis pela incorporação, em diferentes planos – econômico, político e social –, de elementos ligados ao processo de urbanização industrial, dissolvendo alguns de seus aspectos peculiares.

A ampliação de processos de migrações internas, nascente da diversificação produtiva e do conseqüente aumento da demanda por trabalho na Sede Municipal, traz como conseqüência alta concentração populacional. Por sua vez, aumentam-se as demandas por serviços, moradias e infraestrutura, passando-se à exigência por novas formas de gestão e modos de interação entre sociedade e território, como os arranjos sociopolíticos, formas de participação popular e instrumentação jurídica. Estas práticas, diretamente relacionadas às alterações nas condições de trabalho e de produção, próprias ao processo de urbanização industrial, promovem a reorganização socioeconômica do território, em associação a fatores de ordem política e cultural, dando curso a uma constante transformação socioespacial.

### 1.3.3 O rural e as consequências da urbanização industrial

A partir da década de 1970, reconhece-se no Município de Alegre um sistemático esvaziamento, resultante da dispersão populacional das áreas rurais, processo responsável pela inversão do quadro populacional no âmbito urbano. A decadência da produção cafeeira, historicamente ligada a este espaço, associa-se ao processo de urbanização e reorganização econômica da principal área urbana, a Sede do Município, como evidenciado no item anterior. O processo de esvaziamento populacional do ambiente rural não significou, contudo, o fim do rural enquanto espaço de produção – pouco mecanizado e dinâmico –, mas o impactou em proporção capaz de interferir em sua estagnação ao submetê-lo às questões do urbano.

Retornando à análise demográfica (Tabela 01), fica clara a dispersão enfatizada anteriormente, visto que aproximadamente 37% da população do Município vivem na área rural. Este processo trouxe profundos impactos sociais, uma vez que o empobrecimento da área rural influi diretamente na economia local, bem como nos movimentos de dispersão, além de ajudar a explicar o aumento populacional nos núcleos urbanizados, e o surgimento de problemas típicos de áreas metropolitanas, como favelização e ocupação irregular.

O quadro, intensificado a partir da década de 1990, impactou fortemente a produção local, promovendo a ruptura no padrão agroexportador estabelecido há quase um século. No que diz respeito à utilização do solo para lavouras, verifica-se o abandono de 51% das terras disponíveis para plantações permanentes, no comparativo entre os anos de 1985 e 2006 (Tabela 4), enquanto a utilização de terras para lavouras temporárias sofreu uma queda ainda mais significativa, tornando obsoletas 78% das terras. Desse modo, como resultado de inadequações de ordem geográfica, de esvaziamento populacional e diminuição na produção agrícola, Alegre se insere regionalmente não mais como uma potência agrícola mas, sim, por desempenhar relevante papel de centralidade urbana.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó. Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

Tabela 4: Utilização de Terras para Atividades Agrícolas – Alegre, 1985/1995-96/2006

Tipo de Lavoura	1985	1995/96	2006
Lavoura Permanente	18.369	9.440	9.213
Lavoura Temporária	6.956	3.217	1.543
<b>Total</b>	<b>25.325</b>	<b>12.209</b>	<b>10.756</b>

Fonte: Censo Agropecuário IBGE/PAM, 2006.

Paralelamente a este quadro de esvaziamento e crise agrícola, surgem alternativas para o uso de terras no Município nas suas áreas rurais. A pecuária leiteira, praticada desde o início da ocupação do território, torna-se a mais significativa atividade desenvolvida na área rural. As terras desmatadas, a decadência das áreas de lavoura, a facilidade do manejo da pastagem e o baixo custo de produção são os principais fatores de favorecimento desta nova dinâmica, com destaque para a produção de leite, no que diz respeito à produtividade. O número de pastagens no município de Alegre o coloca como principal produtor da Microrregião Caparaó, e o leva a ocupar relevante posição no contexto estadual (Tabela 5).

Tabela 5: Produção de Leite – Município de Alegre (Em 1.000 litros)

Município	1990	2000	2002	2003
Alegre	7.354	13.654	15.173	16.529
Microrregião Caparaó	23.189	44.596	46.324	49.305

Fonte: Censo Agropecuário IBGE/PAM, 2006.

Os dados demonstram que, entre os anos de 1990 e 2003 (Tabela 5), há um incremento na produção da pecuária leiteira de 224%, no que diz respeito à produção local, enquanto, no quadro regional, o Município de Alegre se destaca como o maior produtor, alcançando 33% do total da Microrregião Caparaó.

Outra forte tendência econômica do setor primário, com relevantes impactos sociais no território, está relacionada às atividades de extração de rochas ornamentais, setor responsável pelo incremento definitivo da economia local e pela reorganização funcional de áreas rurais, em virtude das transformações produtivas. Assim, por exemplo, a centralidade exercida por Cachoeiro de Itapemirim, destaque nacional na

extração de rochas, acaba por influenciar este segmento, expandindo a produção municipal.

Aspectos geográficos, como o relevo montanhoso e o tipo de rocha encontrado no território, além de aspectos logísticos, beneficiados pela rede modal formada, principalmente, pela BR-482, são fatores determinantes da expansão da extração de rochas no território de Alegre, bem como para o desenvolvimento do processo de manufatura vinculado a esta extração. Segundo o IBGE, o Município de Alegre possuía, em 2000, 17 empresas instaladas atuantes na extração de granito, e localizadas, principalmente, nos distritos de Santa Angélica e Rive.

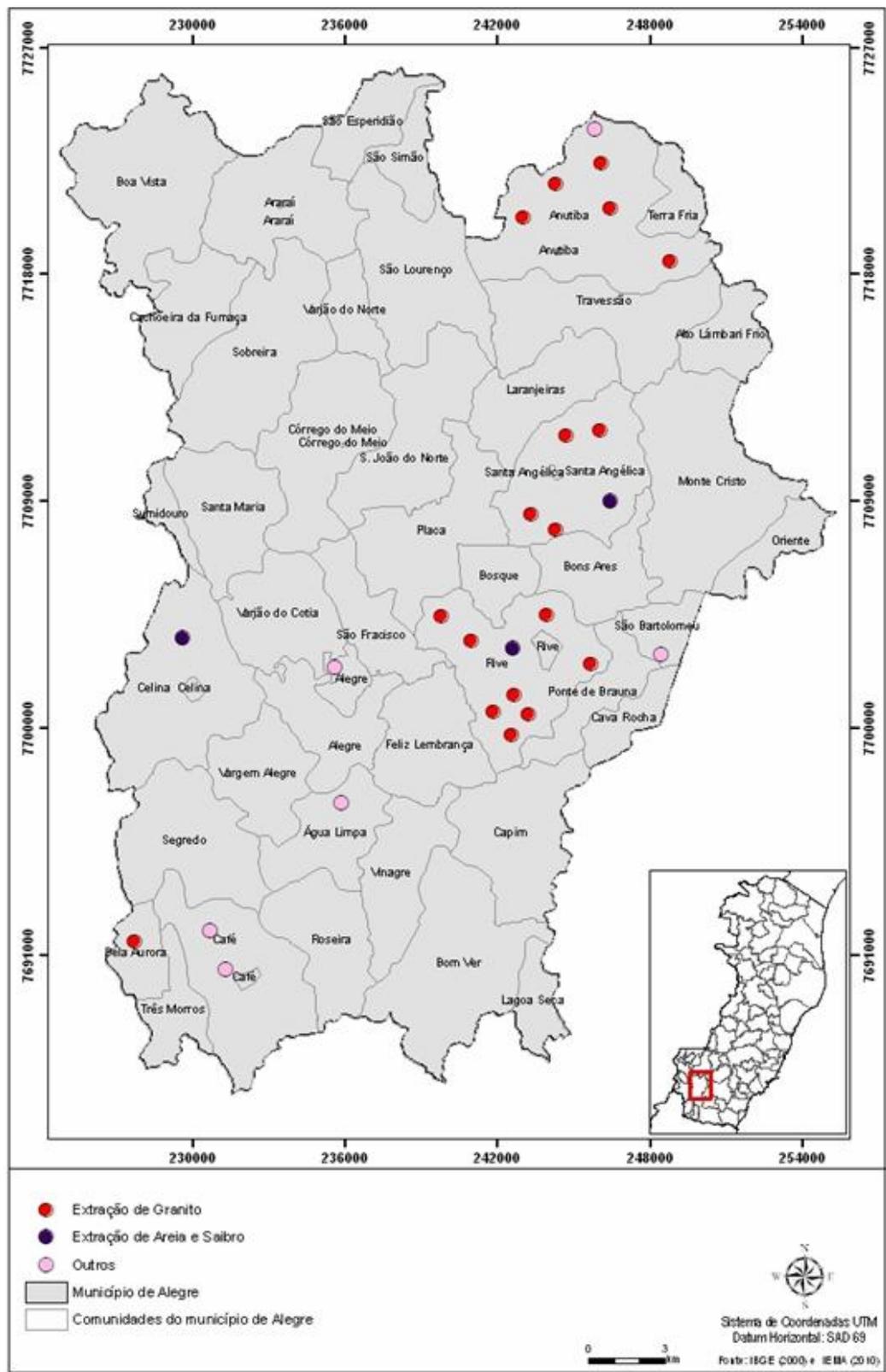


Figura 8: Mapa com a demarcação do Licenciamento Ambiental de Alegre, 2009.  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009.

Dados do Instituto Estadual do Meio Ambiente – IEMA – confirmam esse processo, ao registrarem um significativo incremento na solicitação de licenciamento ambiental, apresentado na forma de projetos de extração de rochas. Por exemplo, entre os anos de 2002 e 2007<sup>19</sup>, há um aumento de 123% no quantitativo de solicitações de licenciamento ambiental apresentadas ao IEMA, como demonstra a (Figura 8).

Em Alegre, a atividade se concentra nos distritos de Santa Angélica, Rive e Anutiba, demonstrando a expansão do setor de extração de pedras iniciado em Cachoeiro de Itapemirim, e conseqüente contribuição, de forma definitiva, para o abandono de terras destinadas à agricultura. Destaca-se, ainda, a extração de areia e saibro, atividade que, recentemente, ganha impulso econômico. Este dado demonstra uma diversificação produtiva nesta região, uma vez que os distritos analisados tem sua história econômica relacionada à produção agrícola.

Os dados econômicos da produção agropecuária e da recente produção industrial do setor de minerais não metálicos, localizados na área rural do município, passam a redefinir o papel municipal no contexto microrregional. O processo de urbanização experimentado pelas microrregiões distantes em relação ao centro industrial capixaba de maior porte, a RMGV, desempenha expressivo desafio para as cidades de menor porte, uma vez que as transformações nelas ocorridas proporcionaram profundas conseqüências sociais.

A partir desse quadro, surgem novas formas de organização socioeconômicas redefinidoras dos papéis regionais e municipais, recentemente observadas com maior clareza em função da restrita dinâmica microrregional e suas características, historicamente ligadas ao meio rural, responsáveis por interações e apropriações espaciais diversas, pelos agentes sociais. A primeira conseqüência, propiciada pela dinâmica microrregional, refere-se ao quadro urbano-rural, numa demonstração nítida da substituição do papel aglutinador das áreas rurais, tanto da população

---

<sup>19</sup> Os dados coletados no Mapa de Licenciamento Ambiental de Alegre (Figura 8), consistem em pesquisa referente às solicitações de Licença Ambiental para a extração de rocha ornamental na área rural do Município de Alegre. Os dados são disponibilizados pelo órgão governamental, que não apresenta solicitações de exploração de minerais não metálicos nessas áreas. O dado comparativo dá-se apenas entre os anos 2000, pois, anteriormente a esse período, toda exploração mineral constitui-se ilegal.

quanto da produção, sendo nesta análise representado pelo desenvolvimento do Município de Alegre.

Em síntese, nota-se que, das atividades desenvolvidas no Município de Alegre: agricultura, pecuária e atividade terciária (comércio e serviços), a última localiza-se, prioritariamente, na Sede Municipal. Quanto à estrutura fundiária, observa-se, de um lado, a dominância de grandes extensões de terra, onde a principal atividade econômica é a pecuária de leite, praticada de forma extensiva, e, de outro, a participação de agricultores familiares, situados em comunidades rurais distantes da sede, estruturadas em incipiente cafeicultura e agricultura de subsistência, produzindo milho, e ainda a criação de pequenos animais. Compõem, ainda, a estrutura fundiária do Município, dois assentamentos de reforma agrária.

Da análise, conclui-se que neste Município, a dinâmica socioeconômica acompanha o processo de remodelação do espaço, onde novos elementos associam-se aos preexistentes, transformando-os e/ou substituindo-os. Esse quadro trouxe como principais consequências transformações sociais ancoradas pelo surgimento de novas atividades econômicas, principalmente no que se refere à forma de organização do trabalho e migrações internas, definidas pelo esvaziamento do meio rural e aumento das populações urbanas dos distritos.

Estes aspectos relacionados passam a constituir fatores de atração populacional, não somente municipal mas, sobretudo, microrregional, a partir da consolidação de novas atividades econômicas como comércio, serviços e polo educacional. Tem-se aqui importante constatação no que concerne aos agentes sociais. A queda da produção agrícola e a migração de uma parcela da população das áreas rurais para áreas urbanas fazem com que novas relações de trabalho, a partir da reinserção municipal, e novas dinâmicas econômicas surjam no âmbito urbano, demonstrando não somente novas relações sociais mas, sobretudo, uma sociedade constituída sob novos parâmetros ou novos valores.

Estas dinâmicas observadas estão diretamente implicadas na divisão do trabalho como forma de organização, sendo justamente estas relações responsáveis pela transformação ou permanência de cada sociedade e, por conseguinte, de cada

território. Fica evidente, a partir dos dados analisados, que em Alegre houveram mudanças profundas na base material, estando estas alterações intimamente relacionadas ao estabelecimento de uma nova divisão do trabalho, fundada na incorporação de grande parcela da população agrícola em atividades socioeconômicas forjadas no tecido urbano industrial. Estes fatores põem sociedade e território sob novas relações, proporcionando assim processos de rupturas e descontinuidades, fazendo surgir novas relações de trabalho impostas por novos arranjos econômicos, submetendo e tornando periféricos aspectos e formas de relação socioeconômicas historicamente estabelecidas no território.

## 1.4 MUQUI

### 1.4.1 Breve caracterização geográfica

O Município de Muqui possui 327 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000), e se localiza na Macrorregião<sup>20</sup> Sul do Espírito Santo, marcadamente caracterizada pelos aspectos biofísicos e culturais, ligados à produção do café, e de forte influência cultural, vinculada à fundação da produção cafeeira na região. Na sua subdivisão, como demonstra a Figura 9, Muqui compõe a Microrregião Polo Cachoeiro<sup>21</sup>, limitando-se com os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivácqua, Mimoso do Sul e Jerônimo Monteiro.

---

<sup>20</sup> Divisão territorial proposta pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da Lei Nº. 5.120, de 30 de novembro de 1995. Esta Lei foi instituída através da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. O IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves é o órgão estadual responsável por um sistema de informação para subsídio à formulação e avaliação de políticas públicas.

<sup>21</sup> Divisão territorial proposta pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da Lei Nº. 5.120, de 30 de novembro de 1995, alterada pelas Leis: Lei Nº. 5.469, de 22 de setembro de 1997; Lei Nº. 5.849 de 17 de maio de 1999 e; Lei Nº. 7.721, de 14 de janeiro de 2004.

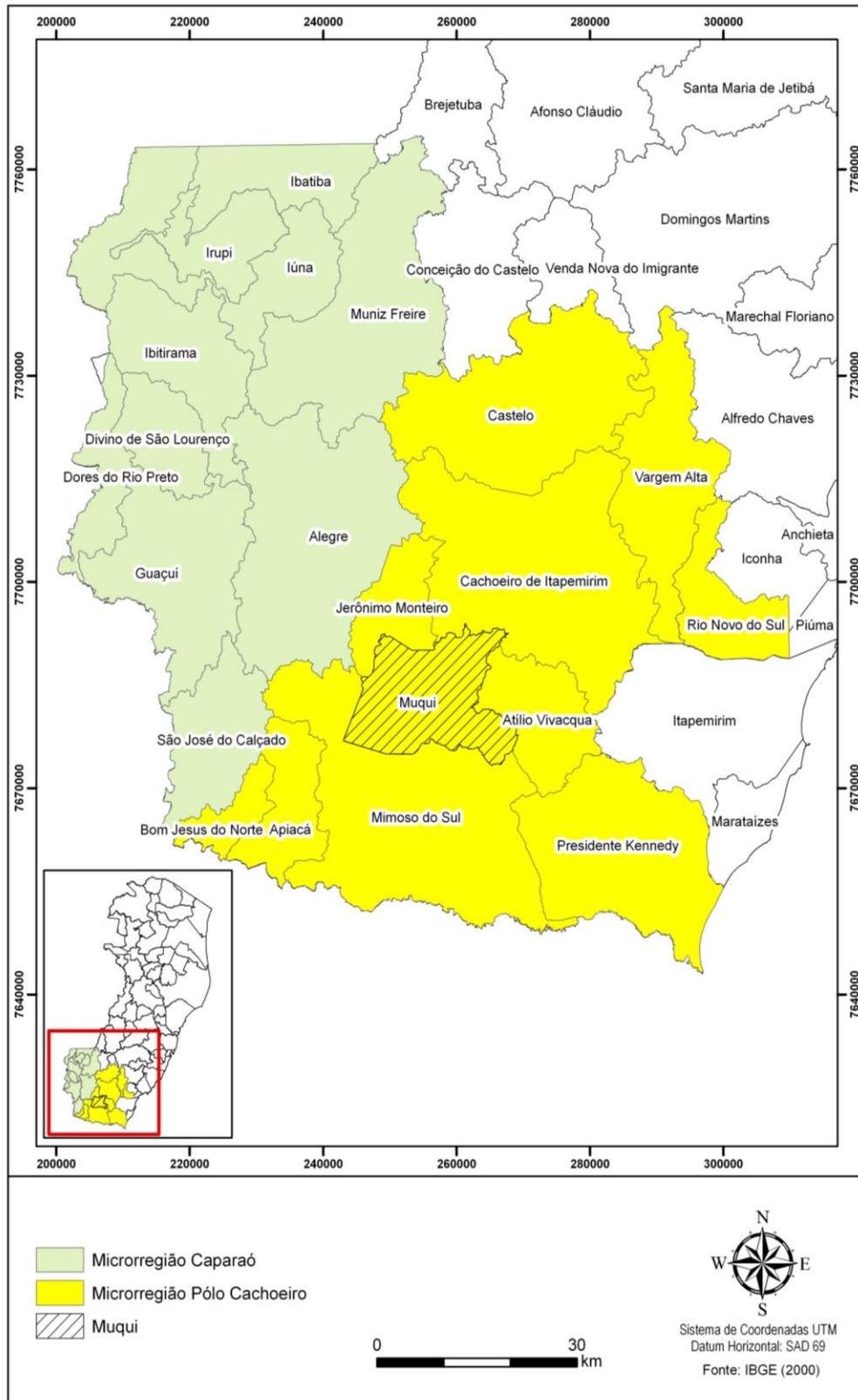


Figura 9: Mapa da Microrregião do Polo Cachoeiro, com destaque para o Município de Muqui. Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2009.

A Microrregião Polo Cachoeiro se destaca pelo papel de centralidade relativa a toda a porção sul do território capixaba, exercida pelo município de Cachoeiro de Itapemirim. Nesse contexto, Muqui chama atenção por sua dimensão cultural, identificada, entre outras razões, pelo conjunto urbano, recentemente caracterizado, identificado e mapeado enquanto sítio histórico a ser preservado, durante o processo de Tombamento Municipal<sup>22</sup>. Artefato físico remanescente do período cafeeiro capixaba, o sítio histórico de Muqui é cenário de manifestações culturais, entre as quais se destacam as festas populares, como a Folia de Reis.



Figura 10: Foto do Sítio Histórico do Município de Muqui – Destaque para a Igreja Matriz de São João Batista.

Fonte: Perfil Municipal – Polo Cachoeiro/Muqui – IJSN, 2009.

Em termos físicos, o Município tem seu relevo classificado como predominantemente plano ondulado, ou seja, marcado por áreas aptas ao plantio. Porém, o território muquiense apresenta, ainda, pontos isolados dotados de relevantes declividades. Estes pontos marcam alinhamentos estruturais, de direção predominante sudoeste-

---

<sup>22</sup> MUQUI. Prefeitura Municipal. Lei N°. 070/99, Tombamento Municipal do Sítio Histórico de Muqui.

nordeste, e elevações mais expressivas situadas a sudeste, onde ocorrem cotas superiores a 1.170 m, como a Serra das Torres (nos limites com os Municípios de Atilio Vivacqua e Mimoso do Sul), e a Serra Santa Maria, com elevação máxima de 865 m (no limite com o Município de Atilio Vivacqua).<sup>23</sup>

Quanto aos recursos hídricos, duas são as bacias hidrográficas mais relevantes inseridas no território do Município de Muqui: a Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (mais de 70%), e a Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana. Há o destaque, ainda, para a Sub-bacia do Rio Muqui do Norte, ocupando a porção nordeste e central; a Sub-bacia do Rio Muqui do Sul, localizada na porção sudoeste; e a Sub-bacia do Rio Itapemirim, ocupando a porção noroeste do território (IBGE, 2009).

A organização dos cursos d'água, em geral é caracterizada por uma drenagem irregular em função do comportamento geológico/geomorfológico, ora se adaptando à estrutura, ora se impondo a ela. Há, também, setores das bacias e sub-bacias em que as águas vertem em significativas áreas aplainadas por sedimentos. Em função destas características morfológicas planas, nestes trechos ocorrem inundações quando de precipitações mais intensas. Exemplo dessa situação é verificado em parte da Sede, praticamente fixada em um terraço fluvial.<sup>24</sup>

No contexto do histórico da ocupação da região, a partir da década de 1850 registra-se o desbravamento de terras para o cultivo de café, promovido por imigrantes vindos do interior de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Inicialmente, Muqui integrava política e administrativamente o território de Cachoeiro de Itapemirim. Contudo, rapidamente, surge um grande número de fazendas na região que, ao prosperarem, trazem dinamismo econômico para o local. Deste modo, a freguesia de São João do Muquy, denominação original de Muqui, se firmou como local de certa relevância econômica da região, condição refletida em seu desmembramento, em 07 de novembro de 1890, do Município de Cachoeiro de Itapemirim, sendo então anexado ao Município de São Pedro de Alcântara do Itabapoana.

---

<sup>23</sup> MUQUI. Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável (PDLS). Instituto Jones dos Santos Neves, 2007.

<sup>24</sup> Ibidem.

Em termos econômicos, a região é marcada pela produção de café, desenvolvida, quando de sua formação, na grande fazenda escravista, posteriormente fracionada, onde a estrutura familiar é responsável por pequena produção. Em Muqui, especificamente, algumas fazendas chegaram a possuir de 80 a 100 escravos, destacando-se como *lócus* de exploração da mão de obra servil do negro. Entre elas, podem-se citar as fazendas Santa Rita, Floresta, Entre Morros, Bom Destino, Sumidouro, Verdade, Desengano, Saudade, Primavera e Providência. Com relação aos escravos, alguns se destacavam por imenso talento na marcenaria e na carpintaria (ROCHA, 1966).

No que se refere aos aspectos demográficos, o Município possui uma população estimada de 13.642 habitantes (IBGE, 2000), residente em território composto por 327 Km<sup>2</sup>, e administrativamente dividido em dois distritos: Sede e Camará. Na Sede Municipal residem 8.642 habitantes, conforme Tabela 6; dado que revela uma ainda baixa densidade demográfica, quando comparada à densidade média do Espírito Santo (72,74 habitantes por km<sup>2</sup>).

Tabela 6: Quadro População Urbano Rural de Muqui

Distritos	1991	2000
Muqui – População Urbana	7.410	8.642
Muqui – População Rural	6.209	5.028
Total	13.619	13.870

Fonte: Dados IBGE, 2009.

Como no Município de Alegre, e em grande parte da região, ocorre no Município de Muqui, a partir da década de 1990, uma inversão em seu quadro populacional urbano-rural. Neste período, pela primeira vez em sua história, a população de áreas urbanas supera a de áreas rurais (tabela 06). Contudo, cabe ressaltar que o esvaziamento das áreas rurais não se deu de forma a desestruturar a representatividade da produção agrícola, principal atividade econômica regional.

De fato, enquanto município limítrofe e maior parque industrial da Macrorregião Sul, Cachoeiro de Itapemirim exerce significativa influência na economia local, a partir da integração de mercado, ou mesmo como principal destino da produção local.

Acrescenta-se ainda, a polarização de comércio e serviços exercida pelo Município em toda a porção sul capixaba, inibindo, por exemplo, tal segmento em Muqui, distante apenas 15 quilômetros da Sede de Cachoeiro de Itapemirim.

Assim, ao analisar os impactos do processo de urbanização industrial capixaba, em Muqui se encontram importantes peculiaridades. A primeira é a representatividade da produção agrícola, que participa significativamente nas receitas municipais, apesar da inversão populacional no quadro urbano-rural, explicada pela mecanização do processo produtivo agrícola. A segunda, no plano cultural, uma manifestação da reorganização socioeconômica, insere o território muquiense em novos arranjos socioespaciais, que mantêm viva a base imaterial da sociedade, composta, principalmente, por aspectos ligados à identidade local, podendo ser identificadas manifestações histórico-tradicionais frente à nova configuração do espaço urbano.

O Sítio Histórico de Muqui, em particular, merece destaque ao constituir-se em um dos mais belos e raros exemplares urbanos do período cafeeiro do Espírito Santo. Sua manutenção, assim como a de importantes manifestações culturais, como a Folia de Reis, constituintes da memória coletiva, persiste, inserindo-se em representativa perspectiva de fomento à economia local.

#### 1.4.2 Novas dinâmicas, velhos atores

Como apresentado na interpretação do processo econômico, social e urbano ocorrido no Município de Alegre, a partir da década de 1990, consolida-se no Espírito Santo sua dimensão urbano-industrial, responsável pelo adensamento territorial, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. No entanto, a partir do fortalecimento do mercado e do aumento da circulação de mercadorias e bens de consumo, todo o território capixaba, por meio de transformações ou reorganizações, é transformado e reorganizado em suas esferas social, econômica, política e cultural.

Pode-se afirmar, portanto, que de uma forma geral, ocorre a massificação dos novos modos de construir, morar e consumir, relativizando o peso dos papéis identitários na constituição espacial, ou no que confere particularidade a determinados territórios, num processo iniciado com a interação generalizada da produção de culturas, dinâmicas sociais e política urbana do território, definindo modos de apropriação e reprodução do espaço. Neste contexto, Muqui se destaca pela associação de dois processos, em princípio incompatíveis: uma evidente transformação, posterior à urbanização industrial, e uma expressiva incorporação de elementos do passado na sua constituição territorial contemporânea. A singularidade do desenvolvimento de Muqui será mais bem exposta no Capítulo 3. Por ora, pretende-se apresentar o contexto socioeconômico do Município, tendo em mente a importância da permanência de alguns aspectos socioculturais calcados no passado. A partir do quadro de urbanização industrial capixaba, em específico o quadro de reorganização socioespacial, propõe-se identificar e avaliar as transformações e permanências que incorporaram elementos do passado, atravessando o território municipal de Muqui. Para tanto, a Sede Municipal de Muqui será alvo desta análise a partir:

- Das novas formas socioeconômicas, seus usos e funções, bem como sua relação e integração regional;
- Da relação de transformações e permanências, além dos novos arranjos produtivos e o papel da identidade socioespacial na constituição do território.

A Microrregião do Polo de Cachoeiro, em que Muqui está inserido, destaca-se pelo dinamismo do setor de comércio e serviços, em virtude do fortalecimento regional de integração modal e, conseqüentemente, econômica, com a capital Vitória, e mesmo com o Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, recentemente, as descobertas de petróleo e gás têm proporcionado à região, de forma geral, novas dinâmicas socioeconômicas.

Dentre as transformações econômicas que impactam o território de Muqui, destaca-se, sobretudo, o surgimento de um setor orientado para atividades comerciais e de serviços. A integração de mercado, ocorrida nas últimas décadas, e que atingiu cada

nucleação urbana, possui forte relação com os eixos viários, e especificamente com seu papel na configuração do território. Nesta perspectiva, para o incremento do setor no Município de Muqui, a Rodovia ES-387 teve papel primordial, pois constitui importante indutor de articulação com municípios vizinhos, bem como com outros eixos modais importantes, em nível estadual e nacional, como a BR-101.

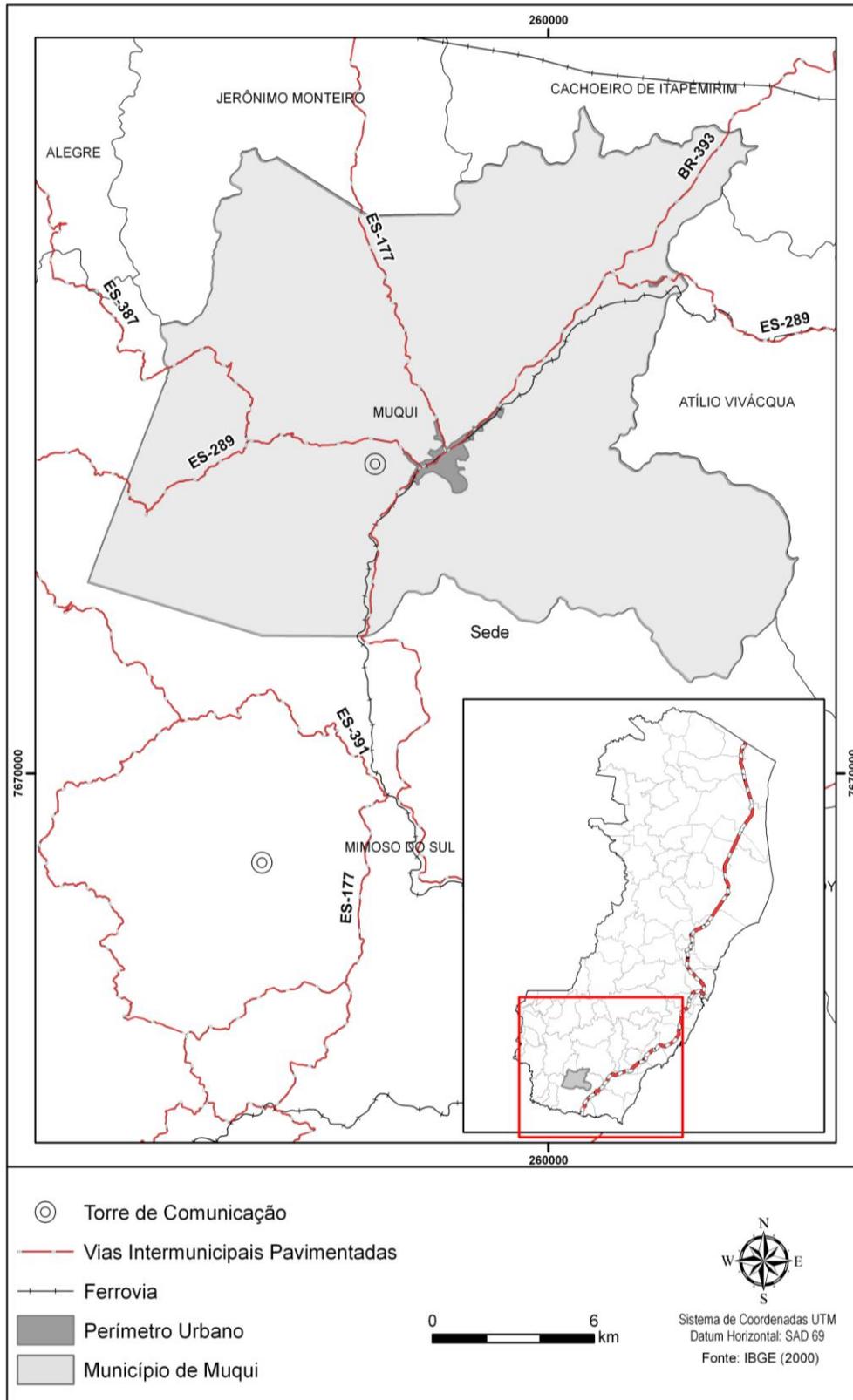


Figura 11: Mapa da Sede do Município de Muqui, com destaque para os Eixos Viários.  
 Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2009.

No que se refere à Sede, o Município possui, como principais eixos estruturantes da malha urbana, as avenidas Getúlio Vargas e Vieira Machado<sup>25</sup>, continuidade da Rodovia ES-393 e responsável por estabelecer a ligação com o Município de Cachoeiro de Itapemirim, Polo Regional, a nordeste; e com o Município de Mimoso do Sul, ao sul (figura 11). Essa se configura, também, como a mais expressiva via de locomoção da população. Portanto, este eixo, que corta a cidade, concentra grande parte das atividades comerciais e de serviços do Município.

Outros importantes eixos de ligação regional são: a Rodovia ES-387, que articula Muqui aos Municípios de Jerônimo Monteiro, Alegre e Mimoso do Sul; e a Estrada de Ferro Leopoldina, que durante décadas atuou como vetor de escoamento da produção agrícola, induzindo o desenvolvimento da região, atualmente pertencente à Vale, ligando Vitória ao Rio de Janeiro.

Em plano secundário, destaca-se a Rua João Jacinto, importante por concentrar equipamentos públicos municipais, além de interligar a Sede à Mimoso do Sul, pela área rural e, assim constituir via de comunicação responsável pelo transporte rural e escoamento produtivo. Historicamente, estas vias atuavam como importantes eixos comerciais municipais, passando, a partir de 1990, a concentrar atividades voltadas ao comércio e serviços urbanos. O setor de atividades não agrícolas, em particular, determina mais da metade das funções de trabalho desempenhadas no Município (Tabela 7).

Tabela 7: Distribuição Setorial da População Ocupada – 2000

Atividades Agrupadas	%
Atividades agropecuárias	40,9
Atividades industriais	13,3
Comércio e reparação	11,7
Atividades de prestação de serviço	33,3
Atividades mal especificadas	0,8
Total	100,0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

<sup>25</sup> As Avenidas Getúlio Vargas e Vieira Machado constituem uma única via urbana, alterando somente a nomenclatura, conforme o trecho trafegado. Estas Avenidas formam a extensão da Rodovia ES-387, importante eixo viário que articula o Município de Muqui a Cachoeiro de Itapemirim.

As atividades agrícolas representam 40,8% da mão de obra ocupada no Município, enquanto 59,2% são constituídas por atividades não agrícolas. Porém, em números absolutos, a atividade ligada à agropecuária participa com o maior contingente populacional ocupado, com 2.313 habitantes.

As atividades comerciais e de serviços possuem pequena abrangência e pouca representatividade dentro da Microrregião, uma vez que Cachoeiro de Itapemirim exerce a mais expressiva centralidade. Desse modo, o comércio local, de limitada abrangência dos setores atacadista e varejista, voltados para a comercialização de bens de consumo, como móveis e eletrodomésticos, ocorre em toda área urbana da Sede, mas recebe destaque pela comercialização de produtos com forte relação com a produção local, exercendo papel de escoamento de parte da produção agrícola.

O setor industrial, caracterizado por empresas de pequeno porte e fortemente ligado à alimentação, constitui mais da metade da produção local, e é representado pela produção de transformação, alojamento e alimentação, sendo reforçado pela dinâmica de complementaridade das atividades agropecuárias (Tabela 7).

A partir desse quadro, pode-se afirmar que Muqui possui um restrito dinamismo no que se refere ao quadro microrregional, por encontrar-se, em grande medida, submetido economicamente à lógica industrial e à centralidade exercida por Cachoeiro de Itapemirim.

Seguindo o mesmo padrão, o uso do solo urbano reflete uma limitada dinâmica, que atende ao fluxo de passagem, representado pela Rodovia ES-387 (Figura 12) e pelo fluxo de populações rurais circunvizinhas.

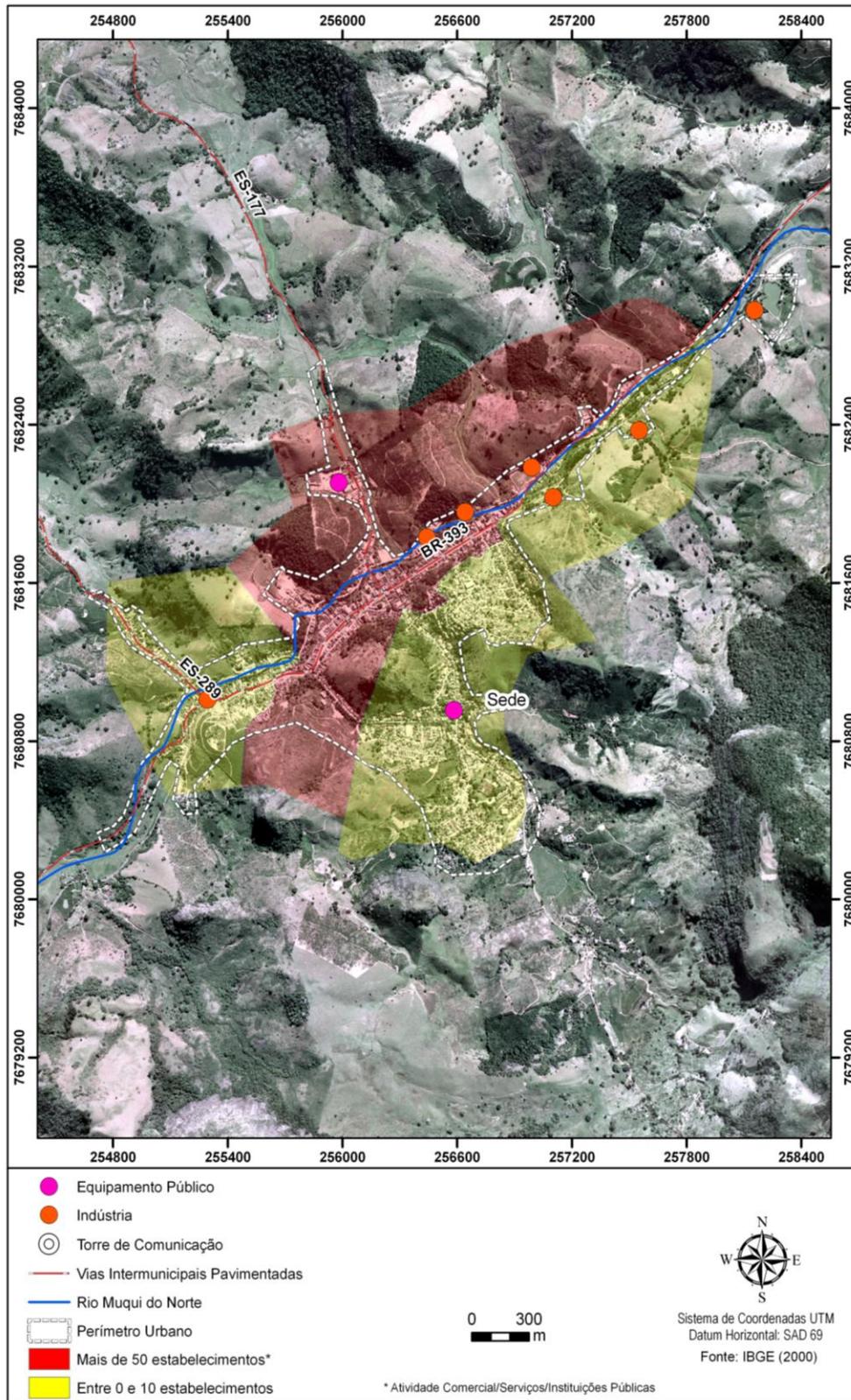


Figura 12: Mapa de Uso do Solo de Muqui – Distrito Sede.  
 Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

O papel secundário de Muqui, mesmo no atendimento da população, proporcionou novos arranjos produtivos, localmente estabelecidos, como as atividades ligadas à produção de alimentos, a partir do beneficiamento de produtos agrícolas, além da manutenção de boa parte das lavouras, fomento direto às receitas municipais e ao comércio e serviço localizado na sua área urbana. Outra atividade econômica que vem ganhando destaque no Município, o turismo – ecoturismo, agroturismo e turismo histórico –, destaca-se como uma das principais dinâmicas em desenvolvimento, inserindo Muqui no quadro regional como referência neste segmento econômico, trazendo incremento imediato a outros setores, como o comércio e atividades de serviço.<sup>26</sup>

O turismo contribui, também, para impulsionar a agroindústria artesanal, um dos setores com melhor desempenho no período recente, tendo aumentado 2.100% a quantidade de postos de trabalho. No ano de 1998, existia registro de apenas uma agroindústria artesanal, geradora de 02 empregos diretos. Atualmente, são 11 agroindústrias artesanais, rurais e urbanas, em pleno funcionamento, gerando um total de 44 empregos diretos. Da mesma forma, o agroturismo, que até o ano de 1998 existia de forma precária e desarticulada, localizado, principalmente, nas áreas rurais, possui 08 estabelecimentos, gerando aproximadamente 60 postos de trabalho formal, um acréscimo de 362%, se comparado ao período precedente.<sup>27</sup>

Fica evidente que as recentes transformações no quadro econômico do município de Muqui mantêm estreitas relações com as formas produtivas historicamente estabelecidas em seu território. O turismo e a agroindústria reforçam as relações de produção agrícola, sobretudo a de pequena propriedade familiar, gerando menos impactos socioeconômicos. Embora tenham pouco destaque no cenário econômico da microrregião, estes novos arranjos articulados na escala microrregional passam a definir o município como referência desse vetor econômico.

---

<sup>26</sup> O sistema de hospedagem figura, entre os anos de 1998 e 2005, entre os principais vetores econômicos, com um aumento de 270 % na quantidade de leitos ofertados (155 leitos) e de 333% na quantidade de empregos, gerando renda complementar para 16 famílias. SEBRAE/ES. Inventário da Oferta Turística do Município de Muqui. Vitória: 2005.

<sup>27</sup> SEBRAE/ES. Diagnóstico Socioeconômico, Município de Muqui. Vitória: 1999.

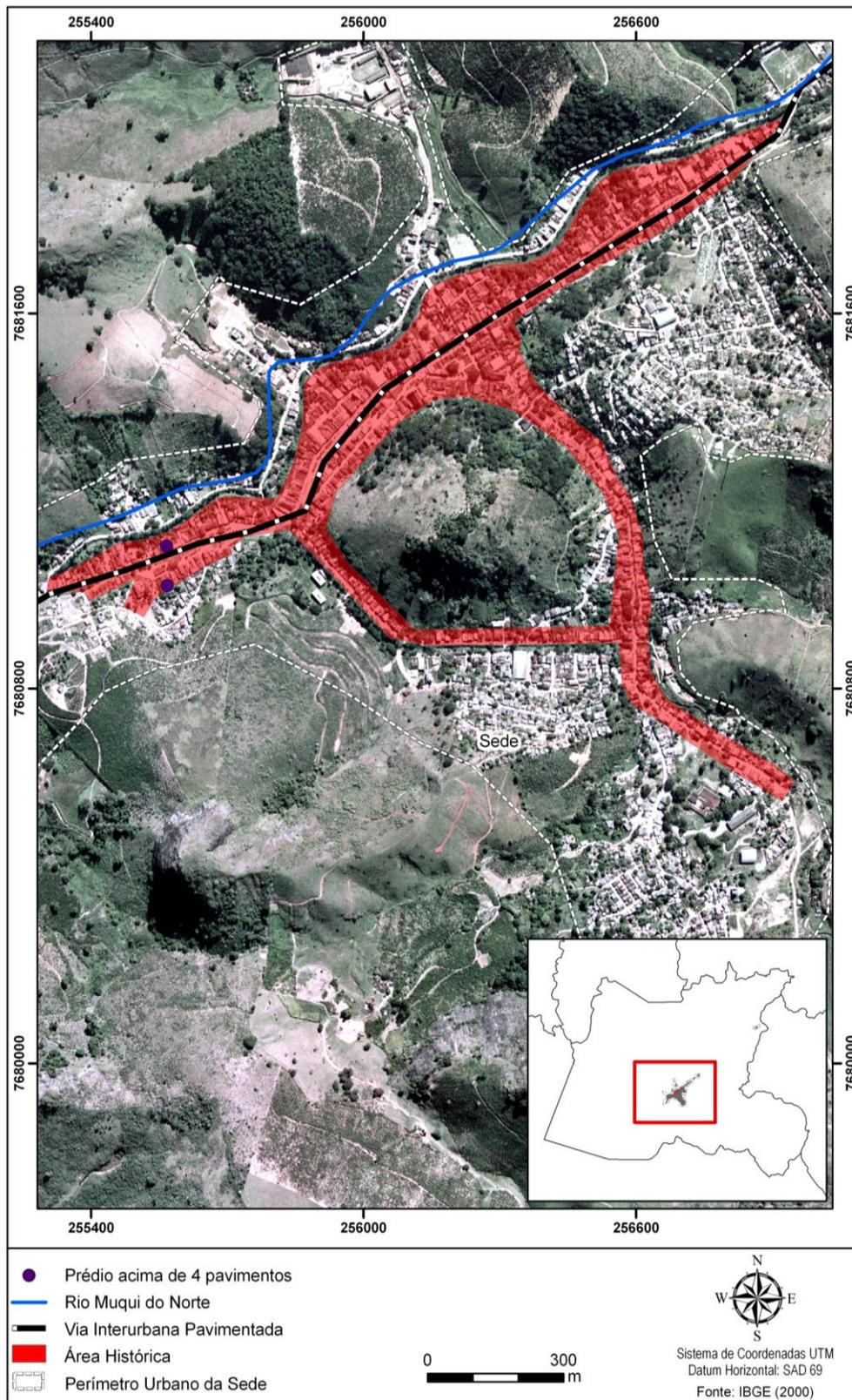


Figura 13: Mapa do Sítio Histórico de Muqui  
 Fonte: Montagem do autor a partir do Inventário do Patrimônio Cultural, estudo para elaboração da Lei Municipal Nº. 070/99 – Sítio Histórico de Muqui, 1999.

Dessa forma, outros setores, como comércio, serviço e hotelaria, dentre outros, passam a se beneficiar, acarretando assim aumento das vagas de trabalho, mas com menores impactos no processo de migração interna, uma vez que a produção agrícola persiste de forma consistente.

O desenvolvimento do turismo histórico está estreitamente relacionado ao plano político-institucional, do qual, a partir de 1998, setores da sociedade organizada passaram a solicitar o tombamento do Sítio Histórico, em função de descaracterizações e demolições que se encontravam em processo neste período. Os levantamentos técnicos, realizados pelo Inventário do Patrimônio Cultural (SEBRAE-ES, 1999), possibilitaram à Prefeitura Municipal, em conjunto com a comunidade local, iniciar um processo de gestão compartilhada do patrimônio arquitetônico e urbano da cidade, por meio da criação de Lei Municipal<sup>28</sup>, e apoio técnico do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo.

O Sítio Histórico de Muqui (Figura 13), que possui alto grau de preservação, representa a convivência entre a paisagem e as transformações exercidas na rede urbana de fluxos e funções, onde o Município passa a articular-se em novos segmentos econômicos, tendo o território, enquanto apropriação social, como principal vetor, apesar da preservação de muitas das edificações datadas da fundação. Ao todo, são 561 imóveis tombados pelo Município<sup>29</sup> com o auxílio do processo participativo na proposição deste Sítio, determinantes para sua preservação física, mas principalmente sua integridade socioespacial. Ou seja, foram preservados tanto as edificações (materialidade), como também seus significados e funções para a sociedade muquiense.

Os usos originais dos edifícios integrantes do Sítio foram, em grande medida, preservados, condição que contribuiu para o controle de formas indevidas de apropriação dos imóveis, resultantes da manutenção do uso residencial, bem como das atividades comerciais de cada edifício (65,25% dos imóveis possuem uso

---

<sup>28</sup> MUQUI. Prefeitura Municipal. LEI Nº. 070/99, Tombamento municipal do Sítio Histórico de Muqui, 1999.

<sup>29</sup> MUQUI. Inventário do Patrimônio Cultural: Sítio Histórico de Muqui, 1999.

residencial, 19,25% possuem uso misto – comércio ou serviços e residencial –, e 7,2% dos imóveis possuem uso comercial).<sup>30</sup>

Dessa forma, o turismo histórico e cultural torna o município referência, pois sua manutenção, associada às relações socioeconômicas e culturais definem o município como principal roteiro para tais atividades em todo estado.

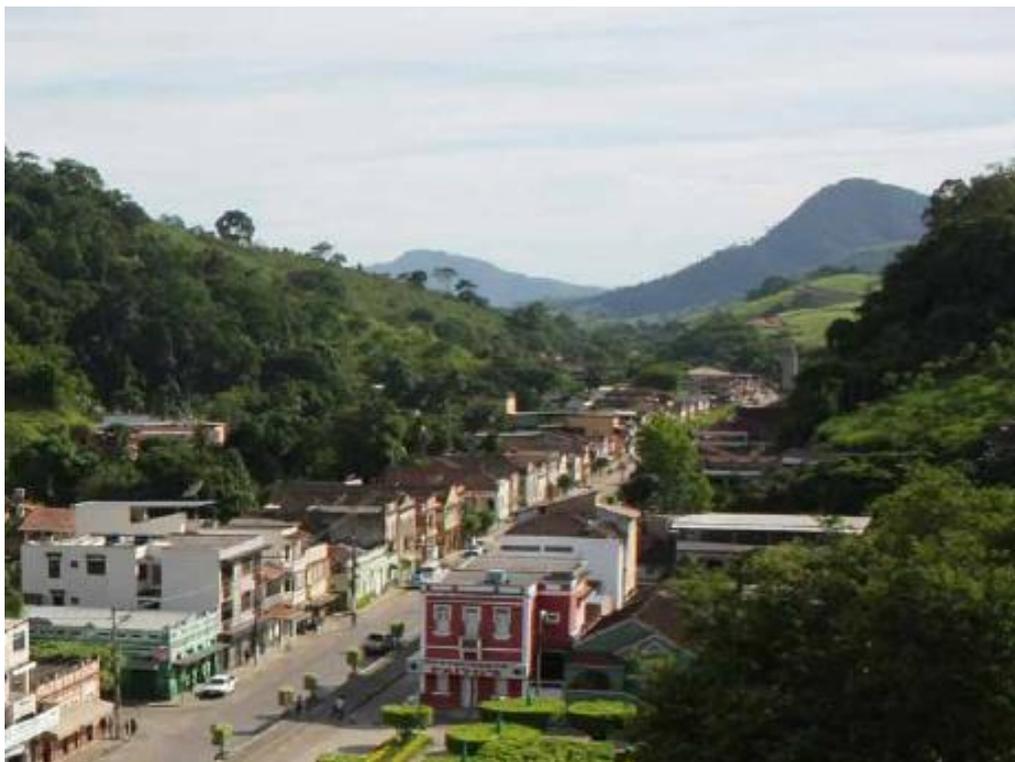


Figura 14: Foto Panorâmica do Sítio Histórico de Muqui  
Fonte: Perfil Municipal – Polo Cachoeiro/Muqui – IJSN, 2009.

Além da preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, a atual política municipal de Muqui busca resgate identitário da sociedade, através do apoio às manifestações culturais. No ano de 2001, foi organizada a Associação de Folclore de Muqui, como forma de preservar a identidade histórico-cultural da população, além de resgatar e articular grupos organizados, com a intenção de divulgar as manifestações culturais que marcaram um período histórico calcado na produção cafeeira.

---

<sup>30</sup> Ibidem.



Figura 15: Foto da Igreja Matriz de São João Batista – Construção tombada como Patrimônio Histórico-cultural de Muqui

Fonte: Perfil Municipal – Polo Cachoeiro/Muqui – IJSN, 2009.

A preservação dos remanescentes culturais, ao mesmo tempo em que recupera a identidade local, contribui para a celebração de festas e ritos que proveem a inserção de espectadores (turistas) atraídos pelas manifestações folclóricas.

Entre as manifestações folclóricas recuperadas, destaca-se a reestruturação do antigo Torneio de Folia de Reis (Figura 16), institucionalizado no primeiro Encontro Nacional de Folias de Reis, ocorrido no ano de 1950. Posteriormente, o Encontro

passou a ser denominado como Encontro Nacional de Folias de Reis, em 2004, e no ano de 2005 reuniu 70 grupos de Folias de Reis dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.



Figura 16: Foto da Folia de Reis em Muqui – Encontro Nacional de Folia de Reis – 2007  
Fonte: Acervo Pessoal do Autor, 2007.

Portanto, Muqui apresenta, em sua identidade socioespacial construída, o cerne gerador de um novo padrão urbano, integrando o território e a economia do Município.

É importante destacar que o processo de urbanização industrial promoveu em Muqui, ainda que de forma distinta em relação a áreas mais urbanizadas e industrializadas do Espírito Santo, a necessidade de novas lógicas socioeconômicas, derivadas da ruptura do ciclo econômico estruturado na agricultura, sem significar uma ruptura brusca com o passado. Ou seja, Muqui se destaca pelo papel da identidade socioespacial na apropriação do território, com a incorporação de aspectos atuais do desenvolvimento, principalmente tecnológico e informacional, relacionados à cultura e aos modos de vida historicamente presentes no território.

No que diz respeito às dinâmicas econômicas relacionadas à área rural, fica clara a participação da lavoura na economia local, mesmo perante os processos de urbanização e a ruptura do padrão agrícola (Tabela 8). Mesmo havendo a queda relativa na produção agrícola, em termos de lavouras permanentes e temporárias,

sua participação continua a influenciar de forma definitiva nas riquezas geradas no município.

Tabela 8: Muqui – distribuição setorial da população ocupada - 2000

Tipo de Lavoura	1985	1995/96	2006
Lavoura Permanente	6.217	5.700	4.051
Lavoura Temporária	3.520	1.117	1.543
<b>Total</b>	<b>25.325</b>	<b>12.209</b>	<b>10.756</b>

Fonte: Censo Agropecuário IBGE/PAM, 2006.

O café continua a exercer o posto de principal produto, obtendo participação em 65,3% da produção (Tabela 9), seguido pela fruticultura. A produção agrícola se mantém como importante suporte da economia local, acompanhada pela pecuária que atende ao mercado local e de Cachoeiro de Itapemirim. Dessa forma, o município de Muqui insere-se no quadro microrregional como importante produtor agrícola, fato que marcou toda sua trajetória socioeconômica desde sua formação territorial.

Tabela 9: Muqui – quantidade produzida da lavoura permanente – 2006

Produto	Unidade	Quantidade
Banana	Tonelada	1.104
<b>Café (beneficiado)</b>	<b>Tonelada</b>	<b>2.990</b>
Coco-da-baía	Mil frutos	40
Laranja	Tonelada	136
Maracujá	Tonelada	360

Fonte dos dados: IBGE/PAM, 2006.

A atividade industrial participa de maneira importante na economia rural, com destaque para a agroindústria artesanal e a indústria ligada ao beneficiamento de frutas e alimentos. Por sua vez, o setor de extração mineral está representado por 10 empresas instaladas na área rural, condição que não potencializa Muqui como grande produtor no setor, nem mesmo como tendência.<sup>31</sup> A forte relação da

<sup>31</sup> Ibidem.

população com a produção agrícola, associada a fatores geográficos, limitam a exploração de minerais não metálicos como rochas e areia.

Esta afirmação se confirma, principalmente, por dois fatores: a vocação local para atividades agropecuárias, e os aspectos geográficos, pois o território possui limitado número de jazidas minerais, dado seu relevo predominantemente plano e ondulado.

O agroturismo, como já exposto, amplia seu ramo de atividades em direção à área rural, incorporando aspectos naturais e paisagísticos, como atrativos e destinos alternativos. Além disso, antigas fazendas e pequenas propriedades de agricultores diversificam sua produção, proporcionando como opção de uso o turismo, agregando assim valor a produtos agrícolas e demonstrando a incorporação de fatores historicamente estabelecidos no território, ante novas dinâmicas socioeconômicas vigentes.

O desenvolvimento urbano e industrial capixaba proporcionou uma ruptura no padrão de ocupação precedente, ligado à agricultura, mas o surgimento de novas relações entre campo e cidade fizeram nascer, mesmo nos centros urbanos mais distantes, sinergias socioeconômicas materializadas no território em diferentes escalas. Ao longo de várias décadas, estas centralidades adaptaram-se ao novo processo, passando, na atualidade, a cumprir papéis em escala macrorregional, microrregional e local, e inserindo-se em dinâmicas conjuntas. Admite-se a afirmação de (SANTOS, 2001), de que os processos de modernização não se darão de forma igual nos lugares, caso explícito de Alegre e Muqui, se comparados, mas importa sobretudo a resposta de cada lugar a tais processos. Fica evidente que no caso de Muqui ocorre a incorporação de valores e atributos tradicionais na tentativa de novos arranjos na tentativa de inserir-se em novos parâmetros de competitividade microrregional.

O processo de modernização do território aqui demonstrado tem na divisão do trabalho uma repartição mais igualitária dos recursos, equilibrando as relações entre rural e urbano, resultando em menos descontinuidades e rupturas entre os agentes sociais e as formas de produção. Muqui, especificamente, destaca-se ao se inserir no quadro microrregional aderindo, como meios transformadores, a aspectos ligados

à identidade socioespacial, e incorporando elementos intrínsecos ao território. Estes aspectos, de dimensão interna, interagem com os externos, numa forma de transformação conciliadora da permanência de formas de trabalho e elementos culturais e novos arranjos econômicos.

## **2. O TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO: DA TOTALIDADE À FRAGMENTAÇÃO**

O capítulo anterior expõe a caracterização dos municípios, Alegre e Muqui, como forma de melhor compreender os processos de urbanização desenvolvidos nestes territórios. O objeto do presente estudo é a análise de como se processa o desenvolvimento territorial urbano em núcleos menores, onde, aliado ao contexto global de urbanização, se faz presente a sedimentação da identidade local.

Diante do exposto, mesmo considerando a importância das diversidades encontradas na trajetória de desenvolvimento de Alegre e Muqui, torna-se necessária a compreensão de um referencial sobre a dinâmica territorial contemporânea, que passou a influenciar desde países até pequenas localidades interioranas, em maior ou menor grau. Destaca-se também que, na atualidade, em que prevalece o domínio da informação como fator de desenvolvimento das sociedades, dificilmente ocorre o isolamento de territórios, sejam urbanos ou rurais.

O território constitui um conceito amplamente utilizado no discurso científico, mais especificamente pelas ciências humanas, como políticas e sociais. As ciências políticas, principalmente a geografia, centraram seu foco analítico especialmente na figura do Estado<sup>32</sup>, enquanto as ciências sociais, principalmente a antropologia e parte da sociologia, focaram suas análises nas relações das sociedades tradicionais<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Milton Santos (2001), ao criticar a noção de território associada à ideia de Estado, afirma que ela é herdada da construção hegemônica do Estado Moderno. Esta afirmativa propõe um Estado que tem no seu centro e, portanto, sob sua total subordinação, o solo pátrio, espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente constituídos.

<sup>33</sup> Para Anthony Giddens (1991), a antropologia e parte da sociologia, desenvolveram uma noção de território, a partir da análise das sociedades tradicionais. Este foco analítico constitui uma visão que privilegia o território cultural, forjado a partir das relações sociais estáveis, no tempo e no espaço. Desse modo, o autor

Na visão contemporânea, o território passa a ser redescoberto pelas ciências sociais, porém, na maioria das vezes, de forma contraditória<sup>34</sup> ou rígida (HAESBAERT, 2001). Para Haesbaert (2001), a definição de território, durante um longo período, tem sido orientada para uma noção que o aproxima da ideia de Estado, centralizador, enquanto poder de excelência, sem desqualificar o contexto social e sua dinâmica.

Esta visão é compartilhada por Milton Santos (2001), que expõe a necessidade do abandono, pelas análises acerca do território, de conceitos puros. A definição pura, definida pelo autor, expõe a concepção intocada, original, a partir da qual este conceito vem sendo abordado pelas ciências sociais, centrado no espaço nacional.

Desse modo, é excluído o que interessa para a discussão da constituição do território, da sua utilização e, por conseguinte, suas periodizações, sua importância para o entendimento da formação social do espaço<sup>35</sup>, bem como suas escalas e inserções local, regional, global. Diante desta problemática, este estudo visa a uma abordagem sobre o conceito de território, e uma breve trajetória ante as transformações proporcionadas a partir do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação. Faz-se necessário, como exposto anteriormente, a adoção de um referencial teórico que englobe a problemática estabelecida diante do momento histórico atual.

Milton Santos (2001) expõe a definição deste momento histórico como técnico-científico-informacional<sup>36</sup>, no qual o território passa a ser construído ou reconstruído, no meio rural ou urbano, tendo como propiciadores a técnica, a ciência e a informação. Este fato traz, como consequências, mudanças e transformações

---

explicita a constituição territorial em virtude da apropriação dos indivíduos, na forma de laços sociais, das cosmologias religiosas como práticas rituais e da tradição, como meio de conectar presente e futuro.

<sup>34</sup> Em sua exposição acerca de território e desterritorialização, Rogério Haesbaert (2001) argumenta a necessidade da incorporação, pelo discurso proposto por determinadas ciências sociais, da dimensão espacial da sociedade, ou seja, da ação estabelecida entre território e grupos sociais. Este questionamento nasce da eminência de retomar o conceito de território na sua forma de substrato social, base da vida e das relações humanas.

<sup>35</sup> Para Lefebvre (1991) todas as manifestações socioespaciais da instância econômico-ecológica e as múltiplas instituições e organizações culturais expressam formas de produção do espaço social.

<sup>36</sup> Quanto ao meio técnico-científico-informacional, Milton Santos (2001) o define como meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência, e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem as diversas modalidades e as diversas etapas da produção.

importantes nos contextos socioespaciais. Tem-se, portanto, na composição do território, uma materialização em forma de objetos tecnológicos a serviço da ciência e da informação. Santos (2001) argumenta que o processo de informatização do território se dá mais rapidamente em sua base material, do que na sociedade ou nos circuitos econômicos em si.

Para melhor compreender este processo dialético entre território e suas transformações, torna-se essencial investigar tais transformações, sua natureza e, por conseguinte, o papel dos atores sociais na dinamização da sociedade, que se reflete no espaço.

Uma primeira transformação na relação do território com seus agentes sociais localiza-se na esfera mais tradicional, em que o território é determinante como base dos fatores natural e socialmente construídos pelos grupos sociais. Esta transformação atinge diretamente os elementos preponderantes da relação sociedade-território: as raízes e a identidade socioespacial. Ou seja, adotando a identidade socioespacial em seu sentido estrito, como consequência da ligação entre relações sociais (patrimônio histórico arquitetônico, modos de produção e paisagem), a pesquisa objetiva evidenciar não somente a realidade atual, como também componentes preexistentes no território.

Uma segunda transformação refere-se à divisão do trabalho e suas implicações ante a especialização e a informatização do território e que passa, cada vez mais, a redefini-lo (SANTOS, 2001). A divisão do trabalho expõe a problemática estabelecida entre território e sociedade, sendo uma consequência do processo de industrialização em que se estabelece, principalmente em meio urbano, a coisificação da força de trabalho com a fragmentação dos indivíduos a partir da produção (LEFÈBVRE, 1999).

Diante da informatização do território, o trabalho torna-se cada vez mais científico, promovendo sua divisão e, como consequência, um desenvolvimento social. Milton Santos (2001) argumenta que, a cada nova divisão do trabalho, a sociedade conhece um movimento importante, e assiste ao surgimento de novas funções sobre o território. Fica claro, na explicação do autor, que a fragmentação do território nasce

a partir do avanço científico e da criação de novos objetos. Os objetos, traduzidos sob a forma de indústrias, fluxos financeiros e informacionais, caracterizam a sociedade capitalista e seu modo de produção. Em cada momento histórico, as especializações passam a substituir antigas formas, existentes do território, de maneira completa ou parcial.

Neste contexto, a divisão do trabalho possui papel fundamental na relação entre os agentes sociais e seus movimentos, realizados a partir da lógica da produção, pois, é só a partir dela que este processo ocorre de fato. A divisão do trabalho é determinante, inclusive, no vetor de transformação, presente na relação do território com seus agentes sociais, na sua esfera mais tradicional, a das identidades socioespaciais, face à sua base material.

## 2.1 O TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO: uma abordagem conceitual

No mundo contemporâneo, o território ganha novos contornos e características, redefinido a partir de interações dos subsistemas natural, construído e social. Desse modo, é necessário percorrer a trajetória do conceito de território para, assim, entender suas relações com os subsistemas e as suas configurações nacional, regional e local. Partindo deste conceito de território, se estabelece o debate fundamental para a compreensão da sociedade contemporânea, particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas, centradas na problemática entre urbano e rural. Esta relação, historicamente abordada pelo debate focado entre cidade e campo, a partir das transformações do território, emerge com novas abordagens. Para tal, será necessário superar a dicotomia cidade e campo, e reconhecer uma autonomia do urbano sobre o rural, conquistada, recentemente, ante os novos processos transformadores das relações socioeconômicas, espaciais e culturais pós-industrialização.

Recorrendo à etimologia, a palavra território deriva do latim *torium* e terra, o que significa pertencente a alguém (HAESBAERT, 2001). Para Roberto Lobato Corrêa (2007), o significado de pertencimento relativo à terra nasce do pertencimento a um

grupo social, que, ao tomar posse do território, estabelece relações de interação, definindo os grupos e, ao mesmo tempo, o espaço habitado. Este autor argumenta, ainda, que o fato de pertencer a alguém, relativo à terra, ocorre não somente como forma de propriedade privada, cerne do pensamento capitalista de produção e reprodução do espaço, mas, também, em seu caráter de apropriação social, que se dá através da vivência e da identificação.

Adota-se aqui uma concepção do território substancialmente aproximada da visão de Henry Lefévre (2008). Para este autor, o território nasce a partir da apropriação do espaço pelos indivíduos sociais, resultando, assim, numa produção concreta ou abstrata, e passando a ser moldado, modificado ou transformado. A transformação ou modificação em questão, se dará por intermédio das redes, circuitos e fluxos, rodovias, canais que nele se instalam. Dessa forma, tem-se no território um conceito que necessita de constante revisão histórica, pois é esta revisão que manterá permanente o quadro da vida.

A partir da problemática exposta de concepção do território, busca-se um avanço conceitual que alcance a sua complexidade, e que pondere sua constituição no mundo contemporâneo. Neste sentido, Claude Raffestin (1993) destaca o caráter político do território, tratando-o, principalmente, como uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, ou espaço físico onde se localiza uma nação. Este espaço, para o autor, representa o fruto da delimitação de uma ordem jurídica e política. O político traz no seu bojo as relações humanas, enfatizando que o território é um espaço onde se projetou um trabalho e que, por consequência, revela relações sociais marcadas pelo poder.

Para Raffestin (1993), a produção, por todas as relações nela envolvidas, se inscreve num campo de poder-espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano, com suas linhas, limites e fronteiras. Assim, a percepção de território, exposta por Raffestin (1993), se esboça como resultado não somente das relações sociais, pura e simplesmente. A projeção de trabalho, muito próxima da concepção de Milton Santos de território usado, encontra-se mediada pela relação de poder.

Porém, para se avançar nesta conclusão, necessita-se de um questionamento sobre a natureza do poder.<sup>37</sup>

As relações de poder citadas por Raffestin (1995) estão centradas nas pessoas ou grupos sociais, que a partir de sua posse passam a definir-se e definir o território, numa relação dual. O poder, tratado por este autor, é intrínseco às relações sociais de qualquer natureza. Dessa forma, não se extingue a figura do Estado, mas sim, reforça-se a necessidade de enfoque do território enquanto base territorializada pelas relações humanas.

A dimensão simbólica e cultural também se encontra engendrada nas relações de poder, e negligenciá-la acarretaria uma definição deficitária do território. Comprova esta afirmação o fato do pesquisador Ratzel (1990), expoente clássico da geografia geopolítica, reconhecer a existência de laços identitários entre os grupos sociais e o solo pátrio, ao abordar o conceito de território e das relações de poder. A apropriação nasce das relações de coabitação, geradas pelo nascimento em determinado território, pelo sentimento situado no trabalho e pela necessidade de se defender a terra, fazendo surgir os laços religiosos, o sagrado e os rituais, realizados através da prece às gerações precedentes.

A presença do trabalho, relacionado às relações de apropriação e poder, reforça a ideia de que sua divisão atua estreitamente entre território e sociedade.

Ocorre, neste sentido, a necessidade do entendimento mais amplo da apropriação, contida no conceito de território, na qual, diante de um novo momento histórico, deve ser superada uma abordagem meramente geopolítica, e englobadas outras dimensões, derivadas de práticas e relações sociais localizadas. Diante das novas dinâmicas territoriais, proporcionadas pelos processos globais nascidos no período técnico-científico-informacional, remetemo-nos às novas práticas ou transformações,

---

<sup>37</sup> Para Rogério Haesbaert (1995), o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em comum acordo, ou sugerindo um pré-apoio de um grupo ou conjunto, não sendo propriedade de um indivíduo. Um indivíduo que está no poder está, na verdade, empossado de poder, representando ou em comum acordo com um mínimo de outros indivíduos. Se este grupo que o legitima desaparece, o poder também desaparece.

o que, por sua vez, exige a revisão do território, reconhecendo, sobre este, a existência de diferentes escalas de análise.

Esta proposta se aproxima consistentemente da visão de autores como Haesbaert (2002) e Santos (2006), a partir do território contemporâneo e das novas dinâmicas que passam a atuar sobre ele. Assim, torna-se impreterível uma abordagem que permita sua compreensão de forma a incluir estudos de diferentes contextos, porém que enfoquem o mesmo processo. Estas serão determinadas pelas condições de vida da sociedade e pelos meios de produção, mas é também importante frisar a ocorrência de fatores exógenos que agem sobre o território.

Portanto, fica clara a importância analítica acerca do território, e a revisão de seu conceito a cada momento histórico, o que nos traz novas problemáticas, sobretudo pelo desempenho de suas novas funções, justificando a ideia de retorno do território, argumentada por Milton Santos.

Ao reconhecer sua importância, ele torna-se ferramenta essencial na investigação ou estudo das cidades ou regiões. A partir da referida análise, é possível conhecer aspectos como as relações do sistema produtivo, da produção de elementos constitutivos e suas bases, físicas ou materiais. Essas relações envolvem aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, inseridos em fatores que convergem para a configuração territorial.

Neste estudo, adotar-se-á o entendimento do território como o produto da sociedade, que sofre mutações constantes, tanto pelos grupos que dele se apropriam socialmente, quanto pelas estruturas que o mantém em funcionamento, sendo, dessa maneira, produto construído historicamente.

As principais abordagens acerca do território estão centradas nos processos de fragmentação que proporcionam alterações profundas nos meios de produção, nos mercados de trabalho, processos de empobrecimento, que passam a redefini-lo a cada instante. Se considerada a lógica identitária, o território passa a ser abordado como plataforma simbólica, em que o território cultural precede o econômico (HAESBAERT, 2002). Coadunando com essa perspectiva, para Anthony Giddens

(1991), nas culturas pré-modernas o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação ou, se preferirmos, pertencimento. Esta é uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Na mesma vertente, a abordagem histórica integra as esferas sociais a partir da mediação do espaço, antes de tudo, como referência às ações humanas. Esta abordagem procura uma visão mais ampla do território, podendo ser estendida, no estudo social, a qualquer sociedade (HAESBAERT, 2002). Para tal, torna-se imprescindível delimitar o território na especificidade de sua caracterização histórica, a fim de descortinar as reais transformações que nele se deram.

Para Santos (2001), o território em si não é um conceito. Este só se torna um conceito utilizável para a análise social a partir da consideração de seu uso pelos atores que dele se apropriam. Portanto, a partir deste fato, que incorpora a problemática do território, será necessário um aprofundamento acerca da especificidade histórica contemporânea, a fim de buscarmos recortes que subsidiem a investigação acerca das transformações do território.

As análises sobre as transformações dos territórios, e suas respectivas sociedades, buscam avaliar o que mudou no quadro relacional sociedade-território, no mundo contemporâneo, principalmente no que tange às formas mais essenciais de relação que incidem no território habitado: a divisão social do trabalho, a constituição social e as formas de identidade socioespaciais. Essa perspectiva alcança a dimensão humana do território, sendo capaz de apontar alternativas para os atuais processos transformadores da base material.

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A partir do avanço na conceituação do território, necessita-se entender em que perspectiva a ele se integram as esferas sociais e as ações humanas.

Segundo Milton Santos (2001), a divisão social do trabalho consiste em importante categoria de análise para o entendimento das transformações do território, sob a perspectiva das ações humanas. A sua combinação às noções de tempo histórico, e, sobretudo, à ideia de distribuição de recursos, traz à tona o aprofundamento do entendimento do fenômeno da urbanização, aglomerações ou formas de redes urbanas; portanto, a divisão do trabalho constitui o motor das relações sociais.

Para Santos (2001), a incorporação da divisão do trabalho como forma de organização<sup>38</sup> nasce da busca de especificidades próprias de cada sociedade e, portanto, de cada território. A partir da combinação da divisão do trabalho com as formas de produção, em cada tempo histórico, tem-se uma refuncionalização, num movimento transformador.

Tendo em mente os conceitos que envolvem a dinâmica territorial e social, torna-se vital submeter o objeto de análise à sua formação socioespacial. Essa será determinante na divisão do trabalho, e, por conseguinte, na divisão dos recursos. Cabe enfatizar que, para Santos (2001), os tempos sucessivos não se excluem por completo, pois novas divisões do trabalho podem incorporar, total ou parcialmente, tempos anteriores. Este dado é importante constituinte da formação dos territórios, pois, ao concernir às especificidades de cada um deles, torna-os únicos.

No decorrer do tempo, a divisão do trabalho se altera com as sucessões dos modos de produção, o que reforça a importância dessa categoria para o entendimento da formação socioespacial. Contudo, utilizar as formas de produção para a delimitação de épocas históricas consiste em considerar as frações ou momentos dos modos de produção. No quadro de análise acerca do processo de urbanização e da alteração do quadro rural e urbano, por exemplo, esta categoria torna-se muito importante, pois a interação entre divisão de trabalho e formas de produção tem, no seu cerne, a submissão do rural, a partir da evolução da técnica e da ciência. Este quadro trouxe alterações profundas nos processos produtivos, dinamizando o território de tal forma que a cidade passa a ser o *lócus* da nova divisão do trabalho.

---

<sup>38</sup> Para o autor, as teorias de planejamento urbano e regional raramente decorrem de situações reais que se deseja modificar. Elas se apresentam muito mais como portadoras de um modelo a ser imposto. Este modelo é mais frequentemente trazido de países de centro, onde estas teorias são elaboradas para servir a interesses que raramente são os nossos (SANTOS, 2001).

Esta afirmação impõe novas lógicas e dinâmicas ao território em suas diversas escalas, no plano global e local, e, mais que isso, sugere a necessidade constante de interpretá-lo. Desse modo, mesmo localizada, a divisão do trabalho se encontra, de certa forma, em interação com o mundo. Santos (2001), ao comentar este processo, afirma que existe, portanto, uma divisão internacional do trabalho, que demonstra a maneira de ser das formas de produção dominante.

É a partir da divisão internacional que se instalam as interações com a divisão interna do trabalho, esta constituindo a lógica da sociedade. Tais interações definem os processos formadores de cada lugar, frente ao global. Por isso, quando uma atividade nova se cria em um lugar, o seu valor muda, passando a exercer um novo papel na hierarquia dos lugares.

Essas categorias - território, sociedade e divisão do trabalho - são primordiais na melhor compreensão da constituição das cidades e redes urbanas, suas formas e funções, seu conteúdo político, social e econômico. Contudo, um dos principais desafios é justamente avançar no entendimento das estruturas sociais e suas escalas, ou seja, o movimento da sociedade que é, ao mesmo tempo, atingido por uma divisão internacional do trabalho e por uma divisão interna do trabalho. Cada cidade, cada aglomerado urbano, ou cada rede de cidades sofre transformações constantes, a partir das condicionantes existentes na divisão social do trabalho.

Na atualidade, a divisão territorial do trabalho impõe ao espaço rural uma integração às formas de produção e consumo da sociedade moderna. O desenvolvimento dos meios técnicos trazem consigo alterações nas formas espaciais de forma rápida, implicando em processos econômicos instáveis para classes trabalhadoras ligadas ao rural ou mesmo outras atividades periféricas ou setores produtivos de baixa renda, formando, assim, um número cada vez maior de excluídos do mercado de trabalho.

Nesse processo, mesmo longe de áreas urbanas muito dinâmicas, como as metrópoles, as formas de acumulação do capital se diferem, mas a sua essência permanece proporcionando desigualdades territoriais e sociais para garantir a concentração de capital nos centros hegemônicos. Territórios ou modelos

geográficos historicamente estabelecidos, como o rural, pequenas comunidades de artesãos e povos extrativistas praticamente passam a desaparecer perante o atual reordenamento territorial imposto.

Fica evidente que ante os atuais processos de transformação do território, são exigidas dos agentes sociais condições de competitividade e elevada produtividade, muitas vezes a partir de processos rápidos e não condizentes com as dinâmicas pré-estabelecidas. Processos como alterações nos quadros demográficos de cidades, vilas e localidades, e na reestruturação produtiva e espacial dão origem a novas estruturas, que passam a atender a novas funções locais ou regionais. Por sua vez, estas passam a interconectar a reprodução do capital em outras escalas, nacional ou global, também articuladas com as escalas de reprodução ao nível dos blocos regionais, prioritários das formas de produção e circulação.

Sendo assim, ao se observar o processo de modernização e constituição do território sob a ótica da divisão social do trabalho, conclui-se que esta sempre resultará em uma divisão territorial do trabalho. Nesta perspectiva, a divisão do trabalho terá sempre como resultado, certa hierarquia entre cada localidade, cidades ou regiões, redefinindo, portanto, a capacidade de apropriação dos agentes sociais, transformando assim o território<sup>39</sup>.

Desse modo, reconhecer e entender determinados territórios e seus grupos sociais a partir de uma ótica apoiada sobre a divisão do trabalho elucida o papel que eles desempenham, o que colabora para diagnosticar deficiências e desequilíbrios, fragmentação e desigualdades socioespaciais. A constituição do território sob a perspectiva da divisão do trabalho lança uma luz sobre a urgência de considerar aspectos locais e regionais, contrapondo a massificação e a hegemonia de ações modernizadoras nocivas ao equilíbrio e ao desenvolvimento socioeconômico homogêneo.

---

<sup>39</sup> Segundo Milton Santos (1999): “A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova. É através da incidência num país da divisão interna do trabalho que as especificidades começam a repontar: a formação socioeconômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções”.

## 2.3 A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E A CONSTITUIÇÃO SOCIAL

O estudo do território, a partir do conceito contemporâneo que incorpora apropriação e reprodução do espaço pela sociedade e seus indivíduos, bem como a extensão física demarcada e utilizada, conforme argumenta Santos (2006), contribui para análises das materialidades (concreto) e imaterialidades (abstrato) que compõem a sociedade. O concreto dá-se sob forma material, de infraestrutura, e o abstrato dá-se enquanto possibilidade.

O entendimento do território construído como produto do trabalho do homem nos leva a refletir sobre a formação social que se origina da própria distribuição de funções, ou das lutas e contradições de classes, e também dos processos históricos de produção espacial. Ao mesmo tempo, a divisão do trabalho, com sua fragmentação e fluidez, muitas vezes sob forte influência dos sistemas produtivos e técnicos, principalmente da difusão da informação, contribui com o dinamismo social. Nesta mesma vertente, a fluidez do território, vinculada ao meio técnico-científico-informacional, se apresenta de forma dual na medida em que, ao mesmo tempo, pode ser representada como ação que gera materialidades, na instalação de objetos técnicos disseminados, e ação que cria potencialidades, contida no imaginário, como algo comum a todos, mas muito seleta (SANTOS, 2008).

A partir da afirmação deste conceito, enquanto produto construído historicamente, Santos (2001) enfatiza as lógicas exógenas como importantes fatores, que atuam contribuindo na transformação da base material e social que forma o território. A transformação ou modificação em questão se dará por intermédio dos objetos técnicos e ações tecnológicas, que atuam de múltiplas maneiras, mediadas entre espaço natural, espaço construído e sociedade.

Mas, como analisar o território, sua fragmentação, e a constituição da sociedade, ante todos estes processos transformadores? Do ponto de vista dessa investigação, faz-se necessária a utilização de um marco teórico que incorpore essas transformações e suas variáveis sociais, econômicas e políticas, por exemplo. Em

sua contribuição, Lefèbvre (2008) demonstra a ocorrência, no território, do choque do espaço da reprodução da sociedade, referenciando, principalmente, o processo de industrialização e sua vertente urbana. Neste sentido, o espaço urbanizado passa a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado, no sentido de atender à produção industrial, mas carregando consigo novos arranjos sociopolíticos, forjados no espaço urbanizado.

Sendo assim, busca-se a compreensão da sociedade originada da industrialização, exposta por Lefèbvre (2008), e da conseqüente diversificação territorial, como expõe Santos (2001), através da reprodução do meio técnico-científico-informacional em diferentes localidades. Neste sentido, Carlos (2008) reafirma os citados autores, complementando que, no capitalismo industrial, o processo de industrialização faz nascer um novo homem, inserido em um processo de liberdade criadora e em contradições de classe. Fica evidente que a industrialização transforma os espaços rural e urbano, promovendo o aumento da circulação da mercadoria e a expansão das formas de urbanização, com sentido e finalidade última vinculada ao processo produtivo.

Isto implica em alterações no espaço material e social, pondo sob novas perspectivas a constituição social e a formação territorial. Como já mencionado, a divisão do trabalho, nascida dessa transformação, não fez emergir somente novos produtos, técnicas e mercadorias, mas, também, novas relações entre os homens e o mundo.

Assim, propõe-se adotar a ideia exposta por Lefèbvre (2008), ou seu princípio, de que a sociedade formada a partir da industrialização, no mundo contemporâneo, recebe a denominação de sociedade urbana<sup>40</sup>. Assim, somente a partir da industrialização pode-se identificar a dinâmica da urbanização em seu sentido mais atual. Apesar da demarcação temporal, o mesmo autor reconhece que a sociedade

---

<sup>40</sup> O autor classifica como urbana a sociedade que nasce da industrialização. Esta concepção denomina o processo de subordinação do campo e da produção agrícola pela cidade e pelas formas capitalistas de produção (LEFÈBVRE, 2008).

urbana exprime mais que um fato, determinado ou definido, existindo como forma virtual<sup>41</sup>, ou como possibilidade.

Na mesma vertente, importa destacar que campo e cidade configuram-se, principalmente, a partir da redefinição do capital, como espaços que se articulam e se transformam em tempos diferentes. A cidade, ambiente das relações urbanas em constante transformação, principalmente a partir da industrialização, articula-se com o setor primário ao receber desse a mão de obra e a matéria prima que abastecem seu setor produtivo. Enquanto no campo, ambiente em que predominam as relações rurais, tradicionais por excelência, o processo de transformação ocorre de forma gradual e espontânea.

Marx (2002), no livro primeiro de O Capital, apesar das diferenciações entre campo-cidade serem marcantes, argumenta que a interdependência de ambos os espaços não deve ser menosprezada quando da análise do contexto de industrialização e urbanização. Para este autor, nas relações campo-cidade, como já exposto, o campo se torna fonte de matéria-prima para o setor industrial, que se localiza, na maioria dos casos, na cidade, além de liberar significativo contingente de trabalhadores para as indústrias. Ao passo que desenvolvimento tecnológico, formulado principalmente em meio urbano, fornece equipamentos e meios de garantir o incremento produtivo agrícola e a substituição do trabalhador pelo maquinário. Nesta análise se expõem duas realidades, com o propósito de se explicar as diferenciações e contradições das classes sociais, ao passo que demonstra o processo de troca e interligação entre campo e cidade, considerando que esses são conceitos socioespaciais que devem ser objetos de estudos que respeitem as situações e singularidades de cada contexto.

Entretanto, a definição da sociedade urbana, utilizada por Lefèbvre (2008), nasce da superação da dicotomia cidade-campo, a partir da etapa atual do capitalismo. O urbano é tido não como objeto designado, mas na sua extensão metafórica, enquanto espaço político redefinido. O tecido urbano é, então, transposto, sob a

---

<sup>41</sup> O termo virtual utilizado por Lefèbvre (2008) expressa um processo que está em curso, e mesmo que não se configure realidade, surge como meta estabelecida em um processo inevitável.

forma socioespacial herdada da cidade enquanto espaço político, por todo território, definindo, assim, a sociedade urbana.

Diante da referida definição, nas alterações socioespaciais observadas a partir do século XX, ocorre uma diluição do antagonismo cidade e campo, por meio de uma clara modificação da característica primária, que constitui o embasamento de que o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades do tipo não agrícolas. Lefèbvre (2008), ao apontar a corrosão dos resíduos da vida agrária pelo tecido urbano, utiliza a segunda residência, um supermercado ou uma rodovia, como vetores transformadores da sociedade urbana.

Porém, cabe ressaltar que o processo de superação do rural pela cidade não se dá de forma homogênea, sendo a combinação entre a explosão do tecido urbano, sob forma de vetores transformadores e a divisão do trabalho, específicos a cada localidade (SANTOS, 2008). Ainda que a hegemonia do urbano se imponha sobre o território, este não se dará de forma homogênea, devido às singularidades presentes em cada sociedade e seu território (LEFÈBVRE, 2008). Esta afirmação ajuda a elucidar que, muito embora ocorra uma hegemonia do urbano, a problemática urbana não pode absorver todos os problemas, principalmente no que diz respeito às particularidades da agricultura e da indústria. Agricultura e indústria guardam seus próprios problemas, nas suas devidas escalas, locais, regionais, nacionais. Mas esta afirmação não pode perder de vista a subordinação completa do campo à cidade.

Sendo assim, as transformações no território e a sua constituição social se inserem no fenômeno urbano exposto por Lefèbvre (2008), a partir do fim da dicotomia campo e cidade, mas não anula ou massifica a questão socioespacial.

Embora Santos (2001) traga contribuições importantes para o entendimento das transformações do território, a partir da análise do período técnico-científico-informacional, um aspecto da análise de Lefèbvre (2008) chama atenção: perspectiva política, contida na dimensão da *polis*, se torna determinante na questão relacionada à virtualidade implícita à ideia de sociedade urbana.

A dimensão política, contida na nova organização urbana, denuncia uma *práxis* urbana que se estende juntamente ao espaço social, estabelecendo o real e o virtual enquanto integrantes do território. Lefèbvre (2008) revela que, a partir de tal *práxis* urbana, tem-se a constituição de uma revolução urbana, fator que repolitiza a cidade, no sentido de impor a construção de uma sociedade que imprime restrições à lógica industrial, passando a enfatizar uma ótica urbana.

Enquanto essa ótica urbana representa a dilatação das exigências sociais dos direitos relacionados ao capital e trabalho, como, por exemplo, a luta dos trabalhadores por melhorias locais nas fábricas; a referida dilatação refere-se a uma prática coletiva cotidiana e a questões ligadas à ecologia, ao meio ambiente e a aspectos culturais, contidos no território, e que tornaram-se latentes. Assim, a revolução urbana está expressa como expansão do tecido urbano sobre todo o território, incluindo espaços agrários, impondo a estas estradas, redes de serviço, arcabouço jurídico, reorganização de formas de produção. Este fato, notório a partir da metade do século XX, quando os movimentos sociais ganham corpo em toda esfera global, num primeiro momento apresenta-se restrito às grandes cidades, para, mais tarde, passar a ser ampla e diversamente debatido (LEFÈBVRE, 2008).

Para Santos (2008), a cidade ganha nova dimensão e um novo papel, mediante uma vida de relações renovadas, tornando-se o lugar onde se esclarecem as relações das pessoas, dos mercados e do território, com o país e com o mundo. Contudo, o mesmo autor enfatiza que o processo político se encontra em meio a uma limitação, fora da cidade ou na extensão do tecido urbano, em áreas periféricas do território, ou em pequenos centros regionais ou áreas de produção agrícola.

Esta limitação decorre do fato de que os poderes locais estão amplamente submetidos a lógicas exógenas, representadas, muitas vezes, por agentes econômicos globais, tornando sua autonomia relativa. Esta afirmativa não pretende negar a politização contida no tecido urbano, mas chama atenção para o fato de que o processo, descrito por Lefèbvre (2008), não está consumado e sim, em andamento. Neste sentido, Monte-Mór (2008) ressalta o processo de urbanização extensiva, por meio do qual o tecido urbano se expande sobre o território,

redefinindo-o e integrando-o, a partir do sistema urbano industrial. Para o autor, este processo constitui a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução, advindos da junção indústria e urbano, acrescidos das esferas socioculturais e políticas.

O último processo, a fragmentação, promovida a partir da redefinição de formas urbanas existentes, traz consequências aos espaços regionais ou rurais, incorporando novos e velhos territórios ao processo urbano industrial em marcha.

A partir dessa constatação, a construção de territórios passa a se desenvolver por meio de um amplo entendimento entre setores da sociedade civil e políticas públicas do Estado, o que pode ser reconhecido, por exemplo, por meio da ampliação do campo institucional vinculado à temática territorial no Brasil.<sup>42</sup>

Neste contexto, as ações políticas se constituem em importante componente de valorização da cultura local e do saber-fazer das comunidades, muitas vezes expresso em produtos colocados nos mercados. As relações de troca, no mercado, de produtos que apresentam expressões culturais determinadas e características específicas, ou típicas, se abrem como uma perspectiva interessante para as comunidades de diferentes regiões. Por outro lado, a interação de atividades econômicas em diversos territórios empobrecidos tem permitido criar uma nova dinâmica de desenvolvimento, o que torna acessível, apesar de limitado pelo poder aquisitivo, uma gama de mercadorias que na fase anterior estavam destinadas apenas às classes com maior poder aquisitivo. Acrescenta-se que, a partir da expansão do tecido urbano industrial, é necessário observar a natureza de integração macro e microrregional.

O território, e sua conformação urbana e rural, não podem ser compreendidos separados um do outro, visto serem realidades que não existiriam isoladamente. Estes espaços se relacionam e se interpenetram, necessitando de formulações ou

---

<sup>42</sup> Algumas organizações já estabeleceram políticas específicas para o desenvolvimento territorial, como é o caso do Sebrae, que iniciou os trabalhos em espaços urbanos/industriais, mas começa a trabalhar em espaços rurais. Outras organizações do Estado também estão priorizando a atuação nesse campo, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que criou, no ano de 2003, uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, voltada para a construção de territórios em espaços rurais; do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar; e do Ministério da Integração Nacional; além de Governos Estaduais e grupos de municípios.

abordagens que considerem diferentes níveis de integração ou distanciamento, capazes de defini-los e compreendê-los integralmente, mesmo pequenas cidades e vilas. Só a partir dessa condição se poderá ter o entendimento das transformações territoriais, complexas e indefinidas, no interior de relações capitalistas de produção que se estendem sobre o território.

## 2.4 A PROBLEMÁTICA DO URBANO E RURAL

A problemática atual entre o território, o urbano e o rural encontra-se há muito impressa na própria história da sociedade. Este debate nasce na dicotomia campo-cidade e, desde então, vem sendo amplamente estudado pelas ciências humanas. Portanto, faz-se necessário revisitar de forma sistemática os seus respectivos termos geradores – a cidade e o campo –, para maior compreensão e evolução conceitual de tais categorias na sociedade.

O presente estudo parte da constatação da existência de transformações territoriais extremas, que deslocaram estes conceitos, principalmente a partir da sociedade nascente da industrialização (LEFÈVRE, 2008). Cidade e campo, historicamente, foram marcados por relações opostas, mas, simultaneamente, de complementaridade. Nessa perspectiva, cabe a importância de atualizar os conceitos percorrendo a problemática recente e o momento histórico atual para elucidar em que medida estes devem ser revistos.

Em geral, a cidade é tratada como lugar que remete ao poder, concentração do excedente produtivo, das festas e das classes dominantes, apresentando no seu cerne o trabalho intelectual. Já o ambiente rural, dono de uma extensiva e homogênea parcela do território, onde se desenvolve o trabalho manual, da produção agrícola e da baixa densidade, é visto como local que resguarda os valores mais tradicionais de determinada sociedade. Cabe ressaltar que, na contemporaneidade, cidade e campo mantêm processos de competição, e complementam-se, mesmo que isso ocorra de forma limitada, tanto em seus processos socioeconômicos, como na sua demarcação física.

Para Santos (2008), a cidade aparece como o lugar do trabalho livre resultante, sobretudo, do avanço das técnicas de produção agrícola, responsáveis pelo excedente dos produtos alimentares, e associada diversidade das atividades não agrícolas. Dessa forma, a cidade torna-se elemento primordial de impulsão do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da técnica.

Relacionados à divisão do trabalho, estes fatores colocam a cidade numa posição que garante sua diversidade social, bem como deixa claro seu potencial, na vida contemporânea, de competição e dominação dos mercados sobre a produção relacionada ao ambiente rural. Este fato se apresenta de maneira acentuada em sociedades capitalistas industriais.

Para Monte-Mór (1994), entretanto, a delimitação da cidade independe do fato dos membros da comunidade residirem em território delimitado pelo *urbanum*, isto é, pelo espaço construído a partir dos sulcos do arado puxado pelos bois sagrados. Sua constituição era dada por um processo de aglomeração e densidade em virtude de uma incipiente divisão social do trabalho, que, mais tarde, ajudou a diferenciar este espaço social. A cidade simbolizada na *urbs* de Roma passa, então, a ser o território que materializa a sociedade politicamente definida pela *polis* ou pela *civitas* (espaço físico e sociopolítico), dando sentido acabado à ideia de civilização. O campo, por sua vez, esteve sempre ligado às relações de complementaridade, e, logo, ocupando lugar periférico ao poder na organização social (MONTE-MÓR, 1994).

Lefèbvre (2008) propõe, entretanto, que se pense em um *continuum* da cidade política ao urbano, estabelecendo uma linha de espaço temporal<sup>43</sup> na qual, a partir deste curso, classifica a cidade política, dona de um aparato burocrático, ainda que

---

<sup>43</sup> O autor propõe um eixo espaço temporal onde o ponto de partida é a ausência da urbanização (a “pura natureza, a terra entregue aos elementos”) e segue até a culminação do processo que ele classifica como *urbano*. O esquema proposto pelo autor apresenta apenas um aspecto dessa história, um recorte do tempo até certo ponto abstrato. O autor enfatiza a necessidade de se colocar algumas balizas no “*fenômeno urbano*”. Como marco zero deste eixo, considera as populações destacadas pela etnologia e pela antropologia (coletores, pescadores, caçadores), passando por camponeses e os sedentarizados. A partir desse quadro, o autor propõe a hipótese de que a agricultura somente superou a coleta sob o impulso autoritário de centros urbanos, dependentes da existência do Estado. Assim, o eixo traçado pelo autor estabelece o nascimento da cidade política, que precede a cidade comercial. Deste processo nasce a cidade industrial, que antes mesmo de chegar ao final do eixo demonstra uma “zona crítica”, classificada pelo autor como processo de subordinação completa do agrário pelo urbano (LEFÈBVRE, 2008).

incipiente, que controla e ordena este espaço. A cidade política acompanha de perto a aldeia e a produção agrícola; porém, segundo o autor, não pode ser concebida sem a escrita, uma vez que ela possui marcadamente relações de poder estabelecidas, como cobrança de tributos, constituição de aparato militar, etc. Este fato marca a passagem do simples processo da constituição da cidade, enquanto aglomeração dinâmica e incipiente divisão do trabalho, para a cidade enquanto geradora de condições de aperfeiçoamento técnico produtivo, passando a um primeiro grau de controle sobre o campo.

Em seguida, passa pela definição da cidade mercantil, posterior à cidade política, e que assiste a emergência do urbano enquanto forma e função. A cidade<sup>44</sup>, associada ao espaço mercantil internacional, com funções capazes de estender a urbe para além de seus limites, contribui para a formação de regiões expandidas, que, mais tarde deram origem às áreas metropolitanas. Neste momento, a cidade estabelece, em relação ao campo, novos contornos, opondo-se a ele de forma determinante. O campo, então, ambiente que durante quase toda a história das civilizações era posto como espaço da produção e reprodução de riquezas, passou a ter suas formas produtivas submetidas ao urbano.

Por fim, dá-se a passagem definitiva da cidade em direção ao urbano, marcada pela entrada da indústria, um processo balizado pela entrada da produção no espaço do poder, trazendo, com ela, a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade passou não apenas a controlar e comercializar a produção do campo, mas, também, a promover uma divisão do trabalho de forma e abundância jamais vistas. Neste processo, a base material da cidade assiste a uma diversidade de usos e funções. Contudo, é no quadro social onde tais transformações ocorrem mais intensamente; e o campo, de uma autossuficiência, passa a uma condição de dependência, relativamente à cidade, para sua própria produção. Para Lefèvre (2008), a cidade em si se transforma, também, em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção.

---

<sup>44</sup> WILLIAMS (1990) mostra que a palavra *city* apareceu, no século XIII, de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas, além de qualificar representações do poder: cidade provincial, cidade catedral, etc.

Ocorre, portanto, a subordinação do espaço da reprodução da sociedade, dependente da lógica da industrialização e suas necessidades, destacando-se a reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e demais funções. O espaço urbanizado passa, então, a constituir-se em função das demandas colocadas ao Estado, tanto no sentido de atender à produção industrial, quanto, e, particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho, do direito e das lutas de classe.

Neste momento, nasce o que o autor classifica como zona crítica, ou seja, a cidade atravessa um processo de concentração urbana sem precedentes, motivado, principalmente, pelo desenvolvimento industrial. Portanto, é na cidade industrial onde se observa a maior concentração territorial, que se estende para os espaços periféricos, anteriormente dominados ou classificados como zona rural, extrapolando os limites geopolíticos impostos pelo Estado.

Para Lefèbvre (2008) esse é um processo de implosão-explosão, onde a implosão ocorre em função de uma enorme concentração urbana de pessoas, atividades, empresas e riqueza, ou seja, o fenômeno da cidade em si; e a explosão consiste na projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos, sob a forma espacial de periferias, subúrbios, cidades satélites ou outras formas urbanas sobre o território. Estas formas espaciais dão-se na extensão do tecido urbano, forma e processo socioespacial, que carrega consigo as condições de produção, antes restritas às cidades, estendendo-as ao espaço regional imediato.

A partir desse quadro, cidade e campo passam a ser redefinidos pela lógica industrial e a serem subordinados à produção e acumulação capitalistas, num processo responsável pela transformação de suas acepções originais.

Neste contexto de alterações, a dicotomia urbano e rural, fruto da dicotomia campo cidade, passa a disseminar as relações sociais que se encontram sob novos contornos e desafios, em virtude da extensão do tecido urbano e da emergência da técnica, da ciência e da informação, fato que insere a dimensão integradora do território (SANTOS, 2001).

Os conceitos, urbano e rural, referentes à cidade e ao campo, se deslocam e ganham autonomia ante o processo urbano industrial, porém não de forma clara, isso porque a gama de relações sociais não nos permite clareza de análise, necessitando aprofundamento das questões relacionadas às recentes transformações do território e das fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural.

Lefèbvre (2008) inicia este debate com uma afirmação definidora, que traz à tona toda a dimensão da dicotomia urbano e rural. Por outro lado, o tecido urbano se reproduz e se estende corroendo os resíduos da vida agrária. Contudo, o autor admite que o tecido urbano possui uma definição que extrapola sua simples acepção, o domínio edificado das cidades, incorporando o conjunto das manifestações predominantes da cidade, como também aquelas originárias do ambiente rural. O pensamento de Santos (2001), ao classificar o meio técnico-científico-informacional, tem na informação um aspecto que reforça a visão de Henri Lefèbvre, uma vez que a informação possui um caráter ainda mais dinâmico, no que tange à integração do território, enquanto possibilidade ou meta.

Portanto, urbano e rural ganham atenção e importância nos estudos mais atuais acerca do território, ante os processos transformadores, a partir da extensão do urbano industrial (MONTE-MÓR, 1994). Estes termos passam não somente a ganhar autonomia, mas, recentemente, a corresponder a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais herdadas de períodos anteriores que, no entanto, não apresentam a clareza que os caracterizavam quando surgiram. Ao contrário, ante o quadro de fragmentação do território, diversidade socioeconômica e politização da sociedade, limites e fronteiras territoriais tornam-se cada vez mais difíceis e difusas.

No início do século XX, ainda podia-se falar em uma configuração amplamente rural. A partir deste quadro, ocorre um expressivo crescimento da população mundial, com associada inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento das grandes cidades, e a formação de centros metropolitanos, com ampliado controle sobre subespaços globalizados, são reflexos evidentes de um novo tempo.

Castells (2006), em “A Questão Local”, critica a existência da urbanização completa, embasada em teses funcionalistas que abordam a sociedade. Contudo, o mesmo autor reconhece que Lefèbvre abriu um caminho decisivo no estudo do “urbano”, ao identificar a emergência de novas contradições no domínio cultural e ideológico, além de vincular a questão urbana ao processo de reprodução ampliada da força de trabalho, e à condição política estabelecida neste domínio.

Outro autor, Veiga (2003), argumenta que o rural sempre foi mais amplo que a agricultura, em termos de espaço físico e socioeconômico. E, talvez, a melhor maneira de explicar a primeira parte de tal afirmação esteja na tendência a um interesse cada vez maior pela possibilidade da conservação e proteção da natureza, e à emergência, nos últimos anos, de temas ambientais nos debates políticos, tanto no âmbito internacional, quanto local. Essa ideia expõe a rejeição do autor da tese de transformação do rural, ampliando sua extensão socioeconômica, porém admitindo sua transformação social, na forma de dinâmicas socioespaciais na esfera política, visando a novos parâmetros transformadores do rural. Por sua vez, tanto Lefèbvre quanto Monte-Mór não decretam o fim do rural, mas, sim, a necessidade de reinterpretá-lo sob um arcabouço teórico capaz de entender as suas transformações e dinâmicas na conformação territorial. O processo de urbanização extensiva, como exposto por Monte-Mór (2005), avança sobre os espaços rurais, principalmente com relação às condições gerais de produção e consumo, passando a redefinir o território.

Contudo, não se pode perder de vista que o avanço do urbano industrial sobre grandes áreas rurais não determina de forma uniforme a urbanização dessas áreas. É notório que surgem novas formas, mesclas socioculturais, ou formas de arranjos socioespaciais que trazem grande complexidade analítica, resultante do aumento da urbanização do campo e do surgimento de novas dinâmicas, por sua vez determinantes de uma nova ruralidade<sup>45</sup>, muitas vezes distante do contexto das atividades agropecuárias.

---

<sup>45</sup> De acordo com Grossi & Silva (2002), o “Novo Rural” é constituído basicamente por três grandes grupos de atividades, a saber: uma agropecuária moderna (baseada em *comodities* e intimamente ligada às agroindústrias), um conjunto de atividades não agrícolas (ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades

É notória, portanto, a existência de configurações territoriais híbridas, tornando ainda mais complexa uma definição urbano-rural. Contudo, não se deve perder de vista as formas de submissão à lógica industrial.

Posto dessa forma, a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo, e a utilização do conceito de urbanização extensiva deslocam antigas acepções de cidade e campo, dando lugar a formas de organização social do espaço segundo um conjunto de apontamentos voltados para a reprodução da própria sociedade. Assim, a partir da *práxis* urbana, questões ligadas à cultura, identidade e temas ecológicos se tornam fatores centrais de novos debates e demonstram a contínua interpenetração de diversos conceitos quanto às relações socioespaciais.

## 2.5 O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE SOCIOESPACIAL

A problemática estabelecida entre as transformações impostas ao território pela modernização das estruturas sociais, econômicas e políticas encontra inúmeras consequências na constituição da identidade socioespacial. Dessa forma, torna-se importante entender como ocorre a formação e a relação da identidade social com o espaço geográfico, a fim de compreender os processos de produção e reprodução do território.

Diante de tal constatação, se expõe a importância do conceito de território, de forma que abranja o significado de pertencimento relativo à terra por parte dos grupos sociais. Portanto, somente se estabelecem as relações de interação entre sociedade e território definindo os grupos sociais e, ao mesmo tempo, o espaço habitado. A partir dessa compreensão, cerne do pensamento capitalista de produção e reprodução do espaço, mas, também, em seu caráter de apropriação social, tem-se a noção completa de vivência e da identificação em que se estabelecem as estruturas sociais. Essa relação incorpora o território e a sociedade com os aspectos identitários, além de levar em conta a base material em constante transformação.

---

industriais e de prestação de serviços), e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado.

Deste modo, a compreensão do território não pode ser completa se as variáveis que formam a identidade socioespacial não forem levadas em consideração ou avaliadas separadamente. Ou seja, admitindo que o conceito de território vincula-se a significados de apropriação, como formas de vida de determinado grupo social, dos modos de produção e como se dá a divisão do trabalho, é possível reconhecer a permanência e reprodução de traços característicos historicamente estabelecidos, mesmo diante das constantes transformações em que espaço e sociedade estão sujeitos.

Para Giddens (1991), na medida em que áreas diferentes do globo terrestre são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem toda superfície da terra. Esta observação reitera a dinâmica socioespacial definida pelas conexões mas sobretudo, na transformação social exposta pelo autor.

A identidade é entendida por Manuel Castells (1999) como fonte de significado e experiência adquirida, ao longo do tempo, por determinado povo. Para este autor, no que diz respeito aos atores sociais, a identidade passa a ser a base cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Diante do exposto, pode-se observar ser o vivido uma forma de representar as experiências sob a qual os atores sociais consomem e transformam, seja a sua base material ou relacional.

O autor propõe ainda a concepção de identidade sob a forma de legitimadora, de resistência e de projeto. A identidade legitimadora constitui-se a partir das instituições dominantes (igrejas, sindicatos, cooperativas, partidos políticos...), dando origem à sociedade civil na forma de racionalização, dominação e poder. A identidade de resistência nasce a partir de um determinado isolamento ou opressão por grupos sociais, dando origem a uma necessária resistência. A identidade de projeto nasce a partir de apropriação por grupos sociais, de fatores temporais ou fatores culturais, projetando novas identidades e redefinindo sua posição na sociedade.

Cabe ressaltar que para o autor estas formas de identidade podem existir de formas transversais, ou ocorrerem de forma não linear, uma vez que a sociedade implica em diversidade e dinâmica capaz de limitar recortes específicos. Contudo, fica claro

a partir desta concepção que a identidade constitui a qualidade subjetiva do indivíduo ou do grupo social, que permite, com base em imagens, representações e projetos, que o indivíduo tome consciência do seu espaço de vida.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1998) o conjunto de práticas, e suas expressões materiais e simbólicas, são capazes de garantir a apropriação do território por grupos ou agentes sociais. Esta apropriação, como apontada por Haesbaert (2007), pode ser compreendida como elemento que define os grupos sociais. Ou seja, remete a algo extremamente abstrato, como as relações de poder espacialmente delimitadas, que operam no espaço, ao longo do tempo, sob forma do quadro relacional socioespacial. Estas afirmações ficam evidentes ao avaliar-se como se espacializa um determinado grupo social em seu território, em suas formas de produção, e como se dão suas relações de trabalho, de locomoção, níveis tecnológicos e aspectos culturais que o tornam único.

É nessa perspectiva que reside a importância de avaliar o território e suas transformações, avaliando as escalas e em que medida os grupos sociais são afetados. Como exemplo, as redes de fluxos ou forças hegemônicas alteram o território na forma de uma escala global, atuando de forma a proporcionar fragmentações ou massificação, no que se refere à diferença ou à autenticidade dos lugares. Em contrapartida, diante do quadro de fragmentação, a identidade socioespacial, na forma de resistência, pode ser evidenciada quando observada numa escala reduzida. Formas de trabalho consideradas arcaicas como o extrativismo, a agricultura e a pesca artesanal, são exemplos de resistência de determinados grupos sociais, a partir de uma relação de permanência em seus territórios. Sendo assim, a relação dual, exercida entre transformação do território e da sociedade, depende do reconhecimento das escalas de influência do meio social, seja global ou local.

A partir desse quadro, o global e o local são conectividades e dispõem-se em contínuo processo de auto-organização. Se, por um lado, o conceito paradigmático de subordinação social deixou de existir, dando lugar à existência de identidades múltiplas, que marcam as diferentes sociedades, por outro, as dinâmicas culturais

impõem o reconhecimento de elementos globais que influenciam, em diferentes escalas, a composição socioespacial. Assim, a lógica, guiada pelos mercados e pela racionalização que dinamiza os objetos, interfere de forma determinante sobre a sociedade. Mas a existência da diversidade de contexto, com elementos próprios, é o que permite reconhecer a essência de cada identidade socioespacial e sua resistência em superar aspectos advindos do processo de formação.

Por sua vez, o indivíduo de determinado tempo e espaço participa de redes de sociabilidades preexistentes, ao passo que lhe é permitido constituir novas relações com as quais ordena seu mundo. Portanto, a identidade pode ser compreendida como herança cultural em permanente processo de transformação.

Ou seja, o processo relacional entre território e identidade social se estabelece como artifício em constante movimento, formado ao longo do tempo e tendo como importantes elementos um grupo social e um lugar. A organização da vida depende da disposição dos fatores externos e internos, que acabam por influenciar a constituição e a transformação dos mais diversos espaços. No entanto, deve-se considerar que as variáveis externas, fornecidas em escala global, até o momento que impactam sobre o lugar, ainda são externas. Assim, o processo de internalização é também um processo de espacialização (SANTOS, 2008).

Sendo assim, a identidade socioespacial possui importante papel no processo de construção social, a partir de diversas situações de conflito, referenciando o cidadão ao seu contexto geográfico. Para Guatarri (1990), não é possível uma verdadeira resposta a uma crise que se generaliza na escala global, sem que haja uma transformação política, social e cultural, reorientando a produção de bens materiais e imateriais.

Desse modo, o pensamento de Lefèbvre (2008) retorna como importante suporte para entendimento do processo de formação, consolidação e transformação da identidade socioespacial. A revolução urbana, incluindo e incorporando todos os lugares na reorganização de formas de produção, política e trabalho, atua na constituição social de uma identidade própria, mesmo imprimindo elementos externos ao território.

A noção de que cada lugar apresenta variáveis e tempos históricos diversos, é também fundamental na compreensão de sua constituição. O lugar, através da incorporação dos tempos, está intimamente ligado aos fatores de organização existentes, seja o espaço, a política, a economia, a cultura. Assim, a apropriação do território ocorre devido à ação individual e coletiva, surgindo a dimensão política intrínseca à sociedade, na qual se insere a dimensão do poder, sua constituinte central. No campo de atuação dos atores sociais, esses são responsáveis pela preservação de valores materiais, além da efetiva incorporação de elementos externos, caracterizando, assim, a identidade do território. A comunicação que se dá no âmago da atuação política, portanto, é mediada pela identidade, tomando forma inclusive de reivindicações e protestos, podendo tornar o território um espaço de resistência.

Na produção e reprodução do território reside a base do processo transformador, sob forma de experiência, mediado pela sociedade e o espaço geográfico (CASTELLS, 2006). A relação entre as escalas de influência global e local, estabelece transformações sociais importantes para a compreensão da identidade socioespacial quando expõe, por exemplo, a divisão do trabalho como fator preponderante na construção e transformação do território. O desafio reside exatamente no entendimento das estruturas sociais e suas escalas, para compreender como ocorre a divisão internacional do trabalho e como se internaliza a divisão interna do trabalho. Cada cidade, cada aglomerado urbano, ou cada rede de cidades sofre transformações constantes, a partir das condicionantes alojadas na divisão do trabalho.

Contudo, Hall (2006) evidencia outro impacto para o território, resultante da relação entre global e local. Para o autor, os fenômenos globais se inserem sobre o território, a fim de articularem-se com o local, com estratégias que geram novos mercados consumidores. No mesmo viés em que ocorre a interferência externa, com a imposição de valores e costumes globais, na atualidade vem surgindo um novo interesse pelo local, principalmente devido ao processo de modernização urbano-industrial que diminui as distâncias entre territórios. Dessa forma, este processo pode atuar não como uma forma massificadora, e sim enquanto possibilidade entre

os aspectos locais e as lógicas modernizantes. Sendo assim, é provável que as identidades se fragmentem, assim como o território, gerando novas identificações, confirmando o aspecto que concerne à identidade socioespacial, o seu caráter transformador.

A construção do território, levando em consideração aspectos identitários, requer pensar uma nova perspectiva para o lugar, incorporando os aspectos sociais locais, regionais e globais, de forma a compreender os avanços socioespaciais, a partir dos valores e costumes próprios, da preservação de diferenças e da manutenção da unicidade, bem como pela observação de que os grupos sociais estão sujeitos a incorporarem elementos externos com adaptações às suas necessidades.

### **3. URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPIXABA: tendências e perspectivas**

As recentes transformações do território, a partir da reconfiguração das cidades, em particular a mudança de suas funções e organização socioespacial, vêm atraindo grande atenção de pesquisadores dedicados ao estudo dos diversos contextos que envolvem a ocupação do espaço pelo homem. A partir de diferentes olhares sobre os territórios e sociedades, a análise de conceitos, como cidade-campo e urbano-rural, passa por constantes releituras.

Retomando o fato urbano, como exposto por Lefèbvre (2008), observa-se que o mesmo se constitui como uma centralidade que atua sobre o território, ampliando-se economicamente e ao mesmo tempo, redefinindo metrópoles, conjuntos de cidades, regiões, pequenas localidades e determinando novos mercados e formas de produção e de consumo. As referidas ações denotam a integração de territórios que se encontram em frequentes processos de modificação-adaptação a partir de escalas diversas (local, regional ou mundial).

No Brasil, o processo ocorre a partir do avanço do tecido urbano industrial, redefinindo limites de metrópoles, regiões e, inclusive, de pequenas localidades. Este processo aponta para a necessidade de uma maior compreensão da reorganização econômica brasileira, e de seus desdobramentos na conformação territorial, a partir do campo teórico dedicado ao avanço do tecido urbano industrial.

A urbanização no Brasil, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1940-1944), pode ser entendida como um processo de mudanças que se estenderam pelos diversos setores que compõem a sociedade, seja econômico, político ou social –, alterando os padrões produtivos e de convivência, principalmente através do desenvolvimento industrial, responsável pela promoção de rupturas com as bases agrárias tradicionais, de caráter colonial. Alguns fatores históricos, como a crise econômica de 1929, juntamente com a revolução de 1930, na mesma época em que se iniciou o primeiro governo varguista, denotam a vulnerabilidade da monocultura exportadora como sustentáculo da economia brasileira. Segundo Siqueira (2001), a partir do contexto exposto, ocorreu o declínio gradual do poder político e econômico dos grandes fazendeiros, assim como a ascensão das classes sociais eminentemente ligadas ao processo produtivo industrial.

Em particular, o período do Governo de Juscelino Kubitschek pode ser reconhecido como de aprofundamento do processo urbano, que tem no território uma plataforma de sustentação para o desenvolvimento da industrialização. Já durante as duas gestões de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), marcadas pela busca da centralidade do poder político a nível federal, a industrialização possui o papel de fortalecimento da identidade nacional com a criação de estatais, a exemplo da Petrobras, Vale do Rio Doce, Usiminas, entre outras.

Fundamentada na produção de bens de consumo não duráveis, a produção industrial expande-se graças ao rápido crescimento das exportações de produtos para atender ao setor industrial de base. As mudanças na estrutura produtiva e no movimento de expansão industrial vieram acompanhadas de crescente urbanização e da abertura do mercado para a parcela do setor agrícola dedicada aos alimentos. Em termos geográficos, os grandes projetos de desenvolvimento articulados a nível federal se concentraram nas regiões Sul e Sudeste, principalmente, devido às condições demográficas e físico-territoriais presentes nestas regiões.

Mas é com o Golpe Militar, ocorrido nos anos de 1960, que o país se insere em um processo de intensificação do desenvolvimento econômico e da industrialização, especificamente. Neste período, o desenvolvimento urbano teve como característica

a centralização política e econômica em áreas centrais das grandes cidades e nas cidades médias em industrialização, configurando-se na formação e expansão das Regiões Metropolitanas, que mantêm, ainda na atualidade, o centro dinamizador nas principais capitais brasileiras. Ao mesmo tempo, a necessidade de expansão e integração aos mercados consumidores mais distantes das principais cidades contribuiu para a ampliação do processo urbano industrial às periferias das metrópoles.

Para Santos (2008), a partir dos anos de 1970, o processo de urbanização alcança um novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Portanto, a partir da década de 1970, observa-se o surgimento de uma nova configuração que aponta não somente para o avanço dos mercados e da urbanização sobre a periferia das metrópoles, mas também, determina o avanço da penetração das formas capitalistas de produção sobre cidades pequenas e médias, ou mesmo em áreas destinadas à produção agrícola. Complementarmente, conforme Siqueira (2001), neste período, o Brasil integra-se numa nova divisão do trabalho, a partir de incentivos fiscais a empresas multinacionais, com níveis qualitativos de participação na economia mundial. Portanto, impulsionada a partir da década de 1970, a extensão do tecido urbano industrial sobre o território brasileiro promoveu intensas transformações nas relações entre urbano e rural, e nas formas de produção e reprodução do trabalho.

Fortalecidos e ampliados durante a década de 1980, desenvolvimento e degradação social passam a compor a base urbana e não urbana, com os atores – consumidores do espaço – encontrando na cidade seu espaço de reivindicações, de protestos. Movimentos como dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, direitos humanos e movimentos ligados ao meio ambiente, são alguns dentre aqueles, específicos da realidade urbana. Estes fatos exprimem e reafirmam a perspectiva política implícita na extensão da *polis* e da *práxis* urbana no espaço social (LEFÈBVRE, 2008).

No entanto, seguramente, é a aprovação da Constituição de 1988 a expressão mais relevante do fortalecimento e da representatividade dos anseios sociais ao legitimar as condições político-legais para a consolidação democrática. Dentre os vários

avanços político-institucionais implícitos, a Magna Carta de 1988 destaca a instauração de autonomias sociopolíticas ao município, fundamentais para a consolidação do avanço do processo urbano industrial, estimulado pela consolidação e surgimento de uma *práxis* urbana mais homogênea (FERNANDES, 2004).

Diante do exposto, mesmo considerado tardio, quando comparado a outras nações, o processo urbano industrial brasileiro lançou as bases para transformações recentes, expressas, principalmente, numa fragmentação territorial, a partir de uma maior integração e incremento de novas dinâmicas ou centralidades econômicas disseminadas no território nacional. Aumento da participação de cidades médias e pequenas na economia, emergência de novas metrópoles, bem como a extensão da cidade “informal”, são algumas das dinâmicas que podem ser observadas no período mais recente.

No contexto nacional, o Espírito Santo, durante boa parte do século XX, embora situado na Região Sudeste, economicamente considerada a mais desenvolvida do Brasil, não alcançou o dinamismo regional dos demais Estados – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais –, mantendo-se como território pouco dinâmico em termos de desenvolvimento industrial. Além disso, uma situação indefinida e desfavorável entre a prosperidade dos Estados do Sul e a pobreza nordestina, determinou certo isolamento territorial. Desse modo, o Estado não participou do impulso dinâmico da região em que se encontra integrado, enquanto essa se articulou como cerne do espaço econômico nacional.

Somente a partir da segunda metade dos anos de 1950 se iniciam fatores internos que antecederam a posteriores alterações estruturais socioeconômicas no Estado. A base econômica estadual, estruturada sobre a cafeicultura, inicia um processo de desestruturação, em função da queda dos preços do café no Brasil e no exterior, além da desestruturação socioeconômica da agricultura familiar (SIQUEIRA, 2001).

A segunda metade dos anos 1960 marca uma nova fase da economia do Espírito Santo, tendo o Estado como agente condutor do processo de industrialização que posteriormente se concretizaria. Neste período, o governo capixaba tem como

marca a proposta de integração do Espírito Santo com o Brasil, na tentativa de equilibrar os desníveis regionais, além de estimular por meio de incentivos fiscais a atividade industrial.

Durante a década de 1970, esta etapa do processo de integração econômica do Espírito Santo se efetivaria, momento em que passa a se concretizar a implantação de grandes complexos industriais, orientados principalmente pelo mercado externo, transformando radicalmente o quadro socioeconômico capixaba. Este processo concentrou-se na Região da Grande Vitória (RMGV), denotando claramente um desequilíbrio espacial da economia, que se traduziu em forte migração interna e externa, aumentando dramaticamente o número de trabalhadores que se fixaram nas cidades centrais do Estado – Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica. Ao mesmo tempo, pequenas cidades e áreas rurais passam a se constituir pouco dinâmicas, acentuando o grau de desigualdade socioeconômica do Espírito Santo, demonstrando que o processo de industrialização capixaba deu-se de forma tardia e altamente polarizada.

A partir do século XXI, o Espírito Santo inicia uma nova etapa, no que diz respeito à organização do seu espaço econômico, onde se acelera o processo de transformação, diversificação e crescimento, sobretudo com a maior integração do território capixaba mediante a formação de polos dinamizadores da atividade industrial e econômica – Microrregião Polo Caparaó e Microrregião Polo Cachoeiro, por exemplo.

A Região Metropolitana da Grande Vitória consolida-se como centro industrial e de logística, concentrando riqueza e pobreza. Mas o fato marcante do processo recente situa-se na extração de petróleo e gás, minério de ferro e siderurgia, o que acaba por garantir a participação das demais cidades, principalmente as litorâneas. Esse ciclo é caracterizado pela diversificação das atividades econômicas, mas ainda com predomínio dos segmentos produtores de *commodities*.

A partir deste período passa a ocorrer a evolução qualitativa de atividades econômicas importantes para o Estado, como os serviços ligados ao comércio exterior, os setores de alimentos e bebidas, metal-mecânica, móveis, rochas

ornamentais e vestuário, da construção civil e serviços imobiliários, assim como acontece o renascimento da indústria petrolífera.

Surge, portanto, uma diversificação qualitativa na estrutura econômica local, mas que foi insuficiente para reverter o predomínio relativo dos *commodities* na economia capixaba – reforçado pelo petróleo – herdado do ciclo industrial. Para viabilizar este avanço recente, cresce a necessidade de ampliação do processo urbano industrial para além da área metropolitana, expandindo os mercados consumidores através do aumento da rede de transportes, aumentando assim a participação da Região Metropolitana da Grande Vitória no conjunto da população urbana estadual.

O Capítulo 3 busca descobrir, a partir das mudanças socioeconômicas recentes no território capixaba, quais as dinâmicas atuais das áreas distantes da Metrópole. Estas áreas, historicamente marcadas pela ruralidade, constituíam, no passado, redes de cidades incipientes, articuladas a centros costeiros, e formavam a base econômica capixaba, a partir do modelo agroexportador de café. Assim, esta avaliação se dará com a observação de fatores históricos e fatores recentes, buscando o entendimento da urbanização em escala local. Neste caso, o estudo buscará demonstrar de que forma o avanço do tecido urbano industrial, e a iminência da integração econômica do Espírito Santo ao território nacional, influenciaram a forma com que se articulam as redes sociais e econômicas de pequenas cidades.

Tendo como foco os municípios de Alegre e Muqui, localidades formadas para atender à produção cafeeira, nota-se que, mesmo em escala espacial reduzida de desenvolvimento urbano, houve o estabelecimento de conexões com o processo urbano estabelecido em grandes cidades do Brasil, sob a vertente industrial. O café, enquanto sustentáculo da economia capixaba, permaneceu vivo e influencia determinantemente a base socioeconômica do sul do Estado, onde se encontram Alegre e Muqui.

Outra questão, objeto principal do trabalho, diz respeito à relevância da identidade socioespacial na conservação socioeconômica de Alegre e Muqui. No sentido de evidenciar tal questão, propõe-se regressar a alguns aspectos históricos que

definem os municípios no período que antecede 1960, enfatizando a análise social da demanda econômica local, a evolução do território e do quadro fundiário, e a integração regional e local relacionadas a Alegre e Muqui.

Outro aspecto considerado relevante foi que, apesar de toda riqueza gerada pelo ciclo cafeeiro, bem como sua importância no cenário capixaba, o modelo de estrutura socioeconômica calcado na produção familiar e de pequena produção não foi capaz de impulsionar uma vigorosa economia agroexportadora. Estes fatos indicam a necessidade de analisar o processo de urbanização, no que se refere ao grau, à forma de relacionamento e modos de produção e às relações sociais neles praticadas. Para tal, propõe-se estudar estes aspectos em momentos históricos determinantes dessa condição.

Por fim, o estudo pretende reavaliar o arcabouço teórico centrado na extensão do tecido urbano industrial, na compreensão da medida em que as transformações recentes, ocorridas em nível local e microrregional, incorporam as questões relacionadas à identidade socioespacial, e qual o seu papel na preservação socioeconômica de espaços urbanos limitados.

### 3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CAPIXABA E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

A ocupação inicial do território brasileiro, ainda no Período Colonial, se estendeu pela faixa litorânea até o século XVIII<sup>46</sup>. Seguindo a divisão territorial imposta pela Coroa Portuguesa, as capitanias possuíam metragens a partir da extensão do litoral, o que propiciou a fixação e desenvolvimento das cidades brasileiras a partir da

---

<sup>46</sup> Na segunda metade do século XVIII, se acentua o fluxo imigratório de portugueses para a Colônia, com a única finalidade de enriquecimento rápido mediante a exploração aurífera. Do advento da nova fonte econômica, toda a conjuntura colonial passa a atender este empreendimento. Definitivamente, a sede do Governo Português na Colônia foi transferida para o Rio de Janeiro, de onde o ouro era exportado para a Europa. A população viria a atingir 100.000 habitantes um século após o início da colonização portuguesa e que, na abertura do século XVIII, chegaria a 300.000 habitantes, número insignificante quando considerada a dimensão territorial ocupada por essa população. Durante todo o século XVIII entrariam 600.000 portugueses no Brasil, ocorrendo o esvaziamento de algumas regiões em Portugal. Destarte, a concentração populacional durante o recorte temporal tratado ocorreu de forma localizada e moderada, sendo mais comum a fundação de vilas e povoados margeando as lavras e minas de exploração aurífera, não significando o desenvolvimento imediato de outras localidades, excetuando o Rio de Janeiro (PRADO JUNIOR, 1978).

região costeira, adotando a lógica da colonização de assegurar a ocupação e facilitar o escoamento de mercadorias.

Pouco tempo após a colonização, a produção agrícola se configurou como principal fonte de renda a ser explorada no Brasil pela Metrópole Portuguesa. Portanto, o Sistema Colonial previa a subordinação territorial, política e econômica da Colônia à Metrópole, como também ao setor produtivo que se estabeleceu. Diante disso, a formação dos núcleos urbanos partia do pressuposto de atender a uma demanda proveniente do meio rural, muitas vezes como uma extensão do mesmo. Nesse sentido, a ocupação em solo brasileiro estabeleceu-se primordialmente no ambiente rural, com a formação de núcleos de povoamento desarticulados entre si e situados na faixa litorânea do território, facilitando assim, os desígnios do próprio Sistema Colonial.

O Espírito Santo seguiu a mesma coerência de ocupação estabelecida nas demais regiões e, durante o Período Colonial e Imperial, praticamente toda a população manteve-se na faixa litorânea capixaba, com os principais núcleos urbanos também neste território, se destacando a região central da Capitania. Com relação ao sistema mercantil, o Espírito Santo se caracterizou, desde o século XVI, como território em que predominava a pequena propriedade e a produção diversificada, não se inserindo no sistema mercantil colonial, apesar de se caracterizar como produtor de gêneros comercializáveis dentro da colônia (CARVALHO, 2010). Em termos administrativos, por não se inserir no sistema mercantilista, o Espírito Santo acabou não recebendo investimentos de melhorias, principalmente em seus núcleos.

Portanto, de certa forma, o processo de desenvolvimento urbano do Estado pode ser considerado como tardio quando comparado ao de outros Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, devido a uma série de fatores historicamente constituídos como: isolamento, economia e sociedade rurais, baixa densidade demográfica, geografia desfavorável ao incremento da produção em larga escala, rendas públicas inexpressivas, crises econômicas, entre outros (ALMEIDA, 2009).

Considerando o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, mesmo com a manutenção de diversas características coloniais durante todo o Período Imperial (1822-1889), a economia passou a ter o café como principal produto destinado à exportação. No Espírito Santo, o contexto da segunda metade do XIX revela-se como marco das principais mudanças, tanto na esfera econômica quanto na social.

A chegada da segunda metade do século XIX revela um marco na economia e sociedade espírito-santenses. Na economia, o eixo passou a ser o da lavoura cafeeira voltada para a exportação; já a sociedade teve integrada a sua composição a mão de obra imigrante livre que prevaleceu no trabalho da lavoura cafeeira, fixada em colônias como Santa Isabel e Santa Leopoldina (ALMEIDA, 2009:72).

Principal atividade econômica da Província e depois Estado, por quase um século, o ciclo cafeeiro perdurou, desencadeando um padrão de urbanização que se estabeleceu nas Vilas e Povoados da então Província. Posteriormente, já no século XX, estes núcleos urbanos, fundados para atender a uma população eminentemente rural, originaram muitas das cidades capixabas.

A Tabela 10 demonstra a predominância da produção cafeeira sobre a açucareira ao término da década de 1850. Em 1858, a exportação de café ultrapassava o dobro da produção do açúcar, produto que até então dominava a economia do Espírito Santo. A mesma Tabela expõe que, enquanto a produção açucareira decaía, a cafeeira não parou de crescer.

Tabela 10: Exportação de café e açúcar da Província do Espírito Santo (em arrobas)

Ano	Café	Açúcar
1858	151.227	46.222
1859	136.102	39.822
1860	202.117	29.550
1861	223.809	21.843

Fonte: OLIVEIRA, 2008:420.

Neste contexto, as obras públicas se destinavam à manutenção do saneamento básico e de uma infraestrutura mínima para a circulação de pessoas e mercadorias, principalmente na capital, Vitória, destacando-se os investimentos feitos na melhoria das estradas, edificações, saneamento e instrução pública (APEES – BARÃO DE ITAPEMIRIM, 1856:30).

Com a economia cafeeira, sobreveio a interiorização do território capixaba e a inserção da mão de obra migrante e imigrante, elementos indispensáveis para a abertura de novas fronteiras agrícolas, principalmente na Região Sul do Estado, com conseqüente fundação de vários núcleos urbanos.

Portanto, o padrão de urbanização esteve estreitamente relacionado à origem colonial da ocupação do território brasileiro, com algumas características específicas para cada região, bem como aos fatores socioeconômicos que regeram cada marco temporal. Com uma agricultura calcada na pequena produção familiar, e possuindo como principais características a concentração do maior contingente populacional na zona rural e a incapacidade de gerar uma dinâmica que possibilitasse converter o capital em excedente da produção, o Espírito Santo passou a vislumbrar um desenvolvimento econômico e social a partir dos núcleos urbanos (BUFFON, 1992).

Neste padrão produtivo, os núcleos urbanos eram dinamizados por limitadas atividades comerciais, uma vez que, entre os séculos XIX e XX o consumo era também muito restrito. Em termos sociais, os núcleos se destacavam como sede religiosa, local das festas e outras manifestações culturais, bem como ambiente em que se encontravam as instituições do poder público. Era justamente a administração pública a responsável por legitimar o aparato urbano, concedendo permissões para atividades comerciais e instituindo os espaços públicos – câmaras municipais, escolas, hospitais, juizado, quartel, entre outros.

Por sua vez, a localização e a importância dos núcleos urbanos sempre estiveram ligadas à capacidade de mobilização da população e do escoamento da produção, cabendo também ao poder público a constituição de meios de transporte como, estradas carroçáveis e linhas férreas. Cabe ressaltar que a iniciativa de melhorias, por parte do Governo capixaba, se relacionava com o aumento da renda estadual proveniente da produção cafeeira, elemento que explica, principalmente, a preocupação em munir o Espírito Santo de vias de comunicação que ligassem a capital ao interior, principalmente a partir do primeiro Governo de Muniz Freire (1892-1896).

Vitória, na última década do século XIX, representava a sede administrativa, principal núcleo urbano, e porto de escoamento de 40% da produção cafeeira do Espírito Santo, enquanto a produção cafeeira da Região Sul estava centrada em Cachoeiro de Itapemirim e seu escoamento era feito pela Estrada de Ferro Leopoldina até o Rio de Janeiro. Cabe destacar que foi justamente na Região Sul do Espírito Santo onde se estabeleceram grandes fazendeiros vindos principalmente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, diferentemente do que ocorrera no restante do território capixaba, porém seguindo os parâmetros dos demais Estados produtores de café.

Assim, observa-se que o ciclo regional do café proporcionou a ocupação do território de forma mais homogênea, fazendo surgir vilas e cidades localizadas nas áreas rurais e que se articulavam aos portos, atendendo a uma dinâmica agromercantil. Para Monte-Mór (2005), este modelo de demarcação do território foi marcado por uma ocupação rural extensiva, pontuada por vilas que organizavam redes urbanas frágeis e isoladas, distantes dos centros costeiros. Milton Santos (2001) expõe que este modelo histórico mantinha como base a produção agrícola, que dispunha de redes locais de transporte e redes dendríticas que se conectavam a áreas portuárias.

Desse modo, este modelo de ocupação, que determinou o primeiro processo de urbanização do Espírito Santo, está intimamente ligado ao período histórico que abarca a passagem do século XIX para o século XX, principalmente até a década de 1960, marcando assim a primeira etapa da urbanização capixaba e as particularidades ligadas à atividade cafeeira localizada, principalmente, ao sul do Estado. Portanto, o café determinou de forma quase plena a estruturação socioeconômica do Espírito Santo, os movimentos demográficos, as finanças públicas e a infraestrutura constituída. Contudo, até a década de 1960, a urbanização não foi capaz de alcançar altas taxas, concentrando no campo o maior contingente populacional e limitando a economia urbana. Durante o referido período, a expansão da cafeicultura, fundada em bases familiares, imprimiu ao Estado certa urbanização, caracterizada, sobretudo, pelo surgimento de pequenos núcleos urbanos, seguindo a “rota do café” (BUFFON, 1992).

Outro fato importante foi que, apesar da riqueza gerada pelo ciclo cafeeiro, bem como sua importância nos cenários nacional e capixaba, o modelo de estrutura socioeconômica, calcado na produção familiar e de pequena produção, não foi responsável pela vigorosa economia agroexportadora. A constatação indica que a necessidade de analisar este processo de urbanização se localiza no grau, na forma de relacionamento dos modos de produção e das relações sociais neles praticadas.

A estrutura produtiva baseada no trabalho familiar desenvolvida no Espírito Santo foi fator determinante para a produção de um singular quadro urbano. Suas origens consistem na formação de núcleos de povoamento com imigrantes europeus, principalmente na região central, mas, sobretudo, na introdução da parceria a partir do retalhamento dos latifúndios escravistas da Região Sul do Estado, que recebera considerável contingente migratório. Sendo assim, avaliar este período e os fatos mais importantes, por sua influência nas ocupações do território capixaba, além da formação da sua urbanização, se faz fundamental para o entendimento das transformações recentes ocorridas no Estado.

Como já exposto, ainda ao final do século XIX, a produção do café desenvolve-se no Sul do Espírito Santo, sob bases escravistas, em grandes fazendas localizadas nos vales dos Rios Itabapoana e Itapemirim. Esta localização representava o prolongamento da cafeicultura no Vale do Paraíba, e, por conseguinte, trouxe consigo as relações sociais e o modelo de exploração do solo praticado naquela região (BUFFON, 1992). Assim, no ano de 1872, a produção cafeeira do Estado cresce aceleradamente, apresentando as maiores taxas anuais dentre as principais províncias produtoras de café (ROCHA, 1983). Quanto à ocupação territorial, segundo Almada (1984), a Região Sul do Estado tinha como principais núcleos coloniais Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim (Figura 17), enquanto o Espírito Santo demonstrava uma limitada fragmentação do território, contando com apenas 13 núcleos.

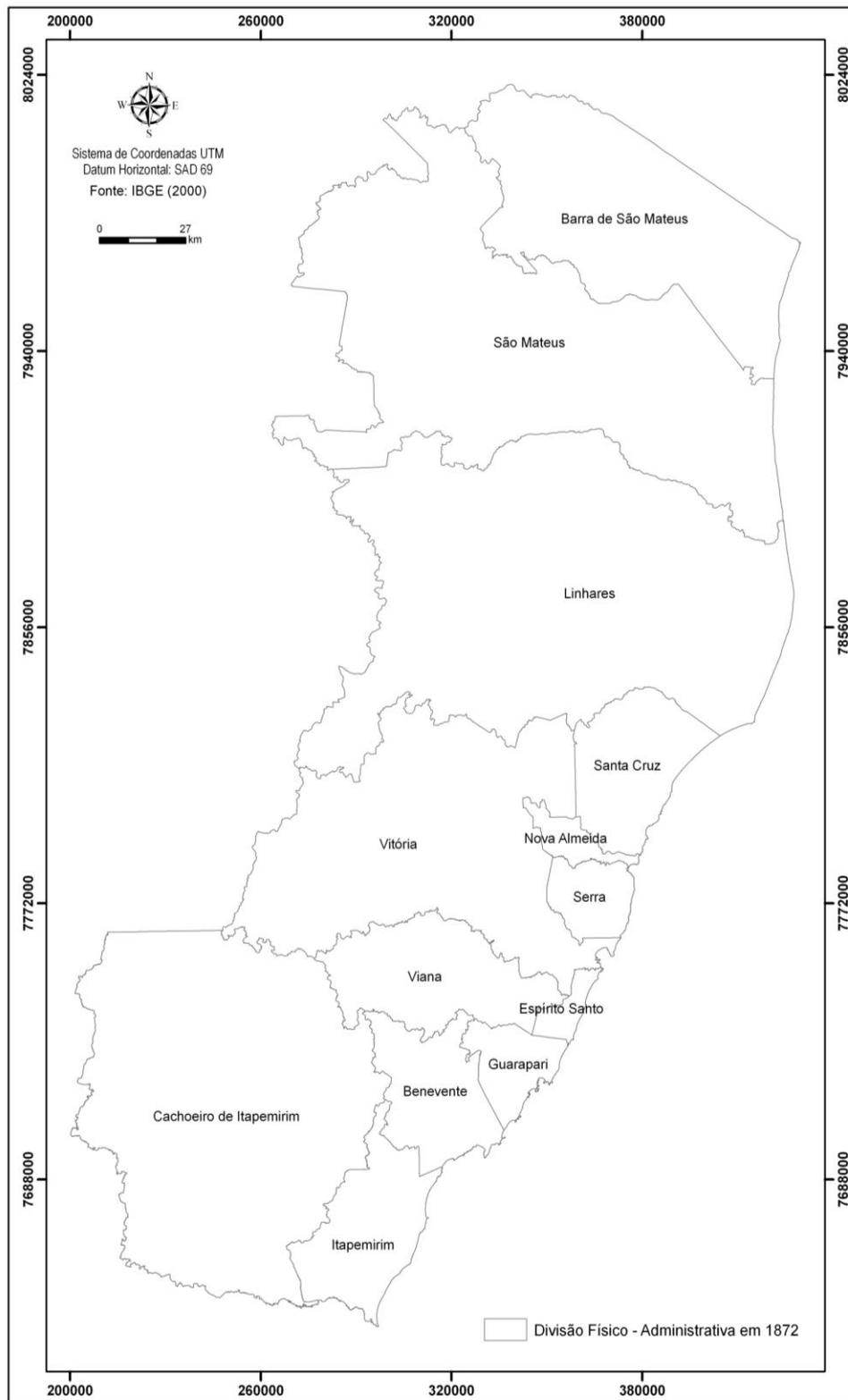


Figura 17: Mapa da Divisão Política Administrativa do Espírito Santo (1872)  
Fonte: Elaborado por Maria Helena Palmer Lima, IBGE - 1997.

Fica evidente que este modelo econômico baseado em grandes extensões de terra foi responsável por uma incipiente divisão territorial do trabalho, que mais tarde se consolidaria na pequena propriedade familiar de subsistência. No território capixaba, a porção Sul, ainda em 1872, é frente pioneira em função dos seus atributos geográficos como cursos de rios, redes de infraestrutura, ainda que precárias, e principalmente, a proximidade com o norte fluminense.

Neste contexto, Cachoeiro de Itapemirim constitui frente pioneira de migrantes de outras províncias, na medida em que não se observa queda da população livre ou escrava nas demais regiões do Estado. Em Cachoeiro, a expansão da produção do café advinda do Vale do Paraíba traz consigo formas de produção e vida semelhantes, organizadas nos moldes coloniais, herdando o latifúndio exportador escravista (BUFFON, 1992).

Reproduziu-se, assim, uma estrutura social e uma técnica da exploração do trabalho. Contudo, Almada (1984) enfatiza que as fazendas localizadas ao Sul capixaba possuíam aspectos originais, se comparadas às do Vale do Paraíba, que possuíam tamanho médio muito superior. Entre os fatores que justificam tais características, pode ser apontada a baixa produtividade das terras, em função do relevo montanhoso, o que determinava também o baixo preço das mesmas.

Porém, neste período, Buffon (1992) ressalta que, apesar do expressivo crescimento da Região Sul do Espírito Santo, as características socioeconômicas não foram capazes de fomentar a divisão do trabalho, limitando as trocas, não produzindo maiores impactos sobre a vida urbana, como diversificação econômica e melhorias na infraestrutura. Basicamente, a estrutura socioeconômica estava centrada no meio rural, tendo na grande fazenda escravista seu centro econômico básico<sup>47</sup>. Sendo assim, as relações sociais e as dificuldades estabelecidas pelo relevo, associadas à deficiência dos meios de transporte, impuseram limites à expansão cafeeira no Sul do Estado.

---

<sup>47</sup> A cultura do café nesta região apresentou baixo potencial de acumulação em decorrência de tais características socioeconômicas e físicas. Os elevados custos de transporte, a baixa produtividade, além da perda de boa parte do excedente produtivo nas transações comerciais estabelecidas com a Praça do Rio de Janeiro foram os principais fatores (ROCHA e COSSETI, 1983).

Outro fator que esteve ligado ao incremento demográfico, o final da escravatura (1888) marcou um novo processo socioeconômico de relevância para o Espírito Santo. Segundo Almada (1984), a partir desse período, o afluxo dos imigrantes europeus proporcionou significativos incrementos no quadro demográfico capixaba. Entre 1890 e 1900 a população capixaba cresceu em média 4,4% ao ano, o que representou um acréscimo de 73.786 habitantes, dentre os quais 29.862, ou 40,5%, eram estrangeiros (ALMADA, 1984:94). Cabe lembrar que este processo não ocorreu exclusivamente no Espírito Santo, mas nacionalmente.

Conforme Buffon (1992), na Região Sul do Estado, após a chegada da mão de obra imigrante, estabeleceu-se o início do fracionamento da grande fazenda escravista, produzindo também uma estrutura socioeconômica fundada na pequena produção familiar. Esta estrutura, pela sua forma de produção e reprodução, passou a constituir um dos principais condicionantes de todo o processo de desenvolvimento posterior à economia local. Cabe ressaltar que na medida em que se difundia a produção familiar, as diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões do Estado reduziam-se, o que representou, em diferentes escalas, a homogeneidade dos espaços econômicos, proporcionando a ocupação e a fragmentação do território capixaba.

Portanto, a dinâmica da reprodução da agricultura familiar possuía relações estreitas com a subsistência da unidade familiar, que se estabelecia como célula social das colônias de povoamento. Dessa forma, as crises nos preços do café não representavam uma ameaça à reprodução dos agricultores, mas apenas uma retração no consumo, já muito restrito, de produtos adquiridos no mercado, uma vez que produziam quase todos os bens que consumiam (BUFFON, 1992). Individualmente, cada estabelecimento familiar produzia um volume muito pequeno de café, apesar de ter representado o diferencial entre as colônias do Espírito Santo e as do Sul do Brasil. Ou seja, o sistema de formação de núcleos coloniais de imigrantes aliou características, como a pequena propriedade de produção familiar, com o plantio do café voltado para a exportação. Com relação à produção diversificada, ao mesmo tempo em que atendia à demanda do produtor e de sua família, se voltava para o abastecimento do mercado local, menos sujeito às

oscilações do mercado internacional, ao qual a exportação do café estava submetida.

Os anos de 1920 marcam um vigoroso processo de ocupação do território capixaba, sobretudo na Região Sul, tendo no quadro socioeconômico a consolidação da estrutura produtiva familiar locada nas áreas rurais dos municípios. Conseqüentemente, a cadeia de comercialização e as funções urbanas pouco se alteraram.

Ao compararmos a divisão administrativa do Espírito Santo deste período com a do período precedente analisado, (Figura 10), nota-se que em pouco mais de 40 anos o território capixaba passou a contar com quase três vezes o número de núcleos. Nesta vertente, ganhou destaque a Região Sul, como fronteira natural da expansão da produção de café, além da Região Central do Estado. A Região Norte somente mais tarde sofrerá uma divisão territorial mais dinâmica.

Basicamente, a produção agrícola, localizada no campo sobre uma estrutura socioeconômica baseada na pequena propriedade, fora fator preponderante para a concretização deste quadro.

Sendo assim, ante tal estrutura produtiva, desenhada por um volume de produção incipiente e pelo predomínio do trabalho familiar, o comércio torna-se a principal forma de subordinação da agricultura familiar. Como praticamente não havia trabalho assalariado, a subordinação do trabalho e da produção dava-se através do comércio. As relações comerciais entre o agricultor familiar (produção) e o primeiro elo da cadeia comercial, o vendeiro, baseava-se em práticas pessoais. Em muitos casos, o vendeiro fornecia as mercadorias para o agricultor e este o pagava em sacas de café.

A reduzida dimensão produtiva levou à formação de uma estrutura comercial compatível com as características produtivas da agricultura familiar. Os principais atores da estrutura de comercialização estavam personificados nas pessoas do colono, vendeiro ou pequeno comerciante local, negociante ambulante, comerciante

médio ou de segunda classe e as grandes casas comerciais localizadas na capital, Vitória (BUFFON, 1992).

Cabe ressaltar que nesta estrutura, os comerciantes, pequenos, médios e grandes chegavam a realizar exportações ou importações, influenciando numa rede de transporte entre os núcleos urbanos e a zona produtora (BUFFON, 1992). Desse modo, este agente possuía a função de conversão da modalidade de transporte, muitas vezes concentrando a safra exportadora e distribuindo os produtos adquiridos junto aos importadores. Estes agentes foram fundamentais na constituição de uma vida urbana e para a emergência de alguns núcleos urbanos de grande importância, principalmente no Sul do Estado.

No topo da cadeia produtiva, Vitória concentrava as principais casas comerciais, e nas primeiras décadas do século XX, era o núcleo urbano mais importante do Estado. Contudo, Almada (1984) ressalta a importância da praça comercial do Rio de Janeiro no esquema de comercialização estruturado no Espírito Santo. Até 1920, pela proximidade com o Sul do Espírito Santo e pela extensão da fronteira agrícola, a praça carioca foi responsável por grande parte das relações comerciais e financeiras do ciclo do café.

Este fator foi preponderante para a inibição de um fomento à urbanização do Espírito Santo, pois não se constituiu um complexo econômico mais vigoroso, que estimulasse a diversificação produtiva ou mesmo a industrialização. A partir das primeiras décadas do século XX, com a expansão da linha Férrea Leopoldina, ligando Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, essa trajetória veio a se reverter.

O incremento dos investimentos nos anos de 1920, pelo governo Florentino Avidos (1924-1928)<sup>48</sup>, foram primordiais para o avanço e expansão do setor cafeeiro capixaba, ligando a ferrovia à capital. Além disso, foi feito o aparelhamento do Porto de Vitória, e construídas rodovias para diversas áreas produtoras. Desse modo, os

---

<sup>48</sup> “[...] durante o governo de Florentino Avidos (1924-1928) teve prosseguimento a modificação do espaço urbano de Vitória, ao passo que empreendimentos voltados para otimização econômica também foram impetrados, como a construção de quatro armazéns para atender o crescente movimento de cargas no porto, além de pontes facilitadoras da locomoção da população e de mercadorias” (ALMEIDA, 2009:82).

anos de 1920 marcam a supremacia cafeeira, quando este produto passa a atingir o patamar de 88,6% e até 96,1% do valor exportado (BUFFON, 1992).

A rede de infraestrutura torna-se, portanto, uma ferramenta de estudo importante para a compreensão da rede urbana e para o entendimento de seus desdobramentos. Segundo Buffon (1992), destacam-se neste período quatro elementos fundamentais: as tropas de mares, o transporte fluvial, as ferrovias e o Porto de Vitória.

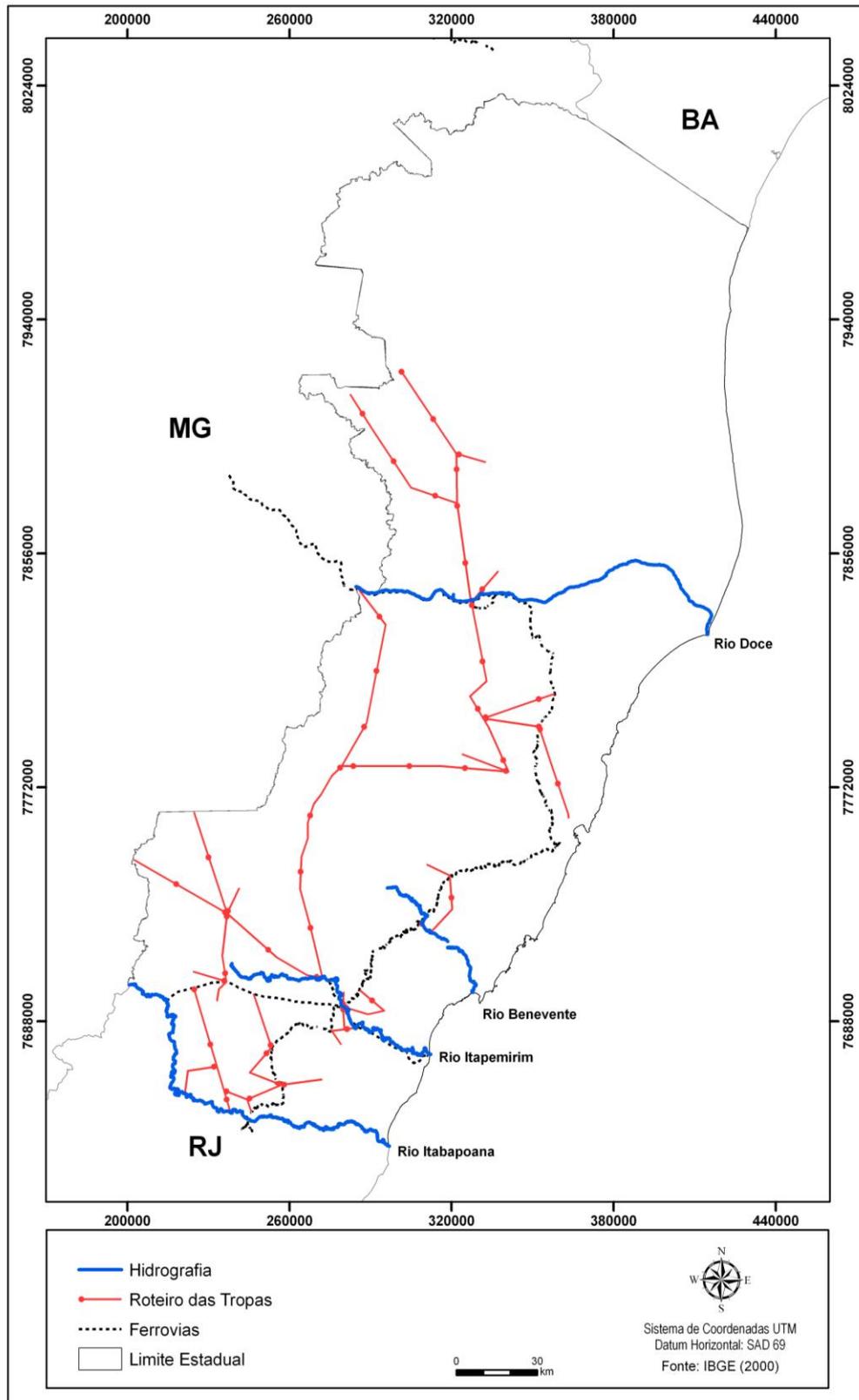


Figura 18: Mapa Esquemático das Rotas de Tropas, Rios e Ferrovias (1920)  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BUFFON, 1992.

Basicamente, até o início do século XX, toda produção cafeeira era escoada de forma precária, por meio do lombo de muares. Em diversos pontos ocorria conversão de modalidades de transporte e a produção era embarcada, por via férrea ou fluvial, para os portos localizados no litoral, encaminhando assim a produção para portos maiores e mais importantes (Figura 18). Os rios Itabapoana, Benevente, Santa Maria e Itapemirim formavam importantes componentes modais na constituição da rede de infraestrutura capixaba no início do século XX.

Segundo Moraes (1989), durante as primeiras décadas da expansão cafeeira, especialmente nas regiões sul e centro, os caminhos percorridos pelas tropas de muares, ainda que precários, consolidaram-se e deram origem a uma extensa rede de rotas, ligando o interior ao litoral.

Na década de 1930, nota-se outro marco: o primeiro período de integração nacional dos mercados após a crise de preços do café, ocorrida em 1929. O setor dinâmico de acumulação passa a ser a indústria, ainda que restrita. Porém, embora na década de 1930 a rede ferroviária estadual estivesse implementada, ela se encontrava desintegrada e orientada para atender o fluxo exportador. Contudo, não se pode negar que as ferrovias se colocam como fator preponderante para o desenvolvimento de núcleos urbanos, pois seu traçado, voltado para atender as regiões produtoras, influenciou no desenvolvimento desses núcleos.

Ao observarmos a Figura 18, fica claro que o tamanho, a diferenciação e a hierarquia dos núcleos urbanos, considerando a estrutura produtiva da cafeicultura até a década de 1930, estão estreitamente relacionadas à rede de transportes, principalmente as ferrovias. Ou seja, a rede viária expôs nova perspectiva à dinâmica socioeconômica do Espírito Santo, seguindo o ocorrido em outras regiões do país.

Conforme Buffon (1992), ao compararmos dados socioeconômicos referentes às décadas de 1940 e 1920, estes não revelam alterações estruturais. O autor aponta como principal fator para este quadro a pequena propriedade familiar, sobretudo no Sul do Estado, pois esta região já contava com incremento da pecuária e uma incipiente diversificação produtiva. Esta expansão da pecuária representou

importante passo para a constituição de uma bacia leiteira de Cachoeiro de Itapemirim, voltada para mercados urbanos, como do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Sendo assim, o Espírito Santo não iniciou, neste momento, o processo de integração e dinamização econômica, mas também não sentiu de forma drástica os efeitos da crise dos preços do café.

Este quadro denota a diversificação produtiva e a importância da pequena propriedade no contexto socioeconômico capixaba. Entre 1920 e meados da década de 1930, a participação dos estabelecimentos com área de 0 a 100 hectares, evoluiu de 52% para 60,6%, enquanto que nos grandes estabelecimentos, com área superior a 500 hectares, houve perda de participação, passando de 22% para 10,7%. Mesmo considerando a baixa complementaridade da produção cafeeira, a fragmentação da grande fazenda e a multiplicação de novos núcleos urbanos demonstra que ocorre uma divisão territorial do trabalho, essa responsável pelo povoamento do Espírito Santo nesse período.

Mas foi na década de 1940 que se verificou, pela primeira vez, o saldo migratório negativo, representando que o Espírito Santo deixou de ser região absorvedora de população brasileira que migrava. Este fato denuncia o início da dificuldade de reprodução do quadro socioeconômico calcado na pequena propriedade familiar. Portanto, na Região Sul, o avanço da pecuária leiteira e o desenvolvimento da indústria de minerais não metálicos estão estreitamente relacionados ao processo de integração do mercado nacional. Outro importante fator refere-se ao início das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942, momento em que começam as operações de embarque de minério de ferro pelo Porto de Vitória. Este quadro consolida o dinamismo da cidade de Vitória, alterando seu alcance e importância econômica e transformando de forma determinante a vida urbana da capital.

Desse modo, a década de 1940 marca, no Espírito Santo, o início de importantes fatores de mudança na estrutura produtiva. O esgotamento do solo, a queda dos preços internacionais do café e a presença de um processo incipiente de atividades

ligadas à indústria, centradas na capital, dão início à desestruturação da economia de pequena produção e da hegemonia do café. Já na segunda metade do século XX, as relações comerciais do Espírito Santo com Minas Gerais e Rio de Janeiro foram favorecidas com a conclusão dos principais ramais ferroviários do Estado. Para Siqueira (2001), a Estrada de Ferro Leopoldina que, cortando o Sul, ligava Vitória ao Rio de Janeiro, e a Estrada de Ferro Vitória – Minas, margeando o Rio Doce, consolidaram a ligação entre zonas produtoras e a capital Vitória (Figura 18).

Assim, somente a partir de 1950, a atividade industrial se desenvolve de forma mais dinâmica, instalada, na maioria das vezes, em Vitória e nos municípios vizinhos, reafirmando a capital do Estado como o maior e mais importante centro urbano do Espírito Santo. No Sul, o desenvolvimento da pecuária e da indústria extrativista de minerais não metálicos passa a se consolidar em Cachoeiro de Itapemirim, como centralidade, ao mesmo tempo em que elimina a dependência desta região em relação ao setor cafeeiro.

Estes fatos evidenciam que mesmo antes de 1970, período em que reconhecidamente o Espírito Santo se integra nacionalmente, o estado assistia a transformações em seu território basicamente fundadas no desgaste do modelo da pequena propriedade familiar e na inserção de algumas cidades, como Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, em uma nova divisão territorial do trabalho. Estes centros tornam-se mais dinâmicos, passando a atrair maior número de trabalhadores, além de concentrarem mais recursos e riqueza.

Na década de 1950, a taxa de crescimento da população urbana acentua-se, em particular na capital, Vitória, em Cachoeiro de Itapemirim e em Colatina, evidenciando uma evasão do campo (BUFFON, 1992:265). Já na década de 1960, se apresenta, no quadro estadual, uma estrutura de cidades que possuem uma urbanização incipiente e dispersa, com a presença das mencionadas cidades atuando como centros regionais. As demais cidades se encontravam estagnadas, mantendo relações de produção estreitas com a vida agrária.

Ao se avaliar o quadro urbano capixaba, estabelecido na década de 1960, cabe ressaltar seus determinantes, principalmente no decorrer do século XX, a partir do

quadro socioeconômico capixaba fundado na agricultura familiar pouco mercantilizada. Este período vai se tornar marco decisivo para o desenvolvimento da malha viária do Estado, a partir da expansão das rodovias. Segundo Siqueira (2001), ao assumir a presidência em 1956, Juscelino Kubitschek lança o Programa de Metas. Entre 1956 e 1960, a rede Rodoviária Federal é ampliada de 22.130 Km para 32.402 Km. Ao mesmo tempo, a rede estadual expande de 54.004Km para 75.953Km. Esta ampliação denota o interesse em articular os locais de produção às ligações rodoviárias estaduais e federais.

No Espírito Santo se faz necessário enfatizar três grandes rodovias federais, responsáveis pela integração do Estado às principais regiões produtoras do país: BR-101, BR-262 e BR-259. O avanço inicial foi a pavimentação da Rodovia Rio – Vitória, que posteriormente ganha representatividade como a nova estrada litorânea que liga o Rio à Bahia (BR-101). Esta rodovia corta o Espírito Santo no sentido longitudinal (Figura 19), tornando mais efetiva a atração de Vitória sobre a Região Sul do Estado, e possibilitando desenvolvimento à vasta região litorânea capixaba, até então com diversas dificuldades de comunicação.

A BR-262 cortou o Estado no sentido transversal e ligou a cidade de Vitória à divisa do Estado de Minas Gerais, colaborando com o transporte de minério de ferro, realizado pela Vale do Rio Doce, iniciado na década de 1940, além de levar desenvolvimento à região central do Espírito Santo. Merece destaque, ainda, a BR-259 que, embora tivesse quase o mesmo traçado da ferrovia Vitória – Minas, veio reforçar uma ligação da Região Norte, principalmente Colatina, com a capital (SIQUEIRA, 2001).

A partir das rodovias federais, todas as regiões do Estado passaram a dispor de vias de transporte rodoviário, tendo facilitado o acesso ao Porto de Vitória, o que possibilitou a ligação aos grandes mercados, principalmente o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Mesmo com tantos esforços locais e nacionais, até a década de 1960 a urbanização produzida no Espírito Santo pode ser considerada frágil, reduzindo-se a poucos núcleos urbanos representativos. Contudo, cabe ressaltar que, mesmo quando incipiente, a urbanização capixaba foi capaz de

produzir uma rede de cidades articuladas em função das funções comerciais, da administração pública e das condições de transporte vigente.

Ao avaliar-se a lógica produtiva desse período, observa-se que a renda estadual apresenta uma composição de 48,8% do setor primário (agropecuária e extrativismo vegetal), 5,9% do setor secundário, e 45,3% no setor terciário (IBGE, 1960). Este quadro expõe o peso do setor primário e o reduzidíssimo peso da indústria. Ao decompor os números absolutos referentes ao setor primário, observa-se que a lavoura é absolutamente preponderante, responsável por 72% da renda do setor, e 35% da renda interna estadual.

O setor secundário, com reduzido papel na renda interna, estava em grande medida associado à indústria de transformação. No subsetor terciário, destaca-se a importância dos transportes e da comunicação, responsáveis por 20% da renda do setor terciário. Este setor eleva sua participação diante da melhoria da rede rodoviária no Espírito Santo, fruto do estímulo e esforços do Governo Federal.

Nos anos de 1960, a taxa de urbanização do Espírito Santo estava em torno de 31,60%, demonstrando que, apesar de ocupado de forma mais homogênea, o estado ainda contava com uma taxa de urbanização baixa, se comparada àquela da Região Sudeste do Brasil, que era de 57,36%. Por outro lado, as transformações econômicas, mencionadas anteriormente, estabeleceram um mercado consumidor urbano, lançando bases sólidas para o desenvolvimento de um parque industrial, a partir das ligações modais que atingem todas as regiões do Estado, ligando-as à capital Vitória.

Porém, o ciclo de expansão e integração nacional iria se concretizar na década de 1970, inicialmente viabilizado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972 – 1974). Conforme Siqueira (2001), a estratégia de desenvolvimento regional do plano implica em modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, mediante novas estruturas de transporte, o que implicou na criação dos chamados corredores de transporte, associados à modernização portuária e intimamente ligados à expansão da fronteira agrícola da Região Centro-Oeste. Além disso, o estímulo às grandes plantas industriais, voltadas aos setores

siderúrgico e paraquímico, passa a complementar as mudanças estruturais que sofre o Espírito Santo.

Mesmo assim, o plano desenvolvimentista que atinge o Estado, proporcionando sua integração em âmbito nacional, desenvolveu-se com elevado grau de desigualdade, provocando diversas alterações no quadro socioeconômico vigente. Entre as principais alterações, destaca-se o declínio do setor agrícola, gerador de um processo migratório campo-cidade, além de alto nível de subempregos nos centros urbanos.

Ao observarmos a Figura 19, fica evidente que a rede de infraestrutura representou importante indutor de desenvolvimento, proporcionando ocupação mais homogênea ao Estado, influenciando em uma divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, em uma nova reorganização do território capixaba. Contudo, ela representa uma ruptura drástica territorialmente, uma vez que a malha viária passa a articular-se em municípios litorâneos. Este fato, associado às dificuldades do modelo agrário até então vigente, trouxe rupturas e descontinuidades a diversos municípios capixabas no que diz respeito à socioeconomia.

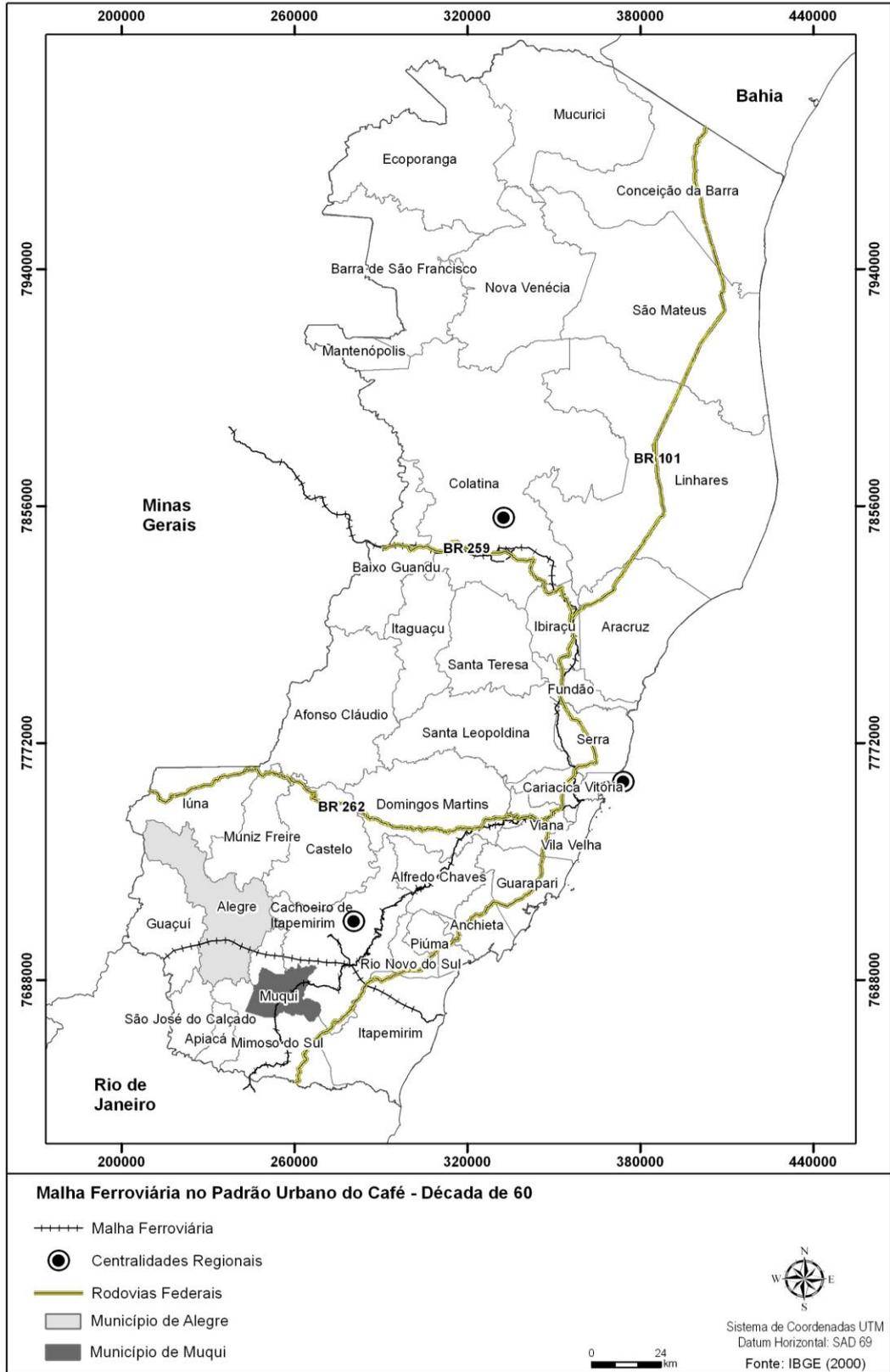


Figura 19: Mapa da Rede Viária do Espírito Santo (1960).  
 Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2009.

Ocorre em grande medida a estagnação de regiões, municípios e localidades, a partir da desigualdade imposta pelo novo aparato técnico, além de migrações internas e agravamento das desigualdades sociais. A pequena produção familiar, mesmo locada na periferia ou no meio rural esquecido, demonstrou enorme capacidade de adaptação às transformações dos contextos socioeconômicos em que se insere, fato que contribui para explicar a sua permanência e predominância nas relações de trabalho empregadas no campo. Mesmo que, no Espírito Santo, as transformações tenham atingido tamanha magnitude e rapidez, a agricultura familiar foi, e ainda o é, um componente historicamente herdado da formação socioeconômica capixaba.

Porém, ao se considerar a presença da produção familiar atual, admite-se a presença de outra faceta do processo do desenvolvimento: a submissão da agricultura à lógica urbana industrial, tanto pela substituição do homem pela máquina no trabalho, quanto pela introdução de hábitos e costumes eminentemente citadinos no ambiente rural – uso de tecnologias como o telefone, a luz elétrica, a água encanada e a internet. Mesmo diante de um processo de desenvolvimento tardio, o projeto de urbanização capixaba conseguiu imprimir novos valores às localidades distintas.

A necessidade de conectar municípios e localidades cada vez mais distantes às novas redes tecnológicas, de comercialização e abastecimento, traz consigo relações de transformação nas formas de produção, nas relações de trabalho e modos de vida. Tais transformações interagem com relações seculares preexistentes, gerando hibridismos, resistência e alterações na base material. O desafio é entender em que medida essas transformações ocorrem e observar suas consequências, a fim de incorporar especificidades locais capazes se associarem à lógica urbano industrial enquanto potencialidade.

### 3.2 ALEGRE E MUQUI: Transformação e Permanência

No Capítulo 1 foram apresentados os municípios de Alegre e Muqui e as recentes transformações e permanências ocorridas na sua base territorial. As transformações na estrutura socioeconômica, iniciadas na década de 1950 e intensificadas a partir da década de 1970, com a integração definitiva ao mercado nacional, impuseram e impõem dinâmicas distintas. Desse modo, a partir de uma avaliação dos condicionantes históricos e determinantes do processo de formação destes municípios, busca-se, a partir deste item, a identificação dos fatores preponderantes ao entendimento do quadro atual de Alegre e Muqui.

Até este momento, foi analisado o processo de urbanização do Estado do Espírito Santo e sua trajetória para se integrar à economia nacional, bem como a constituição de sua rede urbana, até a década de 1960. A partir desta análise, pretende-se chegar a uma avaliação das transformações e permanências, especificamente nos territórios de Alegre e Muqui. Assim, buscar-se-á expor a formação socioeconômica dos referidos núcleos, suas evoluções das divisões territoriais e suas dinâmicas referentes à lógica da produção. Portanto, objetiva-se definir as semelhanças e contradições que se impuseram nestes territórios, próximos em termos espaciais, mas com especificidades que acabaram por definir suas conjunturas atuais.

Com o propósito de demonstrar o processo da evolução dos núcleos urbanos de Alegre e Muqui, utilizou-se a periodização dos marcos históricos significantes para a formação dos referidos núcleos, e seus processos de ruptura ou continuidade, em conjunto informadores de transformações ou permanências. Para Santos (2008), a noção de periodização é fundamental, porque autoriza a empirização do tempo e do espaço, permitindo a identificação de singularidades e permanências que demarcam o território e a sociedade.

Transformação e permanência se combinam em cada território, sob variáveis de tempos diferentes. Cada arranjo socioespacial decorre das variáveis impostas ao longo do tempo, as quais, por conseguinte, dependem da ação de fatores de organização advindos dos espaços endógeno e exógeno, da política, da economia,

da sociedade e da cultura. Dessa forma, as trajetórias dos municípios estudados são definidos por uma ampla gama de fatores, a saber: a divisão territorial do trabalho, a divisão social do trabalho, as formas de produção, as rupturas e descontinuidades de relações sociais preexistentes ante o quadro transformador estabelecido no Espírito Santo a partir da inserção econômica no quadro regional, bem como os aspectos políticos marcantes nesses municípios.

### 3.2.1 Alegre

As primeiras ocupações do território do atual Município de Alegre remontam ao início do século XIX. Em 29 de março de 1800, Antonio da Silva Pontes<sup>49</sup>, então Governador da Capitania do Espírito Santo, nascido em Mariana, assinou, juntamente com o Governador da Capitania de Minas Gerais, um auto de demarcação de limites que estendia a jurisdição da Capitania mineira à margem direita do Rio Itapemirim, incluindo nesses limites o que viria a ser o atual Município de Alegre (BRAVO, 1998).

A estrada primitiva<sup>50</sup>, ligando o território capixaba a Minas Gerais, mais tarde se consolidaria como importante vetor de comunicação para o trânsito de migrantes e mercadorias, rompendo o bloqueio do acesso às Minas Gerais. A importância da estrada para os núcleos de Alegre e Muqui consiste no fato de esta se firmar como fator determinante para a fixação de contingentes populacionais, unindo os núcleos a Cachoeiro de Itapemirim, núcleo colonial que deu origem a todos os outros núcleos do Sul do Estado. Em 1872, ano do primeiro recenseamento do Brasil, tem-

---

<sup>49</sup> Através do Decreto Príncipe Regente D. João, fora concedida a nomeação do Capitão de Fragata, Antonio Pires da Silva Pontes [Pais] Leme [e Camargo] para o posto de Governador “[...] para melhor regimento da Capitania do Espírito Santo, e para se tirarem dela vantagens que até agora se não tem procurado aproveitar”. O Decreto fora confirmado mediante Carta Régia, expedida por D. Rodrigo, primeiro Conde de Linhares, em 12 de maio de 1798; em agosto do mesmo ano, Silva Pontes foi nomeado como governador da Capitania capixaba e, no ano seguinte, recebera a patente de Coronel Comandante do Regimento de Milícias da mesma Capitania. Silva Pontes desempenhou a função de governador até o ano de 1804, quando fora substituído; porém, continuou com a patente de Coronel do Regimento de Milícias até sua morte em 1805.

<sup>50</sup> Durante o Governo de Francisco Alberto Rubim (1812-1819), foi retomado o projeto de construção de estradas ligando o Espírito Santo e Minas Gerais, com o propósito de se fixar na Capitania capixaba o escoamento das produções de ambas as Capitanias. A Estrada, iniciada durante o Governo de Silva Pontes, veio a ser concluída em 1820 (CARVALHO, 2010).

se um quadro social de Alegre, quando este ainda apresentava a condição de Distrito. Conforme o recenseamento, havia 280 edificações e 2.789 habitantes, dos quais 1.679 livres e 1.110 escravos (BRAVO, 1998). A importância de Alegre para o Governo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim era tão expressiva que, em 08 de janeiro de 1881 foi determinada a construção de uma ponte sobre o Rio Norte, Distrito de Alegre (BRAVO, 1998:31). De forma mais concisa, a ascensão política e econômica não cessou com o passar do tempo, conduzida, principalmente, pelos agricultores que iniciam, no mesmo ano, um processo de associativismo, instalando a “Junta da Lavoura”.



Figura 20: Foto da Inauguração da Locomotiva da Sede Municipal de Alegre, 1912  
Fonte: Câmara Municipal de Alegre.

Com tal organização, não tarda a emancipação, já solicitada pelos locais, e finalmente atendida em 03 de abril de 1884, quando, através da Lei Provincial Nº. 18, a Freguesia de Alegre é elevada à categoria de Vila (BRAVO, 1998). Durante o primeiro Governo de José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896), inicia-se a construção da estrada de ferro para o Sul do Espírito Santo, com a viagem inaugural partindo de Cachoeiro de Itapemirim, fato que enfatiza a importância da rede de infraestrutura, implementada no Município de Alegre, por gerar vultosa dinâmica a

atrair migrantes (SARTÓRIO, 1996:148). A Figura 20 demonstra a inauguração da locomotiva da Sede de Alegre, que ocorreu em 1912.

Porém, apesar de esforços não serem poupados para a ampliação da malha férrea até a sede da Vila de Alegre, várias tentativas foram frustradas, até o ano de 1911, quando o governo municipal investiu na construção da estrada de ferro. Assim, no dia 21 de junho de 1912, chega à Vila de Alegre o trem de ferro, implementando, neste primeiro momento, o trecho Alegre–Espera Feliz. Por sua vez, a estação do Distrito de Veado, inaugurada em 1913, estabeleceu importante complexo de infraestrutura, ao articular Alegre a diversos distritos localizados próximos às áreas produtoras.

Numa outra iniciativa, também relevante para a ampliação da rede de comunicação viária de Alegre, em 1916, Bernardino Monteiro inaugura a política rodoviária do Estado do Espírito Santo (DERENZI, 1995:232). Um atendimento à cafeicultura e à influência de Washington Luis Pereira, prefeito da capital paulista, que implementou as primeiras rodovias naquele Estado. Em Alegre, o plano nacional resultou na abertura de estradas carroçáveis até o Rio Pardo. Em continuidade, o governo posterior, de Nestor Gomes, constrói estrada rodoviária ligando Alegre a Rio do Norte.

Concomitantemente, Alegre continuava a receber fluxo migratório, em grande parte fixado em pequenas e médias propriedades rurais resultantes do parcelamento de fazendas outrora formadas por grandes porções de terra, e onde, além do café, cultivava-se milho, feijão e algodão. Era, evidentemente, a diversificação tardia não só da mão de obra, mas também do modelo de ocupação da terra, passando do *plantation* escravista para a pequena e média propriedade, voltada para a produção de café. Esta passagem do modelo produtivo *plantation* escravista herdado dos moldes de produção advindos do Vale do Paraíba, para o fracionamento da terra em pequenas e médias propriedades, associado ao importante incremento em infraestrutura, desencadeará importantes desdobramentos socioeconômicos no território de Alegre.

Estes dois fatos não ocorrem isoladamente. Ao contrário, são complementares, condição que pode ser confirmada pelo quadro demográfico referente ao período entre 1900 e 1920, quando Alegre experimenta as maiores taxas de crescimento do Estado, 7,0%, chegando a 47.182 habitantes (BRAVO, 1998). Isso se deve, principalmente, à estrada de ligação de Minas Gerais ao Porto de Itapemirim, fator dinamizador da produção cafeeira e, ao mesmo tempo, de atração de migrantes (Figura 21). Segundo Sartório (1996), a importância desta estrada pode ser verificada na sua posterior transformação na BR-482, principal via de ligação de Alegre ao oeste de Minas Gerais, como exposto no Capítulo 1.

Esta afirmação relata o importante fator que possibilitou a ocupação do território, responsável por uma primeira divisão territorial do trabalho e pela formação de núcleos urbanos produtores, induzindo a uma rede de infraestrutura que impulsionou a rápida ocupação, não só do município de Alegre mas, sobretudo, dos demais municípios do Sul capixaba. Cabe enfatizar que Alegre passa a se destacar ainda neste período com uma certa centralidade, servindo como meio de ligação entre Minas Gerais e Espírito Santo.

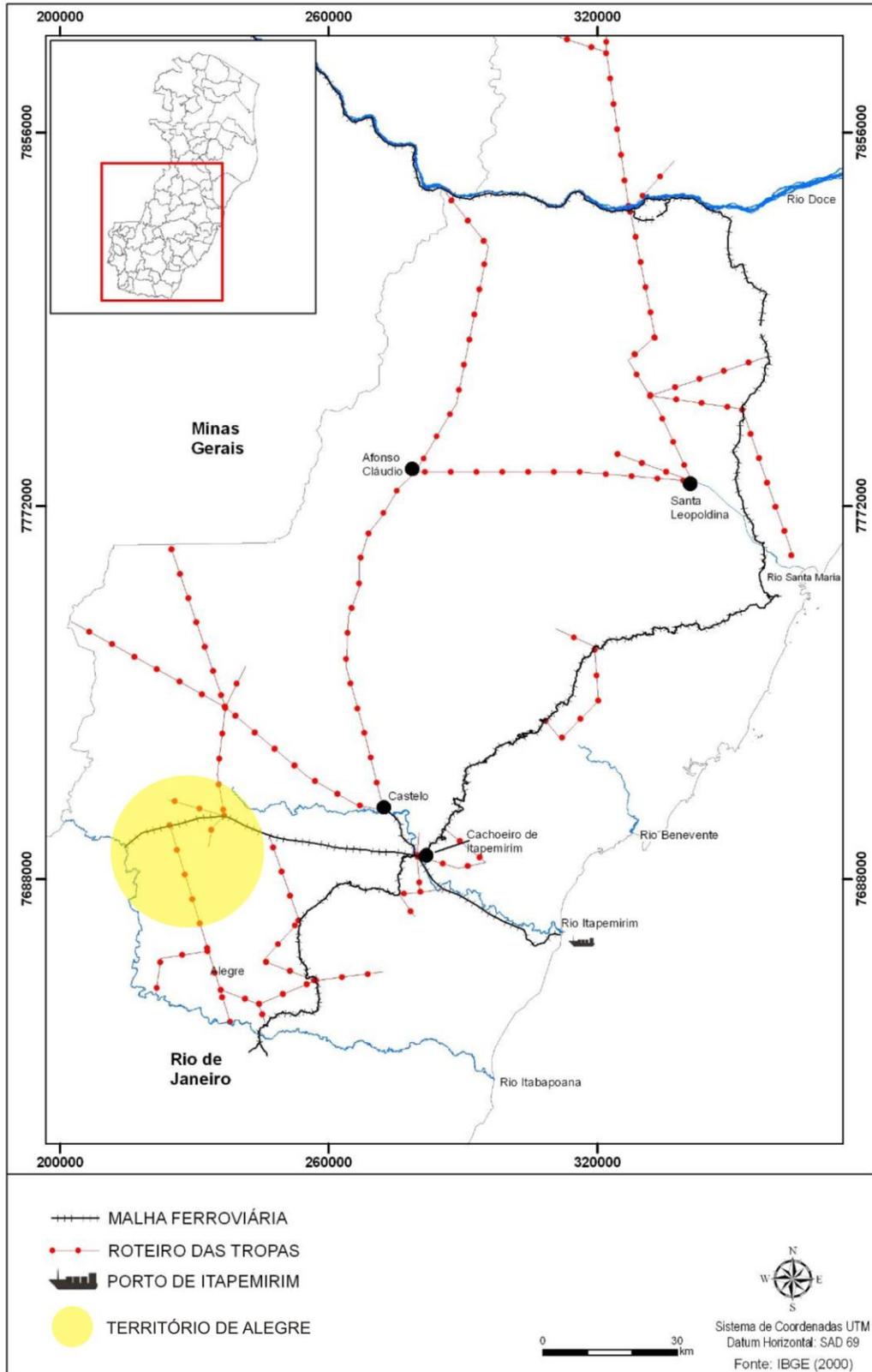


Figura 21: Mapa Esquemático da Rotas de Tropas, Rios e Ferrovias – Destaque da Região Sul do Estado (1920)  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BUFFON, 1992.

Da mesma maneira, o Governo de Nestor Gomes (1920-1924) envolveu-se no esforço, ainda que incipiente, de favorecer o sistema rodoviário, com o intuito de estimular a produção cafeeira. Perspectiva confirmada, na década de 1920, com a aceleração do ritmo de crescimento de várias cidades do Estado. Assim, conforme relata Sartório (1996), estabeleceu-se um plano de 700 quilômetros de estradas, visando ao incremento do povoamento de zonas por elas estimuladas e adensadas. Além disso, numa especial atenção aos núcleos mais populosos de Alegre, intensos esforços políticos são empreendidos para a construção de equipamentos públicos, como escolas e bases militares.

Ao avaliarmos o quadro relativo aos aspectos demográficos, e com base na estrutura produtiva de Alegre, em 1920, identificamos relevantes informações acerca da sua estrutura socioeconômica. O primeiro referencia o contingente populacional, o que demonstra o avanço da fronteira agrícola sobre o Sul do Espírito Santo e a importância de Alegre no âmbito regional, mesmo tendo Cachoeiro de Itapemirim como a cidade polo desta região.

O segundo diz respeito à composição da população, uma vez que, neste período, Alegre possui uma população de 1.204 estrangeiros, o que significava apenas 2,55% da população total do município (IBGE, 1920). A população que formava o quadro demográfico de Alegre era, em sua maioria, advinda de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de onde traziam as mesmas formas de produção. Outro fator determinante da atração populacional exercida por Alegre, foi o acesso à terra, gerado pela abundância de seu território. O modelo da pequena propriedade familiar se inseriu rapidamente, criando diversificação na cadeia produtiva, mesmo que ainda muito limitada, além de possibilitar o que mais tarde contribuiria para o surgimento de vários núcleos produtores.

No que se refere ao número de pequenas propriedades rurais, o quadro fundiário de Alegre demonstra a importância do modelo de pequena propriedade familiar para a consolidação deste padrão de ocupação do território. Essa condição também pode ser verificada no Espírito Santo entre 1872 e 1920, na ampliação do número de núcleos coloniais (de 13 para 31). A Região Central, com expressivo número de

núcleos coloniais, com o predomínio da ocupação por imigrantes de origem europeia, em particular, foi ocupada e fracionada mais rapidamente. Na Região Sul como um todo, o modelo da grande fazenda escravista possibilitou a ocupação do território.

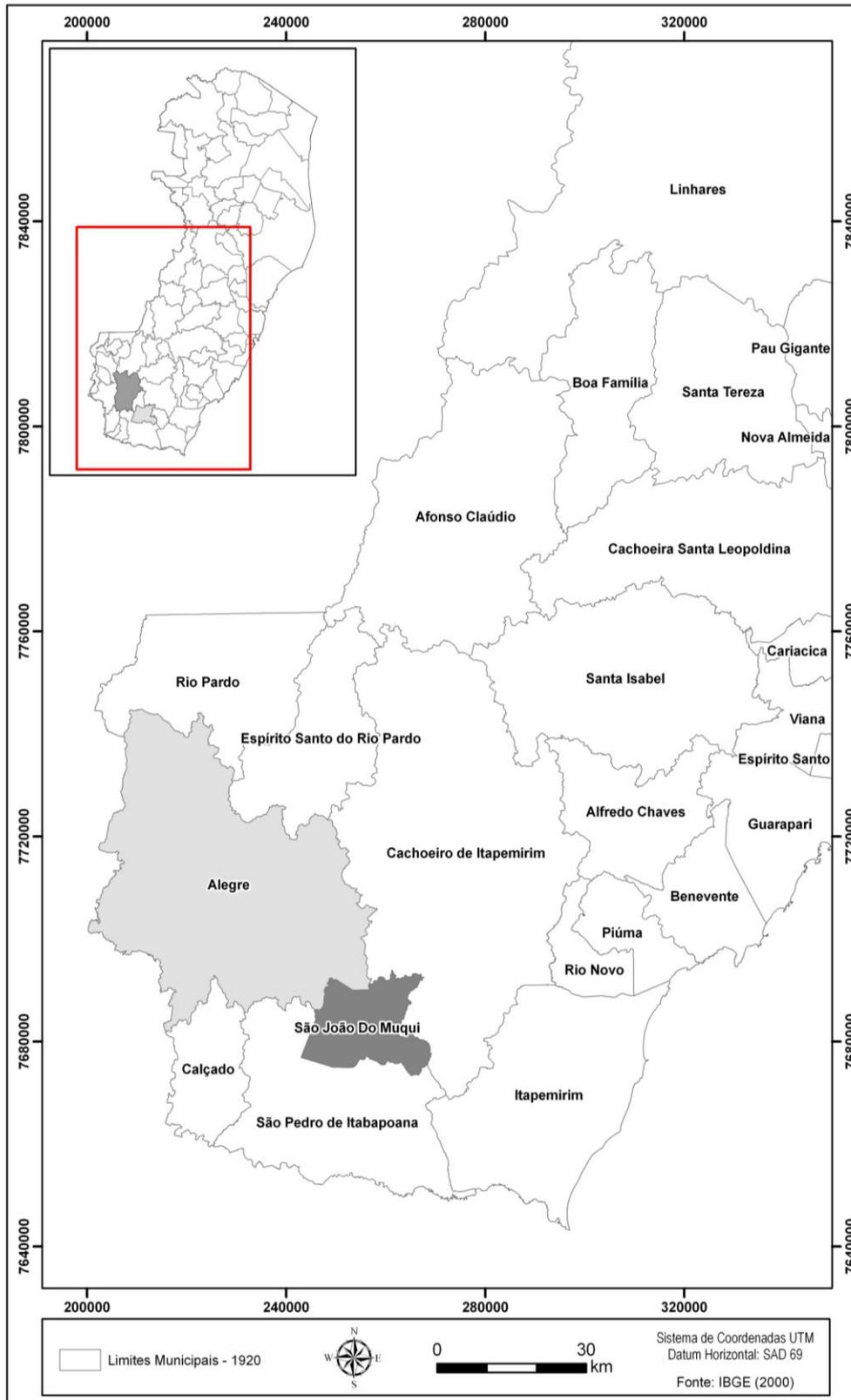


Figura 22: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1920) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui

Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa elaborado por Maria Helena Palmer Lima (1997).

Contudo, nesse momento, o modelo da *plantation* escravista predomina como resultado da preferência dos grandes fazendeiros pela mão de obra escrava (ALMADA, 1993).

A Região Sul ganhou importância como principal zona produtora de café do Espírito Santo, no período de 1920, com destaque para Cachoeiro de Itapemirim como centro polarizador dessa região, com sua ligação direta com a capital Vitória e, sobretudo, com o Rio de Janeiro, enquanto os núcleos produtores se articulam no seu entorno e com o Porto de Itapemirim, o mais próximo para o escoamento da produção. Alegre e Muqui se destacam como duas das principais áreas produtoras dessa rede urbana incipiente. Ao analisarmos o número de propriedades rurais de Alegre, segundo o recenseamento agrícola do ano de 1920 (IBGE), identificamos 1.285, das quais 940 constituem pequenas propriedades, ou seja, possuíam até 100 hectares de terra

Na década de 1940, o Espírito Santo inicia um processo de transformações demográficas, verificando-se, pela primeira vez, saldo migratório negativo. Porém, Alegre demonstrou, na mesma época, ter importante vigor econômico, mantendo-se como polo atrativo de migrantes, elemento determinante na reprodução do quadro socioeconômico calcado na pequena propriedade familiar. Por sua vez, no Sul do Estado, o avanço da pecuária leiteira e o desenvolvimento da indústria de minerais não metálicos, em Cachoeiro de Itapemirim, estão estreitamente relacionados com o incipiente e limitado processo de integração do mercado nacional, iniciado na década de 1930.

O esgotamento do solo, a queda dos preços internacionais do café, e a presença de incipientes atividades ligadas à indústria, centradas na capital, dão início à desarticulação da economia de pequena produção em diversos lugares, enquanto em Alegre o modelo se mantém. Neste período, de acordo com dados do IBGE (1940), a população de Alegre salta para 62.378 habitantes. Em relação ao período de 1920, o incremento populacional foi de 26,09%. Neste mesmo período, a capital Vitória, o mais importante centro urbano do Estado, possuía 45.212 habitantes.

Em conjunto, o quadro urbano-rural demonstra uma população em sua maioria distribuída nas proximidades de zonas produtoras, localizadas na área rural do território.

A população urbana representava 14,4%, enquanto a população rural englobava 85,60% do total. Estes dados denotam a relevância da pequena propriedade na constituição da base socioeconômica do Município, uma vez que sua economia girava em torno da atividade agrícola. Todavia, este quadro apresenta ainda mais notoriedade quanto o comparamos ao número de propriedades rurais e à base territorial do Município. Contrapondo o quadro fundiário do período de 1940 ao período anteriormente analisado, 1920, constata-se que a pequena propriedade encontra-se em plena expansão. Nas Figuras 22 e 23 observa-se que o território de Alegre foi desmembrado, originando Siqueira Campos, mais tarde denominado Guaçuí.

Ou seja, mesmo perdendo parcela importante de seu território, Alegre apresenta um incremento do número de propriedades rurais recenseadas, passando de 1.275 para 2.744 propriedades, recebendo um incremento de 53,1% de novas propriedades (IBGE, 1940). Esses fatores denotam a permanência da estrutura socioeconômica calcada na pequena propriedade familiar, e sua importância para o vigor econômico de Alegre, atravessando períodos de crise, com a queda do preço do café e a desarticulação do Espírito Santo da economia nacional.

No que diz respeito à divisão territorial do trabalho, o quadro fundiário demonstra que a rede de infraestrutura que o conectava a Minas Gerais e a outras centralidades, como Cachoeiro de Itapemirim, propiciou a Alegre uma rápida ocupação do território, sem contudo gerar grandes transformações sociais, uma vez que a pequena propriedade familiar era incapaz de gerar grandes excedentes. De qualquer forma, o contingente populacional elevado gera uma demanda por consumo, além de elevar o município a um patamar de importância no que diz respeito ao aspecto político institucional. Estes fatores contribuíram para o nascimento, mesmo que de forma incipiente, de certa centralidade, ainda que muito dependente da atividade cafeeira, e a partir de uma frágil estrutura socioeconômica.

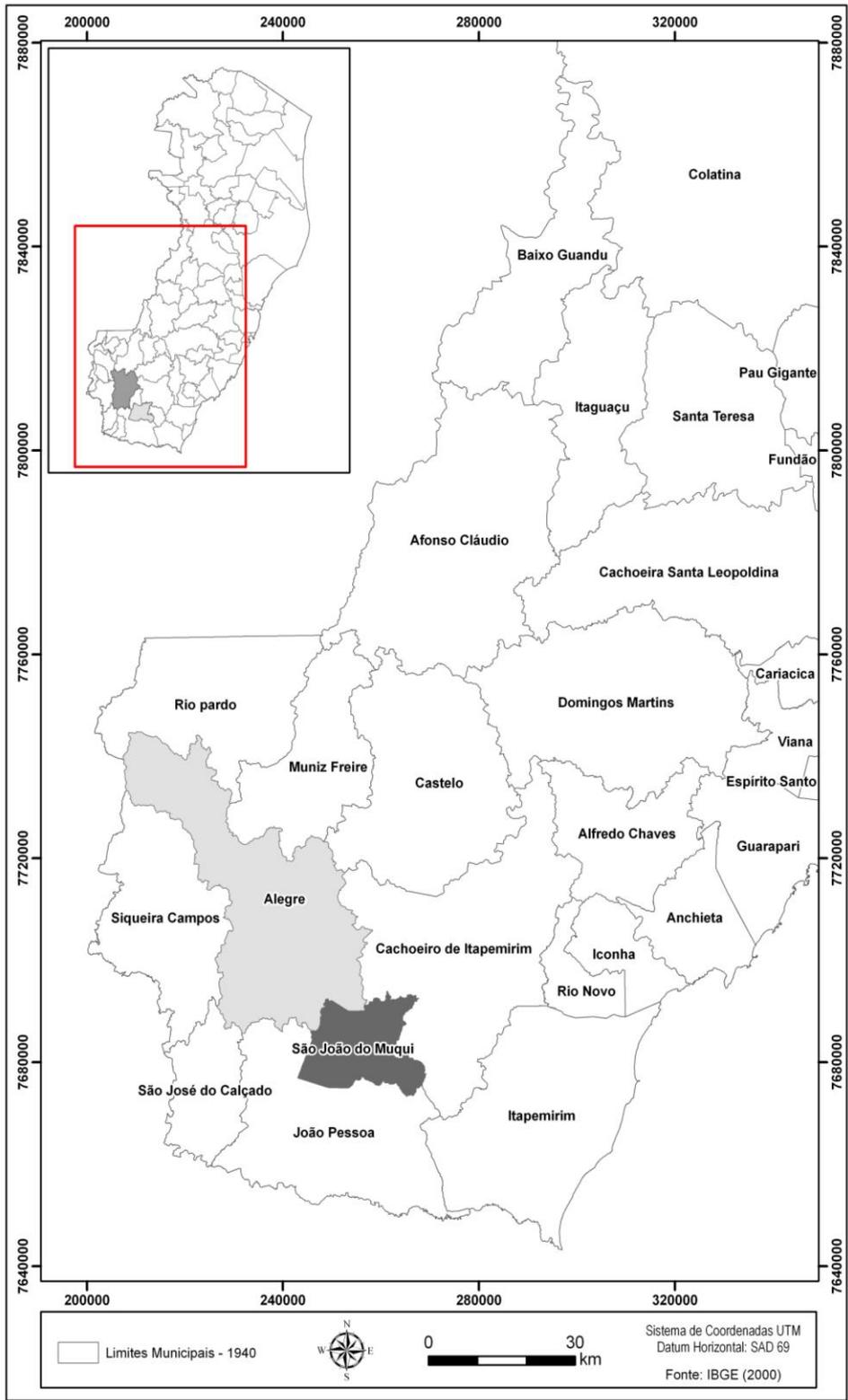


Figura 23: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1940) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui  
Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa elaborado por Maria Helena Palmer Lima (1997).

Segundo Buffon (1998), a estrutura que caracteriza a pequena propriedade familiar é incapaz de gerar grandes excedentes na produção, limitando muito a formação de um complexo econômico mais vigoroso. Contudo, ela propicia uma necessidade de diversificação da produção, do uso do solo, e uma enorme capacidade de superar as crises do preço do café. As terras improdutivas, ou já desgastadas pela produção do café, foram ocupadas pela pecuária leiteira, integrando a Região Sul do Espírito Santo a mercados urbanos, como Rio de Janeiro e Distrito Federal. Neste contexto de transformações, a ligação entre Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, importante centro urbano regional, sustenta esta produção.

Na década de 1960, fica exposta a crise que se instalaria no quadro socioeconômico da Região Sul do Estado, um período marcado pelo início de um processo de integração nacional da economia capixaba, consolidada como urbano-industrial no final da década de 1970. A realidade desse modelo econômico, baseado na produção familiar, marcada pelo esgotamento das terras, pela baixa capacidade de gerar e concentrar excedentes e de absorver tecnologias, limitou a divisão do trabalho, chegando, na década de 1960, ao seu limite. Não se tratava mais de uma crise relacionada ao preço do café, que sofreria uma queda abrupta em meados dos anos 1950, mas de uma crise do próprio modelo socioeconômico associado a diversos fatores, agravada por uma nova organização econômica do território capixaba.

Neste período, segundo o IBGE (1960), a população de Alegre demonstra importante redução: de 62.378 habitantes para 49.598 habitantes. Cabe ressaltar que, neste período, Alegre é desmembrado e dá origem a Jerônimo Monteiro. Contudo, neste período, Jerônimo Monteiro possui população de 5.257 habitantes, demonstrando que Alegre inicia uma perda de capacidade de atração de migrantes e passa a sofrer, do período de 1940 a 1960, uma evasão de 15,16% da população.

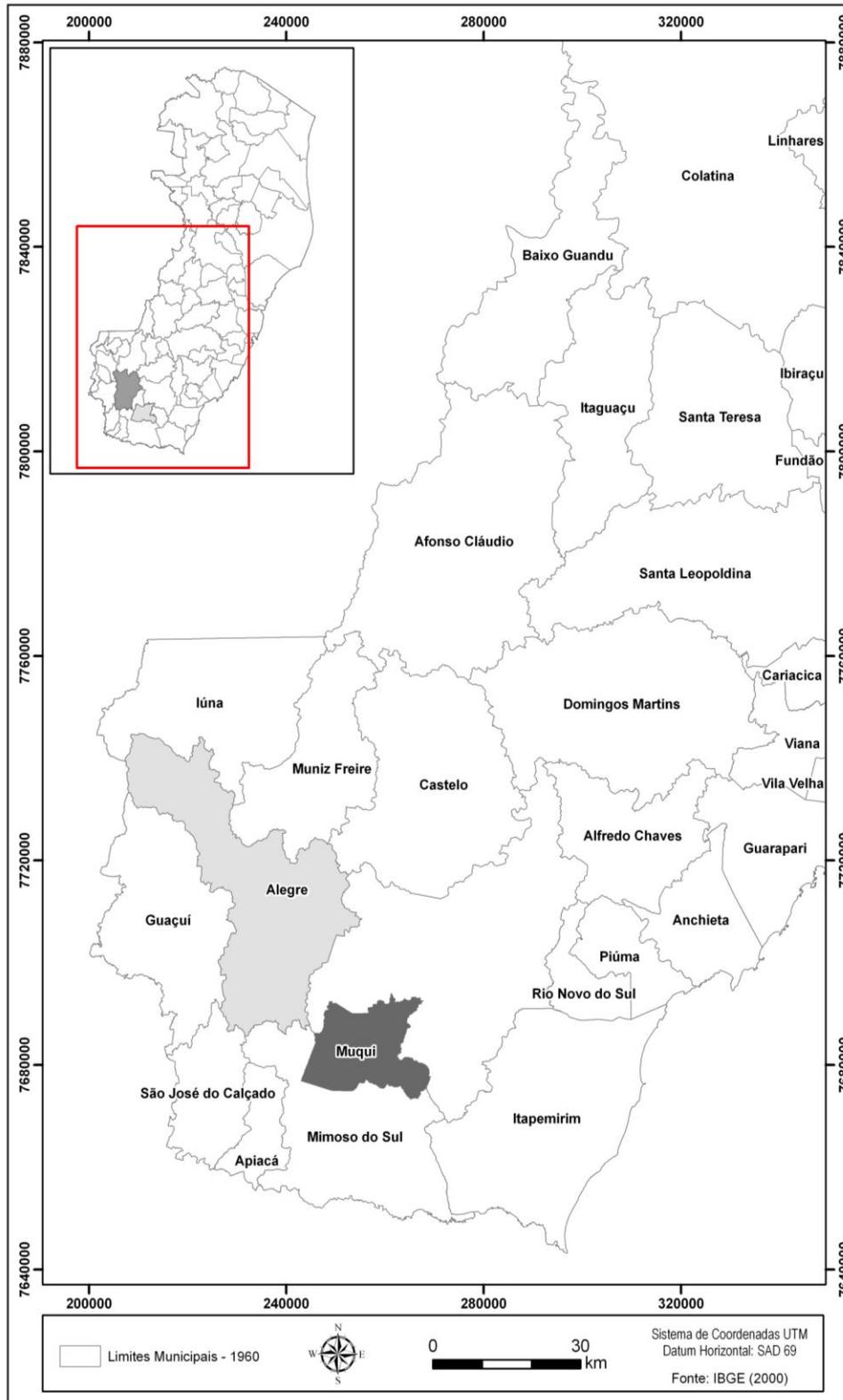


Figura 24: Mapa da Divisão Territorial da Região Sul do Espírito Santo (1960) – Destaque para os Municípios de Alegre e Muqui  
 Fonte: Modificado pelo autor a partir do Mapa elaborado por Maria Helena Palmer Lima (1997).

Assim, ao compararmos o quadro fundiário entre o período de 1960 e o período anteriormente analisado, 1940, constata-se o declínio da pequena propriedade: neste período, o número de propriedades rurais passa de 2.744 para 2.046 propriedades. Mesmo considerando a perda das terras, agora pertencentes a Jerônimo Monteiro, com o fracionamento da propriedade rural o município sofre uma estagnação. Em contrapartida, ao analisarmos o quadro urbano-rural, verifica-se que Alegre tem incremento da população urbana e declínio da população rural, demonstrando a afirmação da alteração do modelo socioeconômico vigente, calcado na pequena propriedade familiar: a população urbana representava 22,23%, enquanto a população rural representava 77,76% do total.

Este quadro irá se inverter ao longo das décadas posteriores, período em que o Espírito Santo atravessa uma transição rumo ao desenvolvimento industrial, assumida pelo governo estadual por meio da promoção de movimentos de integração da economia local ao mercado nacional.

Nesse contexto, em Alegre, o modelo socioeconômico baseado na pequena propriedade sofre uma importante ruptura, reconhecível na comparação entre o quantitativo populacional da década de 1960 e o da década 1990, e representada num déficit populacional de 38,6% da sua população total. Este quadro se agrava quando comparamos o quadro urbano rural do município, nitidamente configurado na década de 1990 (IBGE, 1991), quando se dá, pela primeira vez desde sua formação, a inversão do quadro populacional de Alegre. Nesta década, a população urbana salta de 11.027 habitantes para 16.330 habitantes, representando um total de 67,52% na população urbana. Assim, em Alegre, constata-se uma relevante e drástica alteração do modelo socioeconômico, que perdurou por décadas.

Para Buffon (1992), este quadro foi agravado por um fator endógeno importante, a política de erradicação de café, ocorrida na década de 1950. Para o autor, não fosse este fator, muito provavelmente o Espírito Santo experimentaria uma passagem mais lenta para o quadro urbano-industrial, tendo a agricultura familiar, da mesma maneira, experimentado uma transição mais lenta. Comprovando esta afirmação, na década de 1990, Alegre apresenta, junto com Guaçuí, a menor participação na

produção de café, se comparado com os demais municípios integrantes da Microrregião Caparaó.

Contudo, cabe ressaltar que, em Alegre, as bases técnicas dadas pelo modelo da pequena propriedade familiar foram importantes vetores de incorporação pela estrutura hegemônica de integração nacional. A ligação com Minas Gerais, pela BR-482, e a posterior integração à BR-101, foram importantes suportes para esta transformação do território, ao propiciar, não mais a entrada de grande contingente populacional, como nas décadas anteriores, mas sim, se constituir, a partir da década de 1970, em importante rota comercial (de mercadorias e produtos industrializados) e, logo, de novas formas de produção.

A nova organização socioeconômica imposta após a década de 1960 ao Espírito Santo impõe a Alegre não só uma nova divisão territorial do trabalho, como no período precedente, mas sobretudo, uma nova divisão social do trabalho, onde as relações de trabalho e formas de produção são prioritariamente relacionadas a funções urbanas. As áreas rurais do município sofrem drástica evasão da população, promovendo uma ruptura do modelo socioeconômico vigente. Dessa forma, tem-se não o fim das atividades agrícolas, mas a submissão do rural pelo urbano, impondo ao território fragmentação das atividades historicamente constituídas no território alegreense, descontinuidades apontadas principalmente pelo abandono de grandes extensões de terra e desigualdades sociais.

### 3.2.2 Muqui

Por volta de 1850, inicia-se o processo de desbravamento do solo do atual Município de Muqui, conduzido por fluminenses, vindos do Vale do Paraíba, a procura de novas terras para o plantio de café (MENDONÇA, 1989). As principais fazendas instaladas na região, antes denominada São João do Muquy, já beneficiadas pela Lei de Terras devolutas, eram: Fazenda São Francisco, que constituiu posteriormente a grande empresa agropastoril; Fazendas Reunidas João Vieira Fraga S.A., e Fazenda Boa Esperança, fundada por João Jacinto da Silva, nas

proximidades da atual Sede do Município. A proximidade em relação à Cachoeiro de Itapemirim teve importância na formação das fazendas, em sua maioria grandes propriedades, onde foram reproduzidos os moldes de produção praticados no Vale do Paraíba, região produtora de café e que se expandira para o Sul do Espírito Santo.

Rapidamente, a freguesia de São João do Muquy se firmou como promissor vetor econômico da região, conseguindo, já em 07 de novembro de 1890, o seu desmembramento do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e sua anexação ao Município de São Pedro de Alcântara do Itabapoana. Mas, no dia 15 de dezembro de 1897, foi encaminhado ao Presidente do Estado do Espírito Santo um Ofício, acompanhado de um abaixo assinado, contendo 72 assinaturas, pedindo o desmembramento de São João do Muquy, e seus arredores, do Município de São Pedro de Alcântara do Itabapoana (RAMBAUDUCCI, 1991:20).

Neste contexto histórico, em 15 de agosto de 1901, chegam ao arraial as primeiras pontas da Estrada de Ferro Leopoldina, sendo, já em 1902, inaugurada a estação ferroviária que, com a solenidade, dá o nome de Muquy à povoação. Dessa forma, a cidade entra, definitivamente, no ciclo ferroviário capixaba, desenvolvendo-se no entorno da estação. Em 1907, o arraial era composto por aproximadamente 100 edificações, e sua população estava estimada em 500 habitantes, dos quais metade era composta por sírios e libaneses (ROCHA, 1966:100). Mas foram os negros os agentes que marcaram definitivamente a história de Muqui, como também de todo o Sul do Espírito Santo. Como já exposto, especificamente em Muqui, algumas fazendas chegaram a concentrar de 80 a 100 escravos. Em sua totalidade, a região escravista do Vale do Itabapoana concentrava 40% da população escrava da província, em 1876. No recenseamento realizado em 1890, constata-se que 55,1% dos habitantes da Região Sul eram constituídas de pessoas negras e mulatas. Tal fato leva a crer que os escravos, após a abolição, não teriam abandonado em massa a região.

Em termos de infraestrutura, a linha férrea constituiu importante vetor de desenvolvimento para a região. Particularmente no ambiente urbano, enseja a

concentração das principais casas do comércio, ao longo da linha férrea, nas proximidades da estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Neste contexto, Muqui<sup>51</sup> torna-se referência como importante centro tropeiro, nos anos posteriores, até a década de 1920, período no qual a rede de transporte, gerada pela produção cafeeira, apesar de precária, estava composta por diferentes modais: estradas férreas, transporte fluvial e estradas carroçáveis.



Figura 25: Foto da Inauguração da Estação Muquy, em 1902 - 3ª Parada  
Fonte: Câmara Municipal de Muqui.

A Estrada de Ferro Leopoldina ligava Muqui a Cachoeiro de Itapemirim e a Vitória, além de fazer ligação com o Rio de Janeiro (Figura 21).

Este fator notabilizou Muqui como importante centro dinâmico na produção de café, que assim se localizava em posição estratégica na rede urbana, naquele momento.

Porém, até os anos de 1920 Muqui não foi capaz de receber grande contingente populacional, condição observada no quantitativo do período, 12.022 habitantes, provavelmente em função de seu quadro socioeconômico. A estrutura de produção

---

<sup>51</sup> O município de São João do Muquy, cuja sede recebeu categoria de cidade por força da Lei Estadual Nº. 1385, de 05 de julho de 1923, aparece nos quadros de apuração do recenseamento geral, realizado em 1920, e na divisão administrativa referente ao ano de 1933 (RAMBA UDUCCI, 1991).

cafeeira, predominantemente o *plantation* escravista, trazida do Vale do Paraíba (BUFFON, 1992), e o modelo caracterizado pela grande propriedade rural, não propiciou fomento à posse de terras por imigrantes e, ao mesmo tempo, inibiu o avanço da propriedade familiar e do modelo de parceria no cultivo da terra.

Ao avaliarmos o quadro fundiário relativo ao número de propriedades rurais no ano de 1920, identificamos apenas 191 propriedades rurais recenseadas, no Município de São João do Muquy. Este fator comprova a restrita capacidade de atração de migrantes, pela manutenção da grande propriedade e conseqüente inibição do modelo da pequena propriedade familiar. Das 191 propriedades rurais, 97 eram menores que 100 hectares, ou seja, 50,78% das propriedades constituíam pequenas propriedades, e 49,24% constituíam grandes fazendas (IBGE, 1940).

Estes fatores associados possuem grande relevância no que diz respeito à divisão territorial do trabalho, uma vez que o modelo socioeconômico impôs uma limitação à ocupação do território. A grande fazenda escravista impôs um modelo de trabalho diferente, bem como limitou o contingente populacional. Estes fatores limitavam a demanda por infraestrutura, serviços, atividades comerciais e, conseqüentemente, a diversificação do trabalho.

Além disso, Muqui insere-se no quadro extra-regional apenas pela ferrovia Leopoldina, por meio da qual se liga ao Estado do Rio de Janeiro. Mas vale lembrar que, embora esta ligação se constituísse em importante fator de dinamismo para o comércio e o escoamento da produção, a economia do Espírito Santo, neste momento, é reconhecida por seu caráter regional e condição de isolamento. Esse fator amplia-se pelo dinamismo de Cachoeiro de Itapemirim, município limítrofe, que centralizava as atividades comerciais, os serviços e a melhor infraestrutura.

Em contraposição ao período anterior, na década de 1940 Muqui terá importante incremento populacional, ainda que incapaz de alterar seu quadro socioeconômico. Neste período, o Espírito Santo inicia, mesmo que de forma incipiente, um processo de maior integração ao mercado nacional, e Muqui, mantendo destaque na produção de café, passa a ser um dos mais importantes municípios produtores do Estado.

Sua população, neste período, salta de 12.022 habitantes para 17.676 habitantes, representando incremento de 32,04% no quadro demográfico. Neste mesmo período foram recenseadas 376 propriedades rurais, o que representou um incremento de 49,2%. Os dados demonstram, ainda, uma maior diversificação na produção, apontando que 232 propriedades desempenhavam atividades agropecuárias, 116 propriedades estavam ligadas à agricultura, e 28 propriedades, à pecuária (IBGE, 1940).

Ao avaliarmos o quadro urbano-rural, esta informação fica constatada, pois 14,8% do total da população de Muqui habitava áreas urbanas, enquanto 85,25% da população habitava áreas rurais. Esses dados podem ser relacionados ao fracionamento da grande propriedade, possibilitando maior acesso à terra e atraindo maior número de migrantes para as zonas produtoras (Figura 23).

Contudo, Cachoeiro de Itapemirim, o mais expressivo centro dinâmico da Região Sul do Estado, inibia o crescimento de Muqui, mantendo relações de complementaridade, uma vez que atuava como principal ponto convergente da produção e principal centro urbano. Por outro lado, em função de sua proximidade, Muqui destacava-se como centro produtor. Assim, o padrão urbano definidor de Muqui exprime exatamente seus modos de produção até os anos de 1940. A cidade possuía intensa vida cultural, bancos e agências de veículos; contudo, o consumo era extremamente seletivo aos grandes produtores de café (MENDONÇA, 1989).

A década de 1960, marcada pelo fechamento da fronteira agrícola, esgotamento do solo para a produção de café, e início da integração da economia capixaba à economia nacional, tem importantes impactos no quadro socioeconômico de Muqui.

Neste período, Muqui possuía população de 14.876 habitantes, quantitativo expressivo de uma queda de 18,82% da sua população (IBGE, 1940). Porém, ao avaliarmos o quadro urbano e rural, Muqui demonstrava uma população rural de 71,86% do total, e 28,14% de seus habitantes viviam em áreas urbanas. Esses dados indicam que, ao contrário do ocorria com outras localidades brasileiras, incluindo Alegre, em Muqui a década de 1960 não pode ser considerada como

marco da inversão populacional do campo para a cidade; pelo contrário, nesse período houve um incremento da população rural em detrimento da urbana.

Ao se considerar o Estado, a importância das áreas urbanas cresce a partir do quadro de integração do Espírito Santo à economia nacional, iniciada neste período. Para Muqui, apesar de não acompanhar a inversão populacional rural-urbano na mesma proporção que muitas das localidades estaduais, verifica-se certo desenvolvimento socioeconômico, devido ao incremento das vias de comunicação.

A Rodovia Estadual ES-387 possui importante papel neste aspecto, pois realiza a principal ligação de Muqui com Cachoeiro de Itapemirim. A ferrovia, com o declínio do café, deixa de ser modal voltado para o escoamento da produção, passando a ser incorporada na atividade exportadora, ao ligar os municípios produtores à Vitória, e essa ao Rio de Janeiro. Estes fatores contribuíram com o rompimento da dinâmica socioeconômica voltada à produção de café, vigente até a década de 1940, mesmo que em escala diferenciada para cada município produtor. No caso em estudo, a inversão populacional de Muqui somente ocorre na década de 1990, quando a população urbana supera a rural.

Nessa década, Muqui apresenta a inversão do quadro urbano-rural, e 54,4% da população passa a habitar áreas urbanas, enquanto 45,6% da sua população continuava habitando áreas rurais, o que representou importantes transformações para o quadro fundiário. A estrutura fundiária, marcada pela grande propriedade, apresenta fragmentação e, neste período, apresenta 482 imóveis recenseados (IBGE, 1996). A estrutura fundiária é típica de minifúndio, com 76,6% dos imóveis rurais possuindo área inferior a 50 hectares.

Este dado demonstra que a ruptura em curso na dinâmica econômica estadual, iniciada com a integração à economia nacional, não ocorre drasticamente em Muqui. A estagnação econômica, em virtude do declínio do café, impulsionou um modelo socioeconômico historicamente presente no Sul do Estado, a pequena propriedade familiar, ainda que neste momento se admita sua total submissão ao modelo urbano-industrial. Mesmo mantendo suas características estruturais, historicamente este

modelo possui a capacidade de autossustentação, e de empregar grande quantitativo de mão de obra.

Além disso, a proximidade em relação à Cachoeiro de Itapemirim (importante centro consumidor) insere Muqui como importante zona agrícola, caracterizada pela possibilidade de diversificação produtiva, resultante de sua estrutura fundiária, ou seja, a pequena propriedade familiar. Além disso, cabe lembrar que o produto historicamente mais importante do Município representava, em 1996, 81% do valor da produção agrícola, o que reafirma o não abandono da atividade agrícola.

Desse modo, conclui-se que a nova reorganização imposta ao Espírito Santo trouxe a Muqui importantes transformações no quadro socioeconômico. A divisão territorial sofre a quebra do modelo fundiário precedente, calcado na grande fazenda escravista, dando lugar à pequena propriedade familiar tardiamente, apenas a partir da década de 1940.

Dessa forma, mesmo com a hegemonia das funções urbanas sobre as rurais, ocorre uma ruptura mais harmônica na medida que, a possibilidade de acesso à pequena propriedade familiar tardia e a ausência de grande diversificação econômica na área urbana do município mantêm grande parte da população nas áreas rurais. Estes fatores conjugados determinam menores descontinuidades e fragmentações no território muquiense, demonstrando maior equilíbrio entre funções urbanas e atividades agrícolas, e divisão territorial do trabalho e divisão social do trabalho. As relações entre homem e lugar se dão a partir de um quadro de estagnação econômica, sem grande dinamismo, mas com uma inserção no quadro microrregional amplamente relacionada à formação do território, ou seja, um município com forte caráter agrícola.

### 3.3. O PAPEL DA IDENTIDADE SOCIOESPACIAL NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: Alegre e Muqui

O papel da identidade socioespacial dá-se a partir de relações entre sociedade e apropriação do território que, por sua vez, se materializa a partir de práticas e expressões contidas no quadro socioeconômico, na política e na cultura, garantindo assim contornos próprios ao espaço vivido de um determinado grupo social. Partindo desse princípio, tem-se na divisão do trabalho, nas formas de produção e na constituição da sociedade sujeitos diretamente relacionados a este processo, e que através da transformação e permanência conferem identidade ao território.

Em Alegre, a identidade socioespacial, enquanto apropriação do território e construção de significado possui rupturas e descontinuidades com diversos aspectos históricos e fatores recentes ligados a economia, à constituição social e às formas de produção. Isso porque o aprofundamento da divisão do trabalho, a partir de novos arranjos socioespaciais, denota novas relações sociais e formas de produção e reprodução do território. A inter-relação é mediada pelo território vivido, substrato deste processo, onde os indivíduos produzem suas experiências sob forma de apropriação, a qual, produzida sob forma de experiência, se traduz na reprodução do quadro atual.

Este quadro de reorganização territorial sofrido pelo Espírito Santo a partir da industrialização e a conseqüente integração nacional proporcionou agrupamentos de municípios em regiões e microrregiões a partir do seu dinamismo e sinergias socioeconômicas.

Esta afirmação fica evidente ao observar-se que Alegre se insere no quadro urbano de forma articulada à Microrregião Caparaó, assumindo papel que escapa à lógica agrícola, diferindo da função exercida no período precedente, passando a participar sob novos arranjos sociais e econômicos, cada vez mais voltados a relações urbanas. Ocorre a ampliação do quadro marcado pela diversificação produtiva ligada ao setor terciário e da indústria de transformação, proporcionando destaque entre os demais Municípios da Microrregião do Caparaó.

Nesta Microrregião, Alegre constitui o único Município em que as atividades ligadas ao urbano – comércio, serviços e indústria – superam as atividades agrícolas. Além disso, a presença da Universidade Federal do Espírito Santo, da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (Eafa) e da Faculdade de Filosofia e Letras de Alegre (Fafia), destacam o Município como polo educacional, além de centro de comércio e serviços.

No âmbito rural, ocorre uma queda drástica na produção de café, dando lugar à uma produção agrícola diversificada, com participação cada vez menor na economia local, apresentando ainda dinâmicas que potencializam este quadro, como a extração de rochas ornamentais – mármore e granito – em áreas rurais. A proximidade com Cachoeiro de Itapemirim, maior exportador capixaba de rochas ornamentais, além da infraestrutura instalada, articula e potencializa essa dinâmica econômica. Esta, por sua vez, possui impactos diretos no quadro social, como a queda da atividade agrícola, novas formas de produção, incompatibilidade de usos e graves danos ambientais às áreas rurais do Município. Esse fato denota a lógica do tecido urbano-industrial que avança sobre áreas rurais criando novas articulações, incorporando espaços, ou gerando espaços híbridos, submetidos à lógica modernizante.

Vale ressaltar que a noção de periodização, exposta por Santos (2008), consiste na avaliação dos tempos históricos e suas respectivas descontinuidades e rupturas. Para o autor, um conjunto de variáveis funciona harmonicamente, porém numa evolução não hegemônica. Isto ocorre enquanto tal organização social, política e econômica, deixa de atender à demanda local. É neste momento que se dá a ruptura, sinal de crise e passagem a outro período.

Nessa perspectiva, ao conjugarem-se fatores históricos e atuais, o território rural de Alegre pode ser avaliado a partir de rupturas socioeconômicas profundas a partir da reorganização do território capixaba. A divisão do trabalho amparada, no período precedente, pela pequena propriedade familiar, abrigava grande número de trabalhadores, proporcionando em grande medida uma elevada divisão territorial do município. Contudo, esta cadeia produtiva, formada principalmente por pequenos

agricultores, sofre um colapso e, conseqüentemente, é submetida à periferia da cadeia produtiva, ocasionando assim no abandono parcial do meio rural. O atual quadro aponta para o agravamento desse quadro, na medida em que novas fragmentações e descontinuidades nascem com a intensificação de atividades não agrícolas na área rural, como a extração de rochas somada ao esvaziamento de grandes extensões de terra.

No que diz respeito às dinâmicas urbanas, a conjugação de fatores historicamente estabelecidos no território e fatores atuais apontam em primeiro lugar os dados populacionais, referentes ao seu período inicial de ocupação, demonstrando que o Município apresenta, até a década de 1940, população superior à de Vitória, capital e maior centro urbano do Estado. Mesmo localizada, em sua maioria, nas áreas rurais, o desenvolvimento das atividades urbanas resulta de demandas originadas nos setores produtivos rurais.

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho torna-se importante suporte para a compreensão do processo de constituição territorial, ao analisarmos o caso. A elevação do contingente populacional, mesmo inserido num complexo socioeconômico pouco dinâmico, dada a incapacidade de geração de excedente da pequena propriedade familiar, necessitava de bens e serviços que se encontravam no ambiente urbano.

Mais tarde, a consolidação da BR-482, articulando-se como via de integração da economia capixaba a outros vetores de desenvolvimento, como a BR-101, amplia o processo transformador, destacando Alegre no quadro regional. No âmbito socioeconômico, a ligação histórica com Minas Gerais, aliada aos fatores ligados à estrutura produtiva baseada na agricultura familiar, serviram como importante vetor de atração populacional. Este fator é fundamental para o entendimento da formação urbana de Alegre.

Sendo assim, Alegre possui historicamente uma vida urbana mais diversificada, imposta pelas demandas do setor produtivo e do seu alto contingente populacional. Posteriormente, com a integração do território capixaba ao mercado nacional, o

Município passa a incorporar certa transição para uma inserção no quadro regional que abandonava a lógica agrícola, a partir de uma condição preexistente.

Este fato constituiu-se como importante vetor urbano para o período recente, pois a cidade não se consolidou, neste momento, como um produto da história, mas sim como reprodução histórica, enquanto lugar do trabalho, das funções de consumo e moradia. As funções econômicas passam a ter maior relevo na vida das cidades integradas ao sistema produtivo do país, que passam a atender à crescente demanda por trabalho, consumo, educação e lazer, fato que colabora para a submissão do rural frente ao urbano, mesmo concentrando maior contingente populacional e força de trabalho.

A partir dessa análise, conclui-se que a apropriação do território pelos atores sociais não ocorre de forma harmônica, estando atrelada a diversos fatores. A área urbana central, mais antiga e que detém o maior número de edificações de valor histórico, remanescente do período cafeeiro, atravessa uma descaracterização mediante a introdução de novos usos aos edifícios históricos, diversificação e alteração da escala das edificações, dentre outros fatores.<sup>52</sup> A transformação do sítio histórico de Alegre, com a ruptura do novo em relação ao passado, torna-se clara a partir da reorganização econômica da cidade, em virtude do espaço comercial e de serviços, assumida pelo Município microrregionalmente. Desse modo, a reprodução do espaço se realiza através das necessidades históricas, impostas pelo período atual e do desenvolvimento das relações sociais.

Esta constatação possui raízes históricas e atuais. Historicamente, a centralidade exercida pelo território alegreense foi vetor de atração e circulação de pessoas e bens de consumo. O novo, representado pelo processo migratório e de transformações técnicas dadas pela infraestrutura, constitui o quadro transformador constante, submetendo a apropriação do espaço pela sociedade a um constante dinamismo. Dessa forma, em Alegre, permanência e transformação são processos descontínuos providos de constantes rupturas socioespaciais, tendo como resultado a própria

---

<sup>52</sup> Apesar de vigorar em Alegre o Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei Nº. 2.980/2008, que normatiza a Política Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Arquitetônico, o Município não implementou, de fato, programas e/ou projetos que articulem a valorização do Patrimônio Histórico perante a sociedade local.

reprodução do território. Esta reprodução apresenta um quadro de acumulação de recursos e de pessoas, localizados nas áreas urbanas do município, em especial sua Sede .

Diante deste quadro, a constituição do território pelos agentes sociais possui relação direta com a divisão social do trabalho, nesse caso amplamente transformada pela ruptura do padrão agrícola localizado nas áreas rurais, passando a espacializar-se nas áreas urbanas as formas de produção e as relações de trabalho atreladas ao tecido urbano industrial e suas exigências. O antagonismo do urbano industrial desloca para a cidade e espaços cada vez mais seletos a divisão dos recursos, denunciando uma divisão territorial do trabalho heterogênea, pondo em risco o equilíbrio da relação homem e lugar.

A partir desse quadro surgem demandas sociopolíticas, fruto do próprio processo modernizador, advindos dos próprios agentes sociais, em virtude das bruscas rupturas entre processos históricos e a exigência contida no tecido urbano industrial. O território, ao negar ao cidadão seu espaço de apropriação, faz surgir a necessidade de incorporação de aparatos jurídicos e de gestão, que garantam o equilíbrio da sua diversidade. Neste sentido a politização do território trazida pelo tecido urbano industrial traz consigo a possibilidade de incorporar aspectos locais e as diversidades existentes ao processo modernizador.

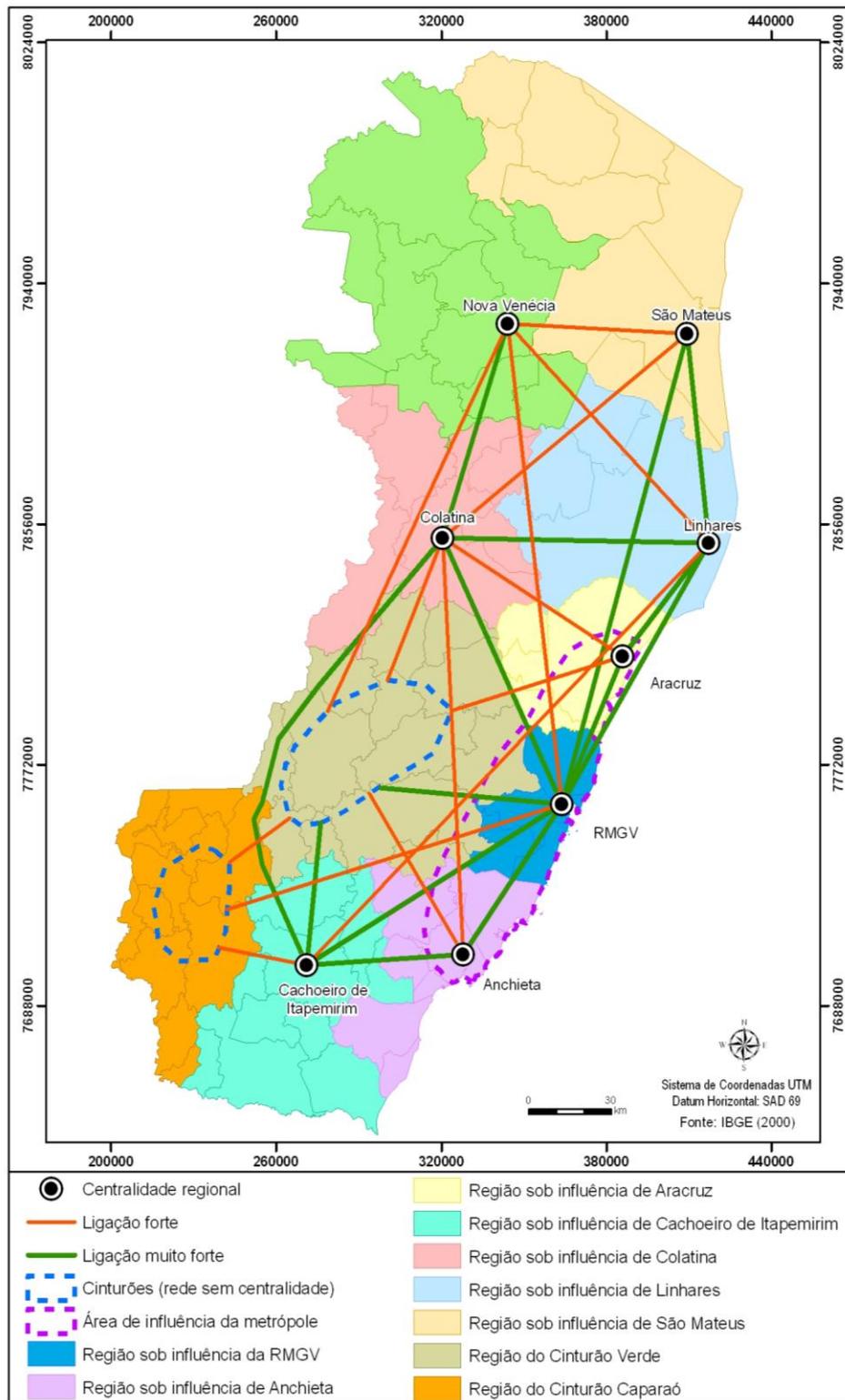


Figura 26: Mapa de redes de cidades do Estado do Espírito Santo.

Fonte: Modificado pelo autor a partir do mapa do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025.

Fato que atesta esta afirmação reside no destaque de Alegre na Microrregião Caparaó, enquanto principal espaço de prestação de serviços e polo de educação, o que lhe proporciona certa centralidade das atividades urbanas frente ao restante da Microrregião. Segundo o Mapa para o Desenvolvimento do Espírito Santo em 2025 (Figura 26), a Microrregião Caparaó encontra-se sem centralidade.

Em Alegre, além de o espaço urbano extrapolar a demanda local, a identidade socioespacial, enquanto qualidade subjetiva do indivíduo ou do grupo social, se transforma sob relações desarmônicas e antagônicas, onde não predominam as negociações entre os próprios atores sociais, ou entre estes e as instituições e organizações da vida social. A conjuntura atual põe sob novas perspectivas a organização da vida social, na medida em que esta sofre forte influência exógena, impactando em igual medida o território. Dessa forma, o papel da identidade socioespacial, enquanto agente mediador entre sociedade e território, exerce papel secundário na conservação de aspectos socioambientais marcantes em seu território.

Ao analisarmos o município de Muqui no que diz respeito aos aspectos relacionados à identidade socioespacial, verifica-se que este se insere no quadro urbano regional atual articulando-se à Microrregião Polo Cachoeiro, centralizado por Cachoeiro de Itapemirim, assumindo uma função produtiva amplamente voltada para a economia agrícola, que predominou no período precedente sem, contudo, deixar de desenvolver arranjos cada vez mais voltados para relações urbanas.

A despeito da inversão do quadro urbano-rural, ocorrido na década de 1990, o município apresenta uma diversificação produtiva ligada ao setor terciário, principalmente na Sede Municipal; apresenta ainda uma incipiente indústria de transformação e se destaca sob outros aspectos. A reconfiguração do território, ocorrida em Muqui nas últimas décadas, possui forte relação com os eixos viários, especificamente a Rodovia ES-393, importante indutor de articulação com municípios vizinhos, bem como outros eixos modais importantes, em nível estadual e nacional, como a BR-101.

Porém, a proximidade com Cachoeiro de Itapemirim não permite um desenvolvimento desses setores de forma a competir regionalmente com os demais municípios. Pelo contrário, Cachoeiro de Itapemirim limita este desenvolvimento, na medida em que polariza as atividades de comércio e serviços no âmbito regional. Dessa forma, as atividades do setor terciário em Muqui possuem uma abrangência municipal.

Mas é na agropecuária que o Município se destaca, pois esta atividade mantém 40,8% da mão de obra ocupada (IBGE, 2000). Quando analisada a geração de empregos em atividades agropecuárias e sua interface com o turismo – ecoturismo, agroturismo e turismo histórico –, temos a característica que mais fortemente insere Muqui no quadro regional como referência neste segmento econômico, trazendo incremento imediato a outros setores, como o comércio e atividades de serviços. Esta interface de complementaridade, entre atividades agrícolas e turísticas, proporcionou novos arranjos produtivos, como as atividades ligadas à produção de alimentos, a partir do beneficiamento de produtos agrícolas, além da manutenção de boa parte de lavouras, fomento direto às receitas municipais e ao comércio, e serviços localizados na sua área urbana.

O quadro socioeconômico apresenta uma produção familiar, que se mantém ativa graças ao regime de complementaridade com as atuais dinâmicas, impulsionadas pelo turismo e pelas atividades de serviço. Como visto neste capítulo, o traço socioeconômico marcadamente histórico da região, dado pela pequena propriedade familiar, persiste de forma bastante representativa em Muqui. Se comparado a Alegre, além de prevalecer, em Muqui, a existência de pequenas propriedades rurais, essas se adaptam às novas dinâmicas socioeconômicas e incorporam-se a elas.

Retornando à ideia de periodização exposta (SANTOS, 2008), evidencia-se a preponderância do estudo da relação de tempo e ruptura. No caso de Muqui, tais fatores – permanência e rupturas –, podem ser observados até a década de 1960, quando se estabelece o marco inicial da urbanização industrial do território capixaba. Após este período, fatores relacionados à organização social, política e econômica

alteram-se e determinam uma nova condição. O fato histórico que marca a constituição territorial de Muqui, durante boa parte da sua história fora a grande propriedade escravista. Este modelo, herdado dos primeiros migrantes que ocuparam a região, possuía grande dependência da mão de obra escrava. Dessa forma, a propriedade extensiva, aliada à escravidão, foi preponderante para a inibição da ocupação do território de Muqui de forma mais homogênea, uma vez que limitou, num primeiro momento, a implementação de modelos de parceria e da pequena propriedade familiar.

Por sua vez, o sistema de *plantation* inibiu as relações de complementaridade campo-cidade, limitando a divisão do trabalho e, por conseguinte, o desenvolvimento de uma maior urbanização. Desse modo, a demanda pelo consumo era pouca e muito restrita aos grandes fazendeiros, sendo assim suprida com importações ou atendimento em outros centros. Diferentemente de Alegre, o fracionamento da terra ocorre tardiamente, após a década de 1940, quando o modelo socioeconômico baseado na pequena produção familiar dá indícios de saturação.

Na década de 1960, ocorre o momento de superação do ambiente urbano frente ao rural e de integração da economia capixaba à nacional, baseada em projetos industriais, elementos mais evidentes em municípios onde a rede de infraestrutura se encontrava mais propícia à articulação com os eixos modais integrados aos grandes centros nacionais. Desse modo, diferentemente de Alegre, cortado pelo eixo de ligação do Espírito Santo com Minas Gerais, a BR-482, que posteriormente integra-se a BR-101, Muqui sofre certa estagnação.

Em Muqui, a estrada de ferro Leopoldina, após a década de 1940, deixa de ser considerada um eixo dinâmico relacionado à produção cafeeira. Além disso, a Rodovia ES-383, que corta a Sede do Município e interliga regionalmente Muqui à Cachoeiro de Itapemirim, supre a demanda da população, que passa a contar com uma via de ligação com um núcleo urbano capaz de atender às necessidades de consumo dos habitantes. Assim, a proximidade de Cachoeiro de Itapemirim acabou por contribuir para inibir o desenvolvimento urbano municipal de Muqui.

Por outro lado, a tardia fragmentação da terra tornou a dinâmica agrícola um importante suporte para a economia do Município. Mesmo após a década de 1970, quando o Estado rompe com a predominância produtiva vinculada ao ambiente rural, fruto da pequena propriedade familiar, esse continuou a ser fator determinante no equilíbrio socioeconômico local de Muqui. Dessa forma, embora tenha ocorrido a inversão populacional do ambiente rural para o urbano, em Muqui, os aspectos urbano-industriais se submetem a lógicas exógenas, mas ocorre a permanência das atividades agrícolas como principal vetor econômico, graças a uma tardia divisão territorial do trabalho.

Os dados socioeconômicos relacionados a atividades como turismo histórico, agroturismo e pequena indústria de transformação, apresentados no Capítulo 1, muito embora representem uma microeconomia local, são de fundamental importância para a análise de escala dos aspectos ligados à inserção de Muqui no quadro microrregional. Esta inserção se dá como uma alternativa urbana regional, ou microrregional, aos setores econômicos que privilegiam os atores hegemônicos e a lógica centralizadora, perpetuada no Espírito Santo após a década de 1970.

Desse modo, atividades artesanais e pequenas propriedades rurais participam da conjuntura socioeconômica regional e/ou estadual, na qual artesãos, pequenos fazendeiros e prestadores de serviços diversos, bem como propriedades agropecuárias, em níveis e esferas distintas, oferecem novas formas de cooperação, ainda que situados em áreas periféricas ou menos dinâmicas do território.

Estes fatos demonstram duas importantes constatações. Em primeiro lugar é importante frisar que a passagem do Espírito Santo ao processo urbano industrial trouxe consequências ao território muquiense, na medida em que ocorre a inversão do quadro populacional urbano – rural e a submissão da agricultura frente ao urbano. Contudo, este processo não se dá na forma de ruptura, mas sobretudo numa adaptação do sistema produtivo, articulando características socioeconômicas e processos de modernização.

Nas áreas urbanas este processo ocorre na forma de alternativas produtivas como resposta socioeconômica local, nascidas no âmbito das mobilizações políticas e

articuladas na sociedade civil, organizadas como forma de preservar o patrimônio material e socioambiental, ao mesmo tempo em que esse se converte em recurso econômico local. Essa constatação enfoca o papel da identidade socioespacial na constituição socioeconômica, dada sua importância no território vivido, onde os indivíduos produzem suas experiências se apropriando de experiências passadas, que se convertem em base material ou relacional.

Portanto, em Muqui, economia popular e identidade socioespacial possuem papel fundamental não só como articulação em arranjos socioeconômicos locais, ou urbano regionais, mas na atividade política exercida pelos atores sociais, sob formas de cooperação e diversificação das formas de produção que têm no espaço geográfico seu *locus* de reprodução.

Nesse sentido, o tecido urbano-industrial, ao estender-se e avançar por espaços periféricos, leva novas formas ou possibilidades de produção industrial capitalista, fortalecendo e integrando espaços urbanos e rurais, em um processo responsável pela redefinição e ampliação das possibilidades de localização das atividades econômicas, pela promoção da integração entre o urbano e o rural, e pela incorporação de diversos setores da sociedade, com a conscientização da importância dos patrimônios histórico e cultural.

Em Muqui, a articulação entre atores sociais e a esfera administrativa municipal, a partir de processos participativos de apoio à economia popular, articulado a aspectos culturais historicamente constituídos no território e incorporados a novos arranjos socioeconômicos, permitiu a interação das características culturais, existentes na época de constituição do núcleo, com os aspectos socioeconômicos da atualidade. Parece evidente que apenas nesse contexto da reprodução ampliada se podem pensar formas de organização social capazes de desafiar a hegemonia acumulativa capitalista.

Assim, novas formas institucionais e socioespaciais, que possuem aspectos ligados à identidade, promovem inovações nas formas de cooperação e parceria dos setores periféricos da economia, capazes de extrapolar a escala local, proporcionando maior integração em diversas escalas. Desse modo, Muqui, apesar

de constituir um Município de economia pouco dinâmica, insere-se no quadro microrregional como importante centro de apoio a atividades ligadas ao turismo, agroturismo e turismo histórico, incorporando formas de articulação e cooperação, redefinindo o próprio sentido de sociedade, de natureza e de escala do desenvolvimento local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura até aqui apresentada enfatizou as transformações recentes do território capixaba, mais precisamente as ocorridas nos Municípios de Alegre e Muqui, fruto de um processo histórico que engendrou a constituição do território, bem como seu caráter, decorrido da descontinuidade do processo de formação. Este processo foi amplamente forjado no século XX através de fortes rupturas e descontinuidades, demonstrado neste trabalho com importante análise da transição entre o território agroexportador e o modelo industrial. O resultado parte da realidade contundente em que se processou a urbanização brasileira e do Espírito Santo, em particular a transformação do território e dos aspectos relacionados às suas formas materiais e imateriais, como resultado do processo de produção e reprodução a partir dos grupos sociais.

A ênfase neste processo de urbanização, nacional e estadual, constitui importante vertente para uma abordagem aqui apresentada, que envolve as questões relacionadas à identidade socioespacial e suas implicações na formação do território, a partir da fragmentação e constituição social local, fruto do quadro hegemônico determinado pela extensão do tecido urbano-industrial. A divisão do trabalho constitui a base teórica e importante ferramenta empírica para esta análise, capaz de apresentar contribuição consistente dos aspectos relacionados aos municípios de Alegre e Muqui.

A “revolução urbana” expressa através da expansão do tecido urbano-industrial sobre o território, incluindo e incorporando localidades, como Alegre e Muqui, na reorganização de formas de produção – política, social e econômica –, atua como fator preponderante para a reorganização socioespacial do território (LEFÈBVRE, 2008). O território, portanto, fruto da apropriação pela sociedade, e da interação entre o tecido urbano industrial e aspectos historicamente estabelecidos passa a ser revisto sob novas perspectivas, integrando espaços rurais, multiplicando as fronteiras urbanas, criando novos arranjos socioeconômicos, e expondo novas formas de apropriação do espaço geográfico pelos grupos sociais.

No caso do Espírito Santo, especificamente em Alegre e Muqui, o processo de ruptura do padrão de urbanização calcado na pequena propriedade agrícola, em virtude da industrialização, traz consigo transformações, permanências, impondo novas condições de consumo coletivo e relações de trabalho que, por sua vez, fazem surgir novas condições gerais de organização do território.

No âmbito de uma primeira hipótese, considera-se nesse estudo que o papel da identidade socioespacial, sobretudo sob a ótica da divisão do trabalho, representa um importante fator mediador entre a sociedade e o território através de um processo de apropriação, produção e reprodução. Aspectos como a política, a economia e a cultura, tendem a materializar-se sob determinada forma capaz de redefinir grupos sociais em sua unicidade. Desse modo, o papel da identidade socioespacial consiste em um importante suporte para a compreensão da formação territorial a partir dos atuais impactos de processos modernizadores, das formas e funções de determinadas cidades ou regiões, das formas de trabalho e produção.

Dessa forma, não basta reconhecer o papel da identidade socioespacial e sua importância enquanto processo de construção e reconstrução do território, mas, sobretudo incorporá-la como variável fundamental na análise espacial, na formação de políticas públicas aplicadas aos territórios, na redefinição de regiões, microrregiões e lugares. Essa variável constitui o grau de realidade e, portanto, a superação da virtualidade imposta sobretudo, por lógicas exógenas aos territórios, podendo portanto atuar como artifícios que minimizam impactos e norteiam novos caminhos.

Considerar portanto, o papel da identidade socioespacial supera a mera conceituação teórica, passando a apontar aplicações analíticas que orientam as transformações territoriais e suas escalas e sobreposições.

Particularmente, a análise apresentada situou a problemática da identidade socioespacial em dois territórios, Alegre e Muqui, pequenos municípios localizados ao Sul do Espírito Santo.

Como constatado, Alegre, território historicamente ligado à economia de base rural, atravessa um importante período de transformações sociais e econômicas, a partir de diversos aspectos. Atualmente, Alegre passa por uma desfiguração de alguns de seus traços mais marcantes (patrimônio arquitetônico, quadro demográfico, formas de produção e utilização do espaço), remanescentes do período precedente à sua urbanização, em associação à redefinição de seu papel socioeconômico no quadro microrregional.

Neste Município, o ambiente rural, fragilizado com a ruptura do padrão produtivo baseado na pequena propriedade familiar e totalmente submetido às lógicas de mercantilização do solo, ampliadas pelo processo de integração capixaba à economia nacional, atravessa um período de descontinuidade de funções e fragmentação socioespacial. Tal ruptura ampliou o antagonismo entre os meios urbano e rural, desarticulando processos socioeconômicos estabelecidos no território por décadas. Por sua vez, o meio urbano, a partir da redefinição da identidade econômica local, se configura como centro de serviço e polo educacional de caráter regional, gerando transformações e conflitos territoriais de abrangência sociocultural e socioambiental.

A fragmentação, caracterizada pela drástica diminuição produtiva e populacional de extensas áreas rurais, e a descontinuidade são marcas expostas no território, como resultado deste processo que desloca os atores sociais do espaço habitado, pondo em risco a herança histórica de uma organização social nele estabelecida.

Muqui, importante centro agroexportador, atravessa processo semelhante, a partir da lógica urbano-industrial, conservando as devidas singularidades. Neste Município, embora o urbano tenha emergido como local da moradia e da produção, as novas configurações territoriais incorporam aspectos sociais e culturais locais, ligados ao trabalho, aos modos de produção, à trajetória histórica e aos aspectos ambientais. A reorganização microrregional em que se insere o município revela o papel da identidade socioespacial como suporte que equilibra novos usos e funções, e formas historicamente estabelecidas no território. O rural e o urbano, embora admita-se grandes transformações em sua base material, não sofreram

descontinuidade, ou mesmo uma cisão, no que diz respeito às relações produtivas e às formas de trabalho precedentes, mas incorporaram valores contemporâneos de articulação socioeconômica calcadas no território. Ou seja, houve a incorporação de valores socioeconômicos advindos do processo urbano-industrial que trouxe interações, prevalecendo o equilíbrio entre estes e a base cultural da sociedade preexistente.

Desse modo, a segunda hipótese se ampara em perspectivas e desafios que visam a minimizar os impactos e as transformações sofridos no território contemporâneo, a partir da necessidade de inserção de questões relacionadas à identidade socioespacial e aos processo de planejamento e gestão. A partir da superação das questões teóricas e conceituais que envolvem o papel da identidade socioespacial e a incorporando como variável fundamental ao analisarmos e pensarmos o território, nasce a necessidade de se criar ferramentas ou aparatos jurídicos e ou políticas públicas que incorporem este propósito. Reconhecer os territórios como formas particulares, que se constroem a partir de transformações históricas ao longo do tempo, nos aponta para territórios e lugares únicos, capazes de se enquadrarem no mundo dentro de um processo de construção e reconstrução que se dá através de suas potencialidades.

Pensar a identidade ante os processos de urbanização e industrialização da atualidade significa, portanto, compreender as configurações territoriais e os impactos sobre determinado território a partir de um olhar focado na própria sociedade, instituindo, portanto, uma *práxis* urbana, amparada nos interesses coletivos. Desse modo, a instituição de processos que levem em consideração a identidade socioespacial no âmbito local só se dará a partir da ampliação do processo de participação da sociedade, na criação de ferramentas políticas que considerem as potencialidades do seu espaço vivido.

Este quadro expõe o cidadão e seu contexto como medida fundamental em que se estabelece como, referência da aplicação das ferramentas de planejamento, de desenvolvimento econômico ou políticas públicas. O desafio encontra-se justamente na necessidade de politização da sociedade confrontada com a falta de tradição

democrática, apesar da forte expansão dos movimentos sociais no país nas últimas décadas. Este quadro, associado ao alto grau de desigualdade regional e a polarização do território colocam dúvidas sobre a possibilidade concreta de que os processos de construção de territórios se consolidem no Brasil como uma estratégia de valorização dos aspectos relacionados à identidade socioespacial. Privilegiar o olhar que enfatiza o olhar sobre potencialidades de desenvolvimento territorial de forma maciça em regiões metropolitanas e grandes conglomerados urbanos, exclui e condena áreas extensas rurais e ou pequenas cidades. Estas não inserem-se portanto aos processos de modernização, e ao mesmo rompem com suas raízes históricas, econômicas e sociais na busca pelo desenvolvimento.

Este processo fica evidente ao avaliar-se que, em Alegre, as influências externas, principalmente aquelas promovidas pelo processo urbano-industrial, obtiveram um significado diferente do ocorrido em Muqui. No primeiro Município, ocorre a cisão entre novas formas de produção e reprodução do espaço, amparada na ênfase da dinâmica desenvolvimentista, e as permanências materiais e imateriais, constituídas historicamente no território como formas de produção e divisão do trabalho.

A compreensão desse processo traz à tona o entendimento da conseqüente fragmentação socioespacial, dada pelo esvaziamento das áreas agrícolas do território, gerando, portanto, migrações internas e profundas mudanças no mercado de trabalho e níveis de emprego. Neste caso, ocorre a ausência de um olhar que considere as peculiaridades e distinções territoriais, além da ampliação do debate entre sociedade civil e setores governamentais com o intuito de minimizar os impactos gerados no território.

Em Muqui, o processo tardio de urbanização contribuiu para a preservação do patrimônio material e imaterial, adquirido durante o processo de constituição do Município e, na atualidade, diante da valorização do turismo histórico e agroturismo, representam vetores de desenvolvimento socioeconômico. Porém, este processo fica evidente quando os atores sociais passam a requerer o direito de ampliação da participação e tomada de decisões. A partir da criação de instrumentos jurídicos capazes de garantir o direito à tomada de decisão por parte da sociedade civil,

nasce um novo movimento e, por conseguinte, uma nova inserção do território municipal na dinâmica local e microrregional. Contudo, deve-se ter em mente que influências externas, principalmente tecnológicas, se fazem presente em ambos os municípios analisados, mas de formas e graus distintos.

O desafio de consolidação de uma identidade compartilhada localmente, ante modos globais de produção capitalista, implica refletir sobre a apropriação e reprodução do espaço no centro do debate. Dessa forma, ocorre a necessidade de repensar a construção de um projeto de identidade socioespacial que coadune a conservação de aspectos preexistentes no território, com as dinâmicas socioeconômicas vigentes no modo de produção capitalista, dotando de autonomia os agentes sociais locais, obtendo equilíbrio e inserção no processo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) – Relatórios dos Presidentes da Província de 1856 (BARÃO DE ITAPEMIRIM). Fundo de Governadoria. Serie 751.

ESPÍRITO SANTO. Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados demográficos e Estatísticos do Estado do Espírito Santo, e dos municípios Alegre e Muqui, para os anos de 1920 a 2009. Consultado em: 20 de junho de 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

IEMA, Instituto Estadual de Meio Ambiente, Unidades Administrativas de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, 2004 (CD-Rom).

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves – Diagnóstico Socioeconômico: Microrregião Caparaó – Governo do Estado do Espírito Santo – Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2005.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves – Mapas da Microrregião Polo de Caparaó, Microrregião Polo de Cachoeiro de Itapemirim e do Espírito Santo, 2009.

MUQUI (Município). Inventário do Patrimônio Cultural: Sítio Histórico de Muqui, 1999.

SEBRAE/ES. Diagnóstico Socioeconômico, Município de Muqui-ES. Vitória: 1998.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico Socioeconômico, Município de Alegre-ES. Vitória: 1992.

\_\_\_\_\_. Informações Municipais do Estado do Espírito Santo, 1994-1998: Muqui. Vitória: 2000.

\_\_\_\_\_. Inventário da Oferta Turística do Município de Muqui. Vitória: 2005.

## BIBLIOGRAFIA:

ALMADA, Vilma Paraíso. Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo. 2ª Edição. Vitória: SPDC / UFES, 1993.

\_\_\_\_\_. **Escravidismo e transição: O Espírito Santo (1859/1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Rita de Cássia Barcellos. **Formação Metropolitana: A Grande Vitória (1995-2005)**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Dissertação de Mestrado, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. **Nossas raízes – O Alegre até o ano de 1920**. Alegre: Gráfica TT, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e história**. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 16/35.

\_\_\_\_\_. **Cidade, cidadania e imaginário**. IN: PESSAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo: Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Campinas, Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1992.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes Mercantis: A participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821)**. Vitória: Secult – ES, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: Redescoberta**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006; 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2007; 1999.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Rogério Haesbart. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

DERENZI, L. S. **Biografia de uma ilha**. 2. ed. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria de Cultura e Turismo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Da Proclamação da República aos anos 60**. In: Banco de desenvolvimento do Espírito Santo (Org.). As etapas de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Vitória: Banes, 1965.

DINIZ, Clério Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 2009.

FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Moraes. **Brasil urbano**. São Paulo: Editora MAUAD, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GROSSI, M; SILVA, G. **O novo rural**: Uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A., 2006.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Cultura, espaço e urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **O binômio território**: rede e seu significado político cultural. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: LOPES, L.; BASTOS, L. (Orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: Editora EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARX, K.. **O Capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. (Tradução de Reginaldo Sant'Anna). 18. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. 2.

MENDONÇA, Paulo Henrique. **Muqui** – Cidade Menina 1850-1989. Vitória: Sagraf Artes Gráficas, 1989.

MONTE-MÓR, Roberto L.M.. **Do urbanismo à política urbana**: Notas sobre a Experiência Brasileira. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. (Orgs.). Planejamento Urbano no Brasil: Trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2008.

\_\_\_\_\_. **A questão urbana e o planejamento urbano regional no Brasil contemporâneo**. In: DINIZ, Clério Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Orgs.). Economia e território. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. **Outras fronteiras**: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: Leonardo B. Castriota (Org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003.

\_\_\_\_\_. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território; globalização e fragmentação. São Paulo: Annablume/Hucitec/Anpur, 1994.

\_\_\_\_\_. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. Mimeo: s/d.

MORAES, C.. Como nasceram as cidades no Espírito Santo. Vitória: 1954.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo**: A epopeia das tropas e dos tropeiros. Vitória: IHGES, 1989.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

MUQUI. Prefeitura Municipal. LEI Nº. 070/99, Tombamento municipal do Sítio Histórico de Muqui, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. 3ª ED. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 21ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBAUDUCCI, N. C.. **Muqui passado e glória futuro de esperança**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé Ltda., 1991.

RATZEL, Friedrich. **A antropogeografia de Ratzel**: Indicações. In: MORAES, Antonio C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RÉMOND, René. **O século XIX (1815-1914)**: Introdução à história de nosso tempo. São Paulo: Editora Cultrix, 2ª Edição, 1974.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1846**. Vitória: S.N., 2000.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/NEP, 1983.

ROCHA, Levy. **Crônicas de Cachoeiro**. Vitória: GELSA, 1966.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único e da consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço do cidadão.** São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Ed. Record, 2006.

SARTÓRIO, Élvio Antônio. **A trilha sagrada:** homenagem aos 50 anos do DER-ES. Vitória: do autor, 1996.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

SEBRAE/ES. Diagnóstico Socioeconômico, Município de Muqui. Vitória: 1999.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil.** 5ª. Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, Volume 3, 1998.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO R. **O conceito de rural.** Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano.** São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2007.

VEIGA, Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.